

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – IE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI**

**DISSERTAÇÃO**

**Avaliação sobre vínculo e reinserção familiar em centros de referência  
especializada em assistência social na Baixada Fluminense do Rio de  
Janeiro**

**Gabriella Ramalho Batista**

**2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPPG**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – IE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI**

**AVALIAÇÃO SOBRE VÍNCULO E REINSERÇÃO FAMILIAR EM CENTROS DE  
REFERÊNCIA ESPECIALIZADA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL NA BAIXADA  
FLUMINENSE DO RIO DE JANEIRO**

**GABRIELLA RAMALHO BATISTA**

*Sob orientação da Professora*

**Ana Cláudia de Azevedo Peixoto**

*Sob coorientação da Professora*

**Fabília Vellasquez Paiva**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do grau de **Mestre** ao Programa  
de Pós-graduação em Psicologia da  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Seropédica, RJ  
Dezembro de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B333a Batista, Gabriella Ramalho, 1996-  
Avaliação sobre vínculo e reinserção familiar em centros de referência especializada em assistência social na baixada fluminense do Rio de Janeiro / Gabriella Ramalho Batista. - SEROPEDICA, 2021. 129 f.

Orientadora: Ana Cláudia de Azevedo Peixoto.  
Coorientadora: Fabrícia Vellasquez Paiva.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Psicologia Pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021.

1. Reinserção familiar . 2. Fortalecimento de vínculo . 3. PAEFI. 4. CREAS. 5. Baixada Fluminense. I. Peixoto, Ana Cláudia de Azevedo, 1973-, orient. II. Paiva, Fabrícia Vellasquez , 1981-, coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Psicologia Pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. IV. Título.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –Brasil (CAPES) –Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –Brasil (CAPES) –Finance Code 001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
DEPART° DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO



TERMO N° 82/2022 - DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)

N° do Protocolo: 23083.006530/2022-16

Seropédica-RJ, 03 de fevereiro de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
ANEXO À DELIBERAÇÃO N° 001, DE 30 DE JUNHO DE 2020

**GABRIELLA SANTOS RAMALHO**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre(a), no Programa de Pós Graduação em Psicologia, Área de Concentração em Tratamento e prevenção psicológica. Título: "AVALIAÇÃO SOBRE VÍNCULO E REINserÇÃO FAMILIAR EM CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL NA BAIXADA FLUMINENSE DO RIO DE JANEIRO".

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 17/12/2021

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da dissertação.

Membros da banca:

---

Profa. Dra. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto (Orientadora, Presidente da banca)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Luciene Alves Miguez Naiff

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabrícia Vellasquez Paiva

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Marcelo Princeswal

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Profa. Dr. Luiz Monteiro Campos

Universidade Católica de Petrópolis

***Documento não acessível publicamente***

***(Assinado digitalmente em 03/02/2022 16:06)***

ANA CLAUDIA DE AZEVEDO PEIXOTO

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)

Matricula: 1808252

***(Assinado digitalmente em 04/02/2022 10:19)***

LUCIENE ALVES MIGUEZ NAIFF

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)

Matricula: 1765641

***(Assinado digitalmente em 03/02/2022 20:02)***

GABRIELLA RAMALHO BATISTA

DISCENTE

Matricula: 20191007255

***(Assinado digitalmente em 07/02/2022  
10:49)***

FABRICIA VELLASQUEZ PAIVA

PROFESSOR DO MAGISTERIO

SUPERIOR DeptTPE

(12.28.01.00.00.00.24)

Matricula: 1794153

***(Assinado digitalmente em 03/02/2022  
16:15)***

MARCELO PRINCESWAL

PROFESSOR DO MAGISTERIO

SUPERIOR DeptPO

(12.28.01.00.00.00.23)

Matricula: 1902145

LUÍS ANTÔNIO MONTEIRO  
CAMPOS

ASSINANTE

EXTERNO CPF:

001.382.197-02

***(Assinado digitalmente em 03/02/2022  
17:22)***

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Cristo, minha base segura e refúgio. Aquele que me impulsiona a agir também de modo protetivo e seguro na vida, nas relações, na pesquisa, e me inspirou a estar aqui. Agradeço ao Jônatas, meu lar, que me incentiva e me apoia desde o Ensino Médio, sendo apoio em todas as fases. Agradeço à minha família por todo apoio até aqui. Especialmente à minha mãe, que me ensinou a ter gosto pela pesquisa e pelos estudos. Aos meus irmãos, pois muito do que eu faço é por eles, é para ser inspiração deles.

Agradeço a toda a família do LEVICA, Ilanna, Luana, Grazi, Karol, Carol, Sandra, e os recém-chegados, que são minha rede de apoio e tecem laços que vão além da pesquisa, mas igualmente essenciais na pesquisa: não fazemos nada sozinhas!

Agradeço especialmente à Ana Cláudia, que é mais do que orientadora brilhante e presente, mas também um afeto que quero levar perto de mim. Obrigada por me ajudar a trilhar esse caminho, me desenvolvendo em autonomia, em apego seguro, e em conhecimento.

Agradeço também a minha querida equipe de pesquisa: Ellen Karoline, Samara, Karla Beatriz, Letícia e Emanuelle. Vocês são os braços dessa pesquisa. A caminhada até aqui seria muito mais difícil, ou impossível, sem vocês. Eu aprendi muito com vocês!

Agradeço à Rebeca, profissional da gestão de Assistência Social de Seropédica, que muito contribuiu com as reflexões desta pesquisa. Quando precisei mudar a pesquisa, tive seus bons conselhos e observações! Agradeço também às equipes de Assistência Social que participaram dessa pesquisa. Por todo engajamento e envolvimento, toda disposição em contribuir com a pesquisa, muito obrigada!

Agradeço imensamente à minha coorientadora, Fabrícia, que me deu base para pensar uma área que muito tinha interesse, mas pouco conhecimento prévio. Toda indicação, observação, paciência e conversa: muito obrigada!

Agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo suporte, subsídio e incentivo em pesquisa!

A todos os amigos que torceram e acompanharam o processo, ouviram minhas angústias, se indignaram junto, à todos que compreenderam as ausências e silêncios de uma pesquisadora: obrigada! Agradeço ao privilégio da vida e da possibilidade de concluir projetos em meio a pandemia. Agradeço, assim, a todos que fizeram de mim mais coletiva.

## RESUMO

BATISTA, Gabriella. **Avaliação sobre vínculo e reinserção familiar em centros de referência especializada em assistência social na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado em Psicologia para qualificação. Orientadora Profa. Dra. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto. Instituto de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2021.

Este projeto teve por objetivo verificar como ocorre o trabalho técnico dos profissionais de um Centro de Referência Especializada de Assistência Social no trabalho com vínculo familiares e processos de reinserção familiar de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, através do trabalho de fortalecimento de vínculos familiares do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. Para compreensão de tais fenômenos, foi utilizada a metodologia qualitativa, com entrevistas semiestruturadas e análise a partir dos pressupostos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano e análise de conteúdo. A necessidade de aprofundar o entendimento sobre esse processo se sustenta primeiramente no direito previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 19, o direito da convivência familiar e comunitária, e a primazia em tentativas pelo retorno da criança e adolescente ao ambiente familiar; mas, sobretudo, em estudos que apontam a necessidade de mais pesquisas e intervenções sobre o fortalecimento de vínculos e reinserção familiar no contexto do Centro de Referência Especializada de Assistência Social. Foram convidados a participar da pesquisa profissionais que trabalharam ou atuam com essa temática em diferentes Centros de Referência Especializada de Assistência Social da região próxima à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A saber, Seropédica, Nova Iguaçu e Mesquita. Também foi realizada uma Revisão Integrativa da Literatura, a fim de compreender o que se tem publicado e desenvolvido em pesquisas sobre essa temática na atualidade. Para análise e considerações, foi feita uma triangulação dos métodos utilizados, e, como resultados encontrados, verificou-se pouca compreensão sobre o conceito de vínculo familiar e uma ambiguidade na percepção das técnicas sobre o que fragiliza os vínculos, ora por falha nas políticas públicas, ora por falhas da própria família. Por conseguinte, muitas barreiras se colocam no trabalho de reinserção familiar, sendo percebidos muitos fatores de disfunção, como falta de capacitação, de trabalho em rede, de tempo mínimo para cuidado com vínculos familiares, de adesão das famílias, falta de desejo ou conhecimento dos profissionais, falta de recursos básicos. Nos casos em que houve cuidado com vínculos, havia também boa relação da equipe técnica e pouca rotatividade dos profissionais. Ainda, houve pouca definição de vínculo familiar, indicando necessidade de espaços de reflexão. Como produto desse trabalho, foi criado um curso de capacitação para ser oferecido aos técnicos dos equipamentos avaliados.

**Palavras-chave:** Reinserção familiar; Fortalecimento de vínculo; PAEFI; CREAS; Baixada Fluminense.

## ABSTRACT

BATISTA, Gabriella. **Immersion on the work of family bonds by CREAS: A look at family reintegration.** Master's Dissertation in Psychology for qualification. Advisor Profa. Dra. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto. Institute of Psychology, Federal Rural University of Rio de Janeiro, RJ, 2021.

This project aimed to verify how the technical work of professionals from a Specialized Reference Center for Social Assistance takes place in the work with family ties and family reintegration processes of institutionally sheltered children and adolescents, through the work of strengthening family ties in the Health Service. To understand such phenomena, a qualitative methodology was used, with semi-structured analysis based on the assumptions of the Bioecological Theory of Human Development and Content Analysis. The need to deepen the understanding of this process is sustained before the right provided by the Child and Adolescent Statute, in article 19, the right to family and community coexistence, and the primacy of children and adolescents returning to the family environment; but above all, in studies that point to the need for more research and interventions on the strengthening of bonds and family reintegration in the context of the Specialized Reference Center for Social Assistance. Professionals who worked or are working with this theme, in different Specialized Reference Centers for Social Assistance in the region close to the Federal Rural University of Rio de Janeiro, participated in the research, namely, Seropédica, Nova Iguaçu and Mesquita. An Integrative Literature Review was also carried out in order to understand what has been published and developed in research on this topic today. For analysis and considerations, a triangulation of the methods used was made, and, as the results found, there was an understanding of the concept of the family bond and an ambiguity in the perception of techniques about what weakens the bonds, sometimes due to failure in public policies, now for the faults of the family itself. Therefore, many barriers are placed in the work of family reintegration, with many dysfunctional factors being perceived, such as lack of training, networking, minimum time to care for family ties, family adherence, lack of desire or knowledge of professionals, lack of basic resources. In cases where care was taken with bonds, there was also a good relationship between the technical team and little professional turnover. Still, a definition of family bond was defined, although there is a difference in reflection. As a result of this work, a training course was created to be offered to technicians of the equipment obtained.

**Keywords:** Family reinsertion; Bond strengthening; PAEFI; CREAS; Baixada Fluminense.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVMP	Associação Vida Plena de Mesquita
CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial infantil
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISP	Instituto de Segurança Pública
LEVICA	Laboratório de Estudos sobre Violência Contra Crianças e Adolescentes
MPPR	Ministério Público do Paraná
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
SNA	Sistema Nacional de Adoção
TCC	Terapia Cognitivo-Comportamental
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TE	Terapia do Esquema
TJ	Tribunal de Justiça
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA</b> .....	<b>17</b>
<b>3. OBJETIVOS</b> .....	<b>20</b>
3.1. OBJETIVO GERAL .....	20
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	20
<b>4. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>21</b>
4.1. LAÇOS FAMILIARES .....	21
4.1.1. HISTÓRIA DO CONCEITO DE FAMÍLIA .....	21
4.1.2. VÍNCULOS FAMILIARES E O DEBATE DAS FRAGILIDADES .....	26
4.2. DA FAMÍLIA À INSTITUCIONALIZAÇÃO .....	31
4.2.1. MOTIVOS PARA O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL .....	32
4.3. RETORNO ÀS FAMÍLIAS DE ORIGEM .....	38
4.3.1. PROCESSOS DE REINSERÇÃO FAMILIAR .....	38
4.3.2. QUANDO A REINSERÇÃO PARA FAMÍLIA DE ORIGEM NÃO OCORRE .....	45
4.4. A REDE DE APOIO ASSISTENCIAL NA REINSERÇÃO FAMILIAR E RECONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS .....	49
4.4.1. CUIDADO COM FAMÍLIAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO INTERSETORIAL .....	50
4.4.2. ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E REDE .....	54
<b>5. METODOLOGIA</b> .....	<b>58</b>
5.1 REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA .....	58
5.2. PESQUISA DE CAMPO .....	59
5.3. INSTRUMENTOS .....	60
5.4. PROCEDIMENTOS .....	60
5.5. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS .....	62

5.6. PARTICIPANTES DA PESQUISA .....	63
5.7. PROCESSOS DE ANÁLISE .....	66
<b>6. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>67</b>
6.1. RESULTADOS DA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA .....	67
6.1.1. FUNCIONAMENTO DO CREAS, A REDE E A AÇÃO DOS PROFISSIONAIS .....	69
6.1.2. CONCEITO E CONTEXTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES: UM DEBATE SOBRE A RESPONSABILIDADE E DESAFIOS .....	72
6.1.3 CAMINHOS DA REINSERÇÃO FAMILIAR .....	75
6.2. RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO .....	76
6.2.1. REFLEXÕES SOBRE VÍNCULO FAMILIAR .....	77
6.3. FUNÇÃO E COTIDIANO DO CREAS/PAEFI .....	83
6.4. DESAFIOS COTIDIANOS: DEMANDAS E ESTRUTURAS .....	86
6.5. RELAÇÃO CREAS E FAMÍLIAS – CONVERSAS SOBRE ADESÃO E PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS .....	91
6.6. COVID-19 E OS VÍNCULOS FAMILIARES .....	95
6.7. REINSERÇÃO FAMILIAR .....	97
<b>7. TECENDO OS NÓS DA PESQUISA .....</b>	<b>103</b>
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>109</b>
<b>9. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>111</b>
APÊNDICE 01. ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DO CREAS .....	123
APÊNDICE 02. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	125
APÊNDICE 03. CARTA DE ANUÊNCIA .....	128

## 1. INTRODUÇÃO

Durante o estágio profissionalizante realizado na formação do curso em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no Laboratório de Estudos sobre Violência contra Crianças e Adolescentes (LEVICA), em parceria com a Associação Vida Plena de Mesquita (AVMP), deparei-me com algumas situações de permanente acolhimento institucional de crianças e adolescentes, adoções malsucedidas seguidas de devolução, além de tentativas de reinserção familiar não efetivas. O estágio coordenado pelo LEVICA oferece atendimento psicoterapêutico pela perspectiva da terapia cognitivo-comportamental (TCC) e terapia do esquema (TE) a crianças e adolescentes vítimas de violência, bem como acolhe e orienta os familiares e cuidadores envolvidos e, para tanto, o laboratório possui interfaces com a Assistência Social dos municípios envolvidos com o trabalho (PEIXOTO *et al.*, 2019).

Dentre os casos atendidos, despertaram-me a atenção situações em que os laços fragilizados entre crianças e adolescentes e seus familiares subsidiavam o total rompimento do vínculo, a impossibilidade de retorno desses a suas famílias e situações em que existia forte vínculo familiar, mas a vulnerabilidade socioeconômica impedia que tais crianças e adolescentes fossem desligados do acolhimento institucional.

Para além desta experiência, ingressei como psicóloga no Centro de Atenção Psicossocial infanto-juvenil de Seropédica (CAPSi) em 2020 e pude acompanhar alguns casos em que havia vínculos fragilizados, violação de direitos e tentativas por parte dos profissionais de manter e fortalecer a rede afetiva e o direito de convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990). Percebi uma grande dificuldade sentida pelos profissionais para conseguir acessar e manter os pais e responsáveis conectados aos equipamentos, sejam da saúde pública ou da assistência. Ainda, eram atendidos no CAPSi usuários acolhidos pela instituição local por longas datas, sem perspectiva de retorno familiar ou adoção.

Diante destas vivências, angústias e implicações, enquanto pesquisadora, senti o desejo de investigar como funciona a rede de assistência no processo de reconstrução de vínculo familiar. Questiona-se, como indagações desta pesquisa:

1. Como se dá a aproximação do equipamento com essas famílias?
2. Qual trabalho tem sido realizado com objetivo de fortalecer o vínculo e prevenir o acolhimento, ou ainda favorecer o retorno de crianças e adolescentes para o convívio familiar?
3. Como os profissionais percebem este trabalho e quais desafios encontram no percurso do

fortalecimento de vínculos?

4. De que forma o CREAS corrobora, em rede, com os casos de vínculos fragilizados e reinserção familiar?
5. Como os profissionais entendem o conceito de vínculos familiares e como esses podem ser fortalecidos?

Durante este recorte temporal que estamos vivenciando devido ao período de pandemia da COVID-19, algumas medidas de acolhimento e reinserção foram tomadas e devem ser consideradas. Uma reportagem que chama atenção para esta temática é uma notícia do G1<sup>1</sup> de abril de 2020, em que se afirma que a cidade de Campinas reinseriu 43 crianças e adolescentes em suas famílias a fim de diminuir a circulação e aglomeração nas instituições durante a pandemia. Das reintegrações, 28 crianças e adolescentes retornaram para a família, seja essa nuclear ou extensa, 9 ficaram com a rede socioafetiva e 6 com funcionários da instituição. Os demais casos ficaram com aqueles responsáveis pelos seus apadrinhamentos afetivos. Segundo a nota, tais reinserções já estavam favoráveis, mas tiveram seus processos agilizados pelo Poder Judiciário por conta do período da COVID-19. A prefeita afirmou que apoiarão casos de reinserção familiar durante a pandemia.

Esta e outras reportagens, provenientes de diferentes estados do Brasil, demarcaram o tempo e o contexto nos quais esta pesquisa se insere. Neste recorte temporal, é possível vivenciar algumas reflexões sobre como tem sido feito o trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade durante a pandemia da COVID-19, bem como o próprio trabalho de reinserção familiar e o que tange à violência intrafamiliar neste período.

Ainda, de acordo com o site do MPPR (2018), no que diz respeito às notícias e reflexões suscitadas pela nova Lei 13509/17, que favorece as práticas de adoção e destituição do poder familiar, algumas discussões sobre as modificações geradas por esse projeto de lei têm sido feitas. A nova lei pensa a destituição do poder familiar de modo mais facilitado, repensa o apadrinhamento e fala sobre a entrega voluntária de crianças e adolescentes para adoção. Não foram encontrados artigos científicos que falassem sobre esta lei considerando a perspectiva da reinserção familiar, mas sim a valorização das medidas de adoção. Questiona-se, então, o que mudou na prática de fortalecimento de vínculos familiares após

---

<sup>1</sup> A reportagem do site do G1, de 07 de abril de 2020, relata sobre a reintegração de crianças e adolescentes durante o período da COVID-19, detalhando os motivos e os procedimentos. A reportagem encontra-se no link: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/04/07/coronavirus-campinas-reintegra-43-criancas-e-adolescentes-aos-grupos-familiares.ghtml>.

esta lei, se algo realmente mudou e como os profissionais que trabalham mais especificamente com a reinserção veem esta temática.

O objetivo desta pesquisa é verificar como a equipe técnica da Assistência Social de média complexidade atua para o fortalecimento do vínculo familiar no Centro de Referência em Assistência Social (CREAS) nos municípios ao entorno da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Buscou-se compreender como se dá o trabalho interprofissional e em rede de assistência, verificar como este trabalho está sendo feito com o impacto da COVID-19, quais são os desafios no cuidado com familiares do programa PAEFI realizado pelo CREAS, assim como realizar uma revisão integrativa da literatura sobre esta temática.

É válido ressaltar a importância desta pesquisa para o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, para a comunidade científica e para a população-alvo. Alguns pesquisadores, como Alperstedt e Andion (2017), apontam que há uma relevância social importante para pensar conexões entre ciência e sociedade e como o conhecimento científico e o avanço da pesquisa podem trazer contribuições para nossa realidade social. Lima e Horta (2008) também apontam para a urgência em trazer para o real aquilo que se pesquisa, contextualizando seu tema e quais questões sociais e históricas atravessam seu objeto de estudo, necessitando compreender os desafios da pesquisa no mundo contemporâneo.

Cecconello e Koller (2004, p. 48) dissertam que há um desafio em fazer ciência no nosso tempo presente, sendo imprescindível “desenvolver delineamentos de pesquisa apropriados para investigar os efeitos do caos atualmente vivenciado pelas sociedades e identificar fatores que possam minimizar seus efeitos”. Quando se referem ao conceito de caos, apontam fatores de risco presentes em nossa sociedade, em específico na realidade de nossas famílias, como violências, vulnerabilidades, questões socioeconômicas e afetivas que podem interferir no desenvolvimento dos sujeitos e nas sensações de competência.

O tema e a metodologia desta pesquisa foram propostos pensando nestas realidades e na urgência de um fazer e um desenvolver científico que se aproximem das necessidades dos sujeitos e que contribuam para suas realidades. Segundo Cecconello e Koller (2004), a metodologia embasada na teoria bioecológica do desenvolvimento humano trabalha com ciências e políticas públicas de modo conjunto, visando compreender as bases de políticas públicas e sociais, para que as pesquisas se fundamentem a partir delas e possam subsidiar novas construções de desenvolvimento humano a partir da análise do que se é crítico ou

competente para o desenvolvimento dos grupos sociais.

A partir disso, entendemos o impacto social desta pesquisa para a comunidade, uma vez que se faz necessário declarar que a ciência deve responder às necessidades da população. As diversas iniciativas tomadas pelas instituições de ensino e pesquisa devem impactar de forma positiva a criação e execução de políticas públicas, por exemplo, que gerem o desenvolvimento da qualidade de seus atores e resultados que possam ser aplicados de forma prática na vida das pessoas em seus diferentes contextos.

Sendo assim, para o Programa de Pós-graduação e para a comunidade científica, pretendeu-se desenvolver reflexões sobre o conceito de vínculo familiar, a problemática da reinserção familiar, o trabalho com vínculos familiares, seus desafios e sua prática para melhor cuidado das famílias e da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes. Além disso, realizaram-se discussões sobre as modificações legais quanto à Lei 13509/17 e a aceleração da destituição do poder familiar e da adoção sob a ótica de um trabalho com as famílias de origem. Ainda, esta pesquisa discute dados sobre como tem sido o trabalho do PAEFI com famílias em situação de ameaça ou violação de direitos.

Para a população, sejam as famílias ou os profissionais envolvidos com o tema, a necessidade desta pesquisa surge para elucidar como tem sido feito este trabalho, quais desafios estão sendo colocados para o cuidado com os vínculos familiares e o que pode ser feito para o melhor amparo destas vivências. A revisão integrativa da literatura também é parte contribuinte desta pesquisa, discutindo como as pesquisas têm avançado sobre esta temática e para quais caminhos apontam.

Para dar conta deste projeto, o primeiro capítulo aborda os laços familiares, perpassando constructos históricos sobre o conceito de família, como o “ser família” tem mudado ao longo da história da humanidade e como a criança e o adolescente passaram a ser vistos como integrantes e principais focos de cuidado desta família – o que nem sempre foi deste modo. Em seguida, os laços familiares fragilizados são tematizados. Embora a criança esteja hoje no cerne da família, ainda vivencia muitas situações de violência, violação de direitos e questões macro que atingem diretamente o bem-estar dos vínculos familiares, como índices de vulnerabilidade socioeconômica.

No segundo capítulo, “Da família à instituição”, se avalia como estes processos de violação de direitos podem culminar em acolhimento institucional de crianças e adolescentes como uma medida protetiva. Questiona-se quais fatores estão por trás deste acolhimento e

quais motivos levam à institucionalização de crianças e adolescentes, considerando questões de violência, de práticas educativas punitivas e de um debate sobre negligências que levam ao distanciamento familiar, mas que estão associadas a fatores de pobreza. Também se descreve como é a vivência na instituição, a criação de vínculos afetivos com outros acolhidos e funcionários (apesar da alta rotatividade dos mesmos), o rompimento dos laços familiares e os fatores de risco e proteção no acolhimento institucional.

No terceiro capítulo, pretende-se compreender como se dão os processos de retorno às famílias – a desinstitucionalização. Neste recorte do debate teórico, será realizada reflexão sobre o que é importante para um processo de reinserção familiar, o que significa uma reinserção familiar bem sucedida, qual é a sua importância e o que acontece quando esta reinserção não ocorre, como longos períodos de institucionalização e processos de adoção e apadrinhamentos.

Já no quarto capítulo, “A rede de apoio assistencial na reinserção familiar e reconstrução de vínculos” foi analisada. Objetivou-se apresentar a rede de Assistência Social, principalmente o trabalho do Centro de Referência Especializada de Assistência Social enquanto políticas, suas diretrizes e objetivos, seus desafios, lacunas, falhas na rede intersetorial e objetivos dos profissionais que estão inseridos neste equipamento.

Após esta discussão teórica, o método desta pesquisa foi apresentado, sendo esse embasado na teoria bioecológica do desenvolvimento humano. Descreve-se como os profissionais foram convidados a participarem da pesquisa, bem como os critérios éticos, as etapas da pesquisa e a análise de conteúdo. Também será apresentada a revisão integrativa da literatura juntamente com as discussões dos dados da pesquisa, suas análises a partir da teoria bioecológica e a análise de conteúdo. Por fim, demarcam-se as considerações finais e caminhos possíveis da pesquisa. O cronograma, referências e apêndices seguem no fim do documento.

## 2. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

O artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990, p. 23) diz que “toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”. Assim, no Brasil, pautando-se em uma perspectiva de proteção integral, quando há casos de violação de direitos e impossibilidade dos familiares de assegurá-los, crianças e adolescentes são encaminhados a medidas de proteção. Em situações de acolhimento institucional, medidas judiciais são tomadas na tentativa de reinserção familiar, embasadas no direito à convivência familiar e comunitária (SILVA; ARPINI, 2013).

Ainda que o acolhimento seja uma ação protetiva, Arpini (2003) comenta que a institucionalização provoca rompimento do vínculo familiar e, muitas vezes, a instituição não permite uma vivência dos sofrimentos dessa perda de vínculos. Associado a isso, Habigzang e Koller (2012) explicam que é muito comum a estadia prolongada de adolescentes, em descumprimento dos princípios do ECA, permanecendo sem possibilidade de reinserção familiar ou de entrada em famílias substitutivas. Em contraponto, Silva (2004) afirma que 87% dos acolhidos possuem família e, sendo assim, não são órfãos. Ainda, mais de 50% de crianças e adolescentes acolhidos têm vínculos familiares estabelecidos e recebem visitas.

Diante disso, Silva e Arpini (2013) enfatizam a necessidade de colocar os princípios do ECA em prática, cuidando da relação instituição-família e visando a reintegração familiar, que tinha como período máximo de acolhimento até dois anos. Em último caso, conforme descreve o artigo 19 (BRASIL, 1990), as crianças seriam encaminhadas para famílias substitutas. Entretanto, a Lei 13.509/2017 modificou este prazo, o diminuindo para 18 meses o máximo de acolhimento. Segundo documento comparativo das mudanças engendradas por esta lei, do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR) (2018), esta mudança se deu na tentativa de acelerar processos de adoção e entradas em famílias substitutas. A lei também norteou um tempo máximo de 90 dias para procura da família extensa do acolhido. Durante o comparativo desta lei em relação ao modelo anterior, se observa uma valorização dos processos de adoção. Rinaldi (2020, p. 277) indaga a respeito destas mudanças, questionando se “a Lei 13509/17 estaria organizada visando à remoção de supostos obstáculos à adoção, como as ‘tentativas de reintegração de meninos e meninas em suas famílias de origem’, por meio da celeridade das ações de destituição do poder familiar?”.

Silva e Arpini (2013) comentam sobre o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente, cujo objetivo era o fortalecimento de vínculos familiares em situação de vulnerabilidade, favorecendo a permanência de crianças e adolescentes com suas famílias. Assim, os profissionais teriam um papel importante na reintegração de acolhidos, seja pela busca da família nuclear ou extensa. Contudo, as autoras apontam que existem dificuldades socioeconômicas na reintegração, bem como violências, dependências de álcool e outras drogas e doenças.

Para Rinaldi (2020), não são unânimes as discussões sobre o melhor caminho a ser tomado, dentre eles a valorização do trabalho pela reinserção familiar e a rapidez nos processos de adoção. A autora cita a Associação Brasileira Terra dos Homens para discutir sobre a rápida decisão quanto à nova lei (13509/17), afirmando não ter havido participação democrática, o que ameaça a doutrina de proteção integral, valorização da destituição do poder familiar, e questiona se há foco no melhor interesse da criança, ou dos adotantes. Em contraponto, falas e reflexões que apontam a urgência da nova lei indicam que se trata de tentativas de não permanência prolongada de crianças e adolescentes em situação de acolhimento, permitindo adoção de crianças que estejam dentro do perfil. Para Rinaldi (2020), essa modificação garante ainda que crianças e adolescentes possam ser “‘escolhidas’ pelas pessoas habilitadas à adoção sem que ‘fiquem esquecidas’” (RINALDI, 2020, p. 20).

De todo modo, existem hoje 32.489 crianças e adolescentes em instituições de acolhimento, tendo 28% desses acolhidos mais de 15 anos e 32 % estando em permanência de acolhimento por mais de 2 anos, segundo o Sistema Nacional de Adoção (SNA). Considerando o perfil de adoção do país, podemos ver escolhas e preferências por crianças pequenas, de idade até 05 anos, brancas, sem irmãos ou sem doenças e/ou deficiências. Entretanto, quando se depara com o perfil de acolhimento, vemos que falamos de um contraste, visto que são majoritariamente maiores de 05 anos (76,48%), negras ou pardas (65,85%), com alguma questão de doença física ou deficiência (24,68%), e quase 60% com irmãos, segundo o Cadastro Nacional de Adoção (2018). Estamos falando, então, de uma conta que não fecha, e uma maioria de crianças e adolescentes que estão em acolhimento, sem a remota chance de adoção.

Khattar (2019) compreende que não podemos falar que tais crianças e adolescentes em acolhimento são órfãos, porque há a quem estes poderiam se vincular, pensando em família extensa, ampliada e rede comunitária. Questiona-se onde estão esses vínculos e como, então,

fortalecê-los. É importante notar que, entre os motivos de acolhimento institucional no Brasil, segundo o Conselho Nacional do Ministério Público (2018), a negligência dos pais e/ou responsável correspondendo a mais de 80%; dependência de álcool e drogas a 77 % dos casos, violência doméstica a 60% e abuso sexual a 45%.

Questiona-se o que é esta negligência citada como maior índice de institucionalização, visto que Silva e Gonçalves (2019), em suas pesquisas, também indagaram sobre a correlação de vulnerabilidade econômica e situação de pobreza como indicativo, por vezes, de denominação de violência do tipo negligência, podendo estar associada a esta causa de institucionalização de crianças e adolescentes.

Khattar (2019) ressalta a necessidade de mais estudos que abarquem condições favoráveis e desfavoráveis no trabalho de acompanhamento destas famílias em situação de acolhimento. Ainda, afirma que há poucos estudos neste sentido, mas que há reconhecimento do pouco preparo e qualificação profissional para o cuidado com as famílias antes do desacolhimento, para que a reinserção seja efetiva, sendo necessário verificar quais metodologias são aplicadas no processo de reinserção para que a transição de crianças e adolescentes seja considerada benéfica.

Certifica-se então, a necessidade de ampliar nossa compreensão sobre esta temática, entendendo quais recursos estão sendo utilizados para fortalecimento dos vínculos familiares e a possibilidade de convivência familiar e comunitária. Segundo o UNICEF (2015), como recomendações para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, é necessário ampliar e fortalecer as redes intersetoriais no Sistema de Garantia de Direitos, como os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social), bem como CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial Infantil), escolas e Conselhos Tutelares, pensando a ação destes profissionais a fim de fomentar promoção dos direitos, prevenção de violências e melhoria na atenção prestada a este público. Assim, espera-se que o cuidado com esses casos seja mais efetivo e as resoluções mais satisfatórias, priorizando o bem-estar da criança e do adolescente.

Pretendeu-se, assim, entender a prática do CREAS, mais especificamente, o PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos), o acesso aos responsáveis, como esse acesso e cuidado tem se constituído, de que forma os responsáveis se inteiram desse espaço e quais lacunas são vivenciadas pelos profissionais que ali atuam na prática do fortalecimento de vínculos.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1. OBJETIVO GERAL**

Analisar como a equipe técnica de serviços do Centro de Referência Especializada de Assistência Social atua no trabalho com vínculos familiares.

#### **3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

1. Realizar uma revisão integrativa da literatura sobre a temática de vínculos familiares e reinserção familiar, através do trabalho realizado pelo CREAS.
2. Compreender qual a visão dos profissionais sobre o funcionamento do programa PAEFI e quais estratégias são tomadas na execução do PAEFI visando o cuidado com vínculos familiares;
3. Entender o processo de cuidado e acolhimento dos responsáveis de crianças e adolescentes visando reinserção familiar e/ou suporte as relações familiares;
4. Avaliar qual a percepção dos profissionais sobre o trabalho em rede e seu impacto no trabalho com famílias em situações de fragilidades;
5. Examinar como os profissionais percebem vínculos familiares e seus motivos de fragilização, bem como suas ações de reconstrução desses laços;
6. Analisar como foi trabalhar com vínculos familiares no contexto da COVID-19.

## **4.REFERENCIAL TEÓRICO**

### **4.1. LAÇOS FAMILIARES**

#### **4.1.1 HISTÓRIA DO CONCEITO DE FAMÍLIA**

Cavalcante *et al.* (2010) revelam a importância das famílias como principal agente no desenvolvimento e na construção das histórias dos sujeitos, sendo hoje alvo de várias pesquisas. As teorias do desenvolvimento apontam para a família como um sistema ecológico que colabora para as subjetividades. Contudo, se faz necessário olhar para um contexto histórico da construção e transformação do conceito de família.

Khattar (2019) aborda que o significado de família atual decorre de aspectos históricos, econômicos e culturais, o que pode e vem passando por modificações, sem que isso seja considerado “superior ou inferior” (KHATTAR, 2019, p. 31). Para o autor, são apenas construções familiares no decorrer dos tempos, com configurações diferentes, mas que também carregam preconceitos latentes ou explícitos.

Ao delinear estes movimentos históricos, é possível trazer as contribuições de Ariès (1981) sobre o olhar para a criança em nossa sociedade. Na perspectiva do autor, historicamente, a nossa sociedade não via a criança do modo como a percebemos atualmente. Havia redução da infância, compreendida a criança como “filhote de homem” (ARIÈS, 1981, p. 10) e, quando sobrevivia aos primeiros anos, logo era inserida na realidade de adultos, no trabalho, nos jogos, vestimentas, sem haver qualquer espécie de transição.

Como crianças e adultos ocupavam os mesmos espaços sociais, a educação por muito se deu através da experiência com adultos. Ariès (1981) compreendia que a criança, ao nascer, vivenciava um sentimento de “paparicação”, em que adultos se entretiam com a criança e achavam graça da mesma. Era neste período que a sobrevivência era averiguada, visto que o índice de mortalidade nos primeiros anos de vida era altíssimo. Após a sobrevivência, a criança era inserida na realidade adulta e, assim, pouco permanecia próximo à família, não havendo necessidade de sensibilidade, educação ou identificação com sua história familiar.

Após este período descrito pelo autor como tempo de paparicação, o pequeno adulto comumente passava a ser parte integrante de outra família, mas o autor não a compreende na visão da família extensa que se tem na contemporaneidade. A família, na época, tinha como objetivo a preservação de bens e de ofício, preservando a honra e a vida dos homens – e por homens, neste caso, entende-se o aspecto de gênero, não o humanitário (ARIÈS, 1981).

Neste sentido, a família não cumpria um papel afetivo. Entretanto, Ariès (1981)

elucida que tal afirmação não significa uma ausência de afeto, mas que esse não era fundamental para constituição familiar. As práticas relacionais e afetivas se davam em um coletivo compreendido como sociabilidade, na qual participavam igualmente vizinhos, amigos, criados, crianças e velhos. A família tal como a percebemos hoje – nuclear, reduzida, etc. – estava imersa neste coletivo.

Um marco de mudança histórica no modo como as famílias se estruturavam foi, de fato, a criação das instituições. Segundo Ariès (1981), foi pela criação dessas, findando o século XVII, que as escolas surgem e se tornam responsáveis pelos processos de aprendizagem e educação. A criança deixou de estar amplamente livre no âmbito adulto e passou a ser separada e até mesmo enclausurada, próprio do caráter das instituições fundadas.

Com o passar do tempo, a família passou a ser lugar de afeto, diferente do que era outrora, atraída agora para um olhar sobre a educação, um acompanhamento dos estudos das crianças. A família passou a se configurar com a criança no centro das atividades familiares. Nesse ínterim, é possível perceber mudanças cruciais nos significados de família, partindo de um período em que a criança não era vista ou ponderada até o momento em que a família se organiza a partir dela (ARIÈS, 1981).

Ariès (1981) compara essa diferenciação ao observar como se lidava com a perda da criança. Se antes essa perda era naturalizada e comum e não demoravam em sentir sua perda pois logo haveriam outros pequenos adultos, agora, neste tempo histórico, há uma dor emocional em perder uma criança. Passou-se, assim, para uma necessidade de focar os olhares sobre a criança, tendo o autor apontado esta necessidade como um dos fatores da perda da sociabilidade para uma relação mais nuclear, sentimental e ao entorno da educação da criança.

Pensando sobre o olhar que se tinha sobre a infância, Ariès (1981) estudou as artes medievais, por volta do século XII, as quais não representavam a infância sob nenhum aspecto. Entretanto, por volta do século XVII, as crianças passam a ser retratadas e até mesmo se tornam uma imagem comum. As famílias também passaram a ser apresentadas ao entorno da criança, demonstrando este papel de importância que passou a ocupar. Sobre as atividades realizadas, representavam-se crianças lendo, desenhando, brincando, diferente da visão religiosa vista nos séculos XIV e XV. Por tal motivo, Ariès (1981) aponta que a infância foi descoberta a partir do século XIII, a partir dos olhares da história da arte e da iconografia dos séculos XV e XVI.

Durante a idade média, por exemplo, não havia distinção das formas de vestimentas

em relação à idade, sendo a única distinção em decorrência das posições sociais. A partir do século XVII, a criança, ou melhor, a criança que estava dentro de uma classe social favorecida, passou a ser vestida de modo diferente dos adultos (ARIÈS, 1981). Esta mudança aparece mais expressivamente nos meninos; quando o autor fala sobre este ascendente sentimento de infância, destaca que esse aparece primeiro para com os meninos, e essa distinção do mundo adulto para o infantil também. As meninas ainda permaneceram mais tempo vivendo no modelo anterior, com roupas e estilo de vida de um adulto, assim como filhos de camponeses e artesãos. Entretanto, para Ariès (1981), quando se afirma que não havia sentimento de infância na idade média, não é uma correlação direta para qualquer tipo de negligência ou abandono, mas que não havia uma consciência das particularidades infantis.

Contribuindo com o debate sobre como as famílias se organizavam historicamente, Menezes (2008) traz pensadores importantes e seus ditos a respeito das famílias. Aristóteles via a família como o centro da coletividade humana, enquanto Engels (1979, p. 25) entendia que “nas mais variadas tribos, a família se assentava como um grupo natural de indivíduos ligados por elementos biológicos”. Nesta colocação, é possível observar o peso do fator biológico nos conceitos de formação familiar. Menezes (2008) cita também Rousseau (1983) ao relatar um ideal de família que não se refere diretamente a um vínculo biológico com os pais.

Já no processo histórico das famílias no Brasil, Carmo e Loreto (2017) descrevem que as formações familiares já se observam quando o país se dividiu em Capitânicas Hereditárias para entregá-las às famílias com condições financeiras favoráveis que vinham de Portugal. Quando as mesmas ocupavam a terra com suas formulações de família, passava-se a se estabelecer um padrão familiar advento do colonizador. As famílias indígenas, negras e mestiças tiveram que se adequar a tais padrões impostos pela igreja católica.

A constituição de família tem perpassado tempos históricos, com mudanças internas e externas, com influências de contextos sociais, políticos e de Estado. As autoras consideram que a família pode ser entendida como um sujeito social. Sendo assim, a família contemporânea está passando por um período transicional, visto que conceitos de família e suas formações estão em constante período de mudança, bem como suas relações (CARMO; LORETO, 2017).

Carmo e Loreto (2017) compreendem que a organização familiar se dá para além de aspectos biológicos, sendo um mecanismo social. Além disso, características fundamentais do

passado ainda fazem parte dos modelos contemporâneos, dentro das nossas relações e concepções de família. Também se discute a influência da escola como marco de mudança que tornou a família mais privativa, com poucos membros e com uma aproximação afetiva entre eles, focando no sentimento de infância.

As autoras citam Carvalho (2017) ao dissertar sobre estas mudanças contemporâneas no quesito família, como ingresso da mulher no mercado de trabalho, ou da mesma assumindo sozinha o cuidado financeiro do lar, e ainda o:

Afastamento precoce dos filhos do convívio familiar, quando o cuidado e a educação passaram a ser compartilhados com a escola. Outros aspectos culturais e comportamentais ligados à família, citados pela autora, foram o casamento, deixa de ser visto como um negócio, passa a ser realizado por interesses do casal, a relação entre pais e filhos se torna mais íntima e liberal e a participação paterna mais ativa na educação dos filhos e nos assuntos domésticos em geral (CARVALHO, 2017, *apud* CARMO; LORETO, 2017, p. 08).

Um marco imprescindível para o debate das famílias contemporâneas no Brasil é a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que, segundo Menezes (2008), trouxe um conceito de família mais abrangente, garantindo direitos a todos os integrantes dessa família, além de tutela para além do casamento, mas também pela união estável ou família monoparental. Ao pensar sobre as famílias à luz da Constituição Brasileira de 1988, Menezes (2008) compreende que o termo é entendido atualmente como um grupo social responsável pela formação psicossocial dos sujeitos, na qual existe orientação sobre a vida e que possui deveres constitucionais, muito voltados à segurança e bem-estar da criança. O autor aponta, contudo, que antes da Constituição, a família era vista como apenas aquela que se forma matrimonialmente. As diferentes formas de família existiam, ainda que não protegidas legalmente, mas eram foco de discriminação e preconceito.

O autor elabora, então, que houve mudanças sociais significativas no que se entende por família, mas que a mesma continua exercendo papel fundamental na construção dos sujeitos. Também reforça a necessidade de um olhar contemporâneo sobre as famílias, visto que um olhar não atual e não reflexivo sobre essa formação plural pode não corresponder com as características das famílias hoje, pois as mesmas mudaram e estão em processo de mudança.

De acordo com Oliveira e Milnitsky-Sapiro (2007), a história da garantia de direitos de crianças e adolescentes no Brasil apresenta uma lógica de desassistência em diversos momentos. Como marco de mudança de toda uma lógica de cuidado, os autores ressaltam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, como fruto de todo um movimento

social da época. Rizzini e Rizzini (2004) explicam que, na formulação da Constituição Federal de 1988, o artigo 227 descreveu os direitos da criança e foi o responsável pela criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

Com isso, emergem mudanças cruciais, pois surge como lei a garantia de direitos às crianças e adolescentes. Os movimentos sociais subsidiaram um declínio do afastamento de crianças de suas famílias, visto que não se tratavam apenas de questões familiares, mas também de toda uma lógica social acima dessas (RIZZINI; RIZZINI, 2004). O artigo 227 da constituição de 1988 pautou a proteção integral de crianças e adolescentes, sendo esses sujeitos de direitos, com as mesmas possibilidades de proteção que os demais cidadãos brasileiros, mas com a especificidade de prioridade em investimentos, visto que estão em desenvolvimento (OLIVEIRA; ROMÃO, 2015).

Como medida proposta pelo ECA (1990), o acolhimento institucional é previsto como fator protetivo e, de acordo com o artigo 19 e seus incisos, assim como o artigo 92, a situação de acolhimento precisa ser reavaliada a cada seis meses, viabilizando reintegração familiar ou inserção em família substitutiva, com permanência breve indicada por no máximo dois anos, devendo-se cuidar dos vínculos familiares dos mesmos.

Contudo, entende-se que embora a lei garanta que crianças e adolescentes não permaneçam distantes de um ambiente familiar, muitos são os casos daqueles que permanecem por longos períodos em Casas de Acolhimento. Resistindo por longos anos de institucionalização, o vínculo familiar se torna enfraquecido e tais crianças e adolescentes passam a ser considerados como filhos e filhas das instituições, de acordo com Amin (2018).

De acordo com Toscano (2019), a compreensão de família sofreu alterações na visão tradicional que se tinha, de um modelo familiar construído unicamente por laços de sangue. Contudo, ainda há inquietações para perceber as relações familiares postas em sociedade e como classificar e definir tais modificações. Para o autor, faz-se necessário compreender, para além da composição familiar, os contextos relacionais, as extensões históricas e políticas que as perpassam.

Toscano (2019, p. 26) enfatiza que a ideia de família instituída tinha como objetivo trazer homogeneização da compreensão de família, com “aspecto europeu, um tipo ideal a partir de um vertente judaico-cristã, que acentuavam um modelo patriarcal, sexista e monogâmico”, e aponta que família foi um norte para a construção de políticas estatais, descrevendo uma “função estratégica que as relações familiares assumem para ela e sobre

ela”. Segundo o autor, esta compreensão é necessária para se entender a forma como as políticas públicas se estabelecem no cuidado da pobreza e da situação de vulnerabilidade social.

#### 4.1.2. VÍNCULOS FAMILIARES E O DEBATE DAS FRAGILIDADES

*“Para educar uma criança, é necessário uma aldeia inteira”  
Provérbio Africano*

Barbosa e Bosi (2017) discutem a respeito do conceito e dimensão do vínculo e compreendem que, embora muito se discuta sobre sua importância, o vínculo é pouco visto ou compreendido. Para as autoras, “este lugar de invisibilidade certamente não significa o lugar da não existência, mas da precariedade teórico-metodológica” (BARBOSA; BOSI, 2017, p. 1003). Mesmo que as autoras considerem o debate dentro do âmbito da saúde, e não exatamente no debate da Assistência Social, as discussões seguem válidas ao trazerem que há uma tendência de compreender o vínculo como semelhante a palavras como responsabilidade, acesso, acolhimento e autonomia; assim, “constatamos também de maneira recorrente que o vínculo é utilizado como sinônimo da palavra confiança, sem tecer argumentos que permitam tal caracterização” (BARBOSA; BOSI, 2017, p. 1007). Deste modo, as tentativas de conceituar vínculo partem de semânticas que não abarcam o tema em completude.

O vínculo frequentemente é entendido como uma condição para o trabalho (entre equipe e população), o que infere que se discuta vínculo como uma ferramenta, um instrumento. Para as autoras, “certamente há um problema importante que merece ser examinado com mais profundidade concernente à propriedade de o vínculo humano, próprio do campo relacional”(BARBOSA; BOSI, 2017, p. 1006), acreditando, assim, que ter o vínculo somente como um recurso pode esvaziar a dimensão do conceito. Em reflexão e pesquisa, as autoras apontam que o vínculo também foi compreendido como “quase tudo” e, neste aspecto, dá uma conotação de “algo supostamente ausente, algo não visto, ou ainda um dever ser” (BARBOSA; BOSI, 2017, p. 1007).

O vínculo pode ser constantemente conectado ao afeto, compreendendo que permite a fluidez do afeto, sendo uma prática de cuidado. Questiona-se, então, o que ocorre com afetos que não circulam:

Pensar em vínculo como condição de “circulação de afeto” nos leva a pensar em “afetos estagnados”, [...] o que seria um afeto que circula e um afeto que não circula. [...] não seria razoável pensar também que o próprio afeto favoreceria o vínculo? Que relação realmente há entre vínculo e afeto? (BARBOSA; BOSI, 2017, p. 1013).

De acordo com Diniz e Koller (2010), o afeto é uma capacidade humana imprescindível para desenvolver relacionamentos íntimos e recíprocos. Para as autoras, é a partir do afeto que se pode subsidiar o desenvolvimento durante os períodos do ciclo vital, também indispensável para enfrentamento de situações de risco. O pleno desenvolvimento do afeto está, assim, intimamente conectado à sensação de segurança e constância e, assim como explica Bronfenbrenner (2001, 2005), os vínculos seguros são considerados elementos determinantes para uma passagem positiva diante de mudanças da vida. Diniz e Koller (2010) explicam ainda que, para Bronfenbrenner, a construção de um laço afetivo requer tempo de qualidade e, por causa deste afeto, o sujeito pode ser capaz de lidar com dificuldades e se adaptar às propostas que o meio apresenta.

Bowlby (2002), ao considerar a dimensão do vínculo afetivo, compreende que esse se dá pelo resultado de um comportamento social entre indivíduos e, em suas palavras, “o núcleo daquilo que eu chamo de ‘vínculo afetivo’ é a atração que um indivíduo sente por outro indivíduo” (BOWLBY, 2002, p. 96). Em seus estudos, compreende que existe uma forte vinculação entre indivíduos em diferentes espécies, sendo o mais comum aquele existente entre cuidador, os pais, e seus filhos, filhotes. Para a construção deste vínculo, segundo o teórico pesquisador, é preciso reconhecimento do outro, ação de proximidade e manutenção dessa intimidade. Assim, o principal aspecto deste vínculo afetivo estaria na urgência da proximidade. Isto é, quando há separação, rompimento ou afastamento nesta relação pais-filhos é que, funcionalmente, ocorre a busca, o desejo de retomada.

Para o autor, os vínculos afetivos entre humanos ocorrem porque há uma busca pelo conhecido, pelo que é familiar, além da necessidade de proteção e por sobrevivência. Assim, Bowlby (2002) aprofunda o debate sobre não ser somente por sobrevivência fisiológica que a vinculação afetiva ocorre. Através dos estudos de Lorenz (1957) sobre o *imprinting*, com a conexão de filhotes de patos com aquilo que foi seu primeiro contato ao nascer, os autores refletem sobre uma conexão pelo que é familiar. Ainda, Bowlby (2002) entende que a falta desta vinculação segura acarreta em sofrimento psíquico, podendo haver falhas na base segura, representação deste vínculo. Bowlby (2002) também afirma que o vínculo afetivo ocorre de modo dirigido, específico, com a escolha de uma figura que representa este vínculo, considerada mais forte e mais sábia, geralmente o cuidador principal. Diante desta figura de apego, há sensação de segurança e tranquilidade. Diante de sua ausência, há ansiedade, tristeza. Ainda, para o autor, considerando os estudos de Ainsworth *et al.* (1978), a função do

vínculo afetivo está na aprendizagem, na proteção, permitindo a sensação de segurança, mas também de exploração e descobrimento. E, aquilo que foi aprendido neste vínculo pode perdurar até a vida adulta dos indivíduos. O mesmo acontece quando as relações de apego estabelecidas não foram consideradas seguras, conforme descreve Pontes (2007):

Nas relações de apego inseguro não há predomínio de sentimento de segurança e valorização. Em função de interações aversivas, a criança pode desenvolver expectativas negativas, especialmente, em torno da disponibilidade dos outros em momentos de necessidade e estresse, evidenciando, posteriormente, insensibilidade, raiva, agressão e falta de empatia nas relações subseqüentes (PONTES, *et al.*, 2007, p. 69).

Considerando ainda a importância das relações de apego, Poletto e Koller (2008) explicam que existem situações consideradas protetivas e situações de risco ao longo do desenvolvimento e que as relações socioafetivas seriam, então, a chave para a definição destas vivências. A existência e a qualidade dos laços afetivos serão bases cruciais para que situações protetivas ocorram, garantindo conexão e resiliência dos sujeitos envolvidos.

Poletto e Koller (2008) citam Rutter (1985, p. 600) ao relatarem que “fatores de proteção se referem a influências que modificam, melhoram ou alteram respostas pessoais a determinados riscos de desadaptação” e, entre os fatores de proteção que podem ser identificados, há: critérios da pessoa, como autonomia e competência emocional; critérios sociais, como rede de apoio, relações familiares coesas e livres de situação de negligência, com recursos para enfrentamento de problemáticas; e laços afetivos fortalecidos para enfrentarem estressores (MASTEN; GARMEZY, 1985; CECCONELLO, 2003; POLETTI; KOLLER, 2008).

Sobre essas relações que podem ser benéficas ao desenvolvimento, Ceconello e Koller (2004) compreendem que as interações humanas podem estabelecer uma relação recíproca, gradativamente mais complexa, no ambiente em que estão inseridos. Denominam esta experiência como processo proximal, a partir de uma visão ecológica do desenvolvimento. Estes processos podem provocar competência ou disfunção, segundo as autoras. No processo de competência, as experiências vividas podem assistir desenvolvimento típico, benéfico para os sujeitos, com aquisição de habilidades. Já os processos que envolvem disfunção, se vê dificuldades de manter o controle, propícios de serem desenvolvidos em um ambiente desorganizado e desfavorável.

Sobre esses ambientes desfavoráveis, as autoras destacam que situações de violências e de vulnerabilidade, acrescidos também a vulnerabilidade socioeconômica e baixo nível de

escolarização ofertado, podem causar impactos nos processos proximais, gerando disfunção. Elucidam que, em ambientes estressores, pode haver pouco cuidado afetivo ou atenção emocional para crianças e adolescentes e que este estresse vivenciado no meio pode repercutir diretamente nas relações estabelecidas (CECCONELLO; KOLLER, 2004).

Diante disso, se torna importante e necessário discutir sobre os efeitos dos ambientes sobre o desenvolvimento e sobre as relações. Segundo Walsh (2016), resiliência familiar diz respeito à possibilidade de se recuperar após dano, prejuízo ou desafio, ampliando seus recursos emocionais, enquanto coletivo. A autora tem uma visão sistêmica sobre as famílias em situação de crise e afirma que adversidades podem ter impacto em toda a extensão da família, e que estressores são capazes de derrocar o funcionamento de um ciclo familiar.

Diante disso, quando se pensa em resiliência familiar, fala-se muito mais do que uma característica individual, mas de possibilidades de transformações relacionais, que podem inclusive se desenvolver a partir da crise apresentada e suscitar o fortalecimento dos laços familiares. Segundo a autora, esta percepção muda a lógica de ver uma família como faltante, prejudicada, sem perspectivas. Entende-se, assim, que as famílias, os contextos relacionais e sociais, podem ser tecedores de resiliência coletiva. Contudo, para que se pense em trabalhar com famílias em vivências de laços fragilizados ou estressores, é preciso entender sensações de desamparo, de fracasso e de culpa que podem permear os vínculos. É a partir deste olhar amplo que se pensa em estratégias para o fortalecimento destas relações (WALSH, 2016).

Ademais, Walsh (2016) ressalta a necessidade de se considerar a segurança financeira como um aspecto importante para se verificar o bem-estar familiar. Corroborando esta fala, Martins *et al.* (2007) compreendem que uma situação de crise socioeconômica pode provocar mudanças nas relações sociais, principalmente nas famílias. Desse modo, questiona-se como trabalhar em prol da resiliência familiar e estabilidade nas relações, visto que as famílias hoje são o principal palco de construção de bem-estar, de proteção, de socialização e podem ser também palco de vivências de vulnerabilidade ou empoderamento. As questões sociais, econômicas e culturais em seu nível macro podem influenciar como as relações humanas se colocam em respeito e valores (MARTINS *et al.*, 2007).

Além das características da família enquanto agente protetivo, é importante que a família também tenha uma rede de apoio capaz de dar suporte para os pais durante o desenvolvimento e diante de situações de estresse (BRONFENBRENNER, 1986). O autor e pesquisador do desenvolvimento também explicitou em seus estudos que o desenvolvimento

depende de vários sistemas e contextos que se atravessam e não somente de um único fator.

Diniz e Koller (2010) apontam que, embora seja fundamental construir relações de afeto, intimidade e disponibilidade afetiva entre a família e a criança ou adolescente, há também, nesta necessidade, um grande desafio. As autoras apontam instâncias além da relação cuidador-criança que podem causar interferências neste desenvolvimento relacional. Mencionam, por exemplo, a intensa jornada de trabalho, o período de licença maternidade reduzido, que pode repercutir em ruídos, pela pouca disponibilidade de tempo, para essa construção e fortalecimento do afeto. Situações essas consideradas como presença do exossistema, segundo a teoria bioecológica do desenvolvimento humano.

Sobre isso, Conceição (2019) elucida que o cuidado com vínculos familiares é um encargo do Estado e da sociedade e questiona o apontamento de responsabilidade única e exclusiva da família pela fragilização dos vínculos, por vezes em que há culpabilização dos laços familiares pela situação de acolhimento institucional de suas crianças e adolescentes. A autora acompanhou o trabalho do CREAS com famílias e ressaltou que, diante do apontamento de negligência das famílias, há, para além das relações familiares, negligências e ausências de políticas públicas, ou, ainda, insuficiências por parte do próprio Estado.

Segundo Conceição (2019), ainda que situações de violências e violações de direito dentro do contexto familiar sejam superadas, frequentemente a situação de pobreza se mantém e dificulta a saída desta família de uma situação de vulnerabilidade. Esta informação revela lacunas na efetividade das políticas públicas em relação ao suporte para as famílias, mercado de trabalho e suporte ao cuidado com a criança quando os pais precisam prover a renda, como escolas e creches públicas. Conceição (2019) afirma que é necessário elaborar ações que permitam refazer vínculos afetivos, solidificar essas relações, com subsídio socioeconômico e acesso aos direitos básicos.

É preciso pensar, então, em estruturas para além da instância micro, criança-famílias, considerando os agentes externos, políticos e sociais que permeiam este vínculo. A autora explana ainda que quando o direito à convivência familiar e comunitária é colocado como prioridade pelo ECA (1990), estamos falando de fortalecer essas famílias para que possam ocupar este papel, e não a substituir por uma instituição de proteção estatal permanentemente. Acrescentando ao debate, Rizzini *et al.* (2006) revelam que

Acolher reporta à idéia de cuidado. Acolher as famílias que necessitam de apoio é uma forma de acolher seus filhos e garantir a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes. A prática de acolher, neste contexto, está associada ao referencial de direitos humanos e refere-se à noção de que viver com dignidade é

um direito do cidadão (RIZZINI *et al.*, 2006, p. 53).

Rizzini *et al.* (2006) reforçam que crianças e adolescentes são separados de suas famílias em nosso país por situações de pobreza e violência e que temos práticas de proteção que focalizam a institucionalização, e não a superação dos motivos do afastamento familiar. Indaga-se, assim, como se garante o direito à convivência familiar e comunitária e também se evita o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias. Acredita-se que, muitas vezes, é necessário existir o acolhimento institucional como forma possível de defesa de direitos das crianças, mas que é preciso verificar o contexto em que os acolhimentos estão sendo realizados.

Considerando o contexto das famílias brasileiras, Rizzini *et al.* (2006) explicam que temos situações de desigualdade social perene e enraizada e que urge a necessidade de olhar este contexto; não porque as famílias pobres tragam em si dificuldades no cuidado com os filhos, mas porque este tem sido o principal grupo social com afastamento de crianças de seus seios familiares. Segundo as autoras, “persiste o mito de que elas estariam protegidas e em melhores condições longe de suas famílias, consideradas ‘desestruturadas’” (RIZZINI *et al.*, 2006, p. 18). Busca-se, assim, afastar este mito de que a família seria incapaz, visto que faltam políticas públicas que subsidiem condições de vida e dignidade. As autoras questionam o que se tem definido por família em situações de vulnerabilidade, sendo preciso considerar a violação de direitos advinda do próprio Estado primeiramente, não da própria família.

Para as autoras, há uma contradição quando se vê a família como agente central de responsabilidade do vínculo criança-famílias, pois o Estado deixa as famílias sem condições básicas de sustento e vida digna para desenvolvimento de seus filhos. Ainda segundo as autoras, facilmente vemos a negligência cometida pelos pais e cuidadores, mas dificilmente percebemos a omissão do Estado nestas histórias. Existe uma cultura de institucionalização e ela não ocorre, muitas vezes, porque as crianças necessitam ser afastadas de suas famílias, mas porque falta o básico para subsistência (RIZZINI *et al.*, 2006).

Outro fator importante ao questionar sobre a fragilidade dos vínculos é apontado por Rizzini *et al.* (2006), a partir dos estudos de Rizzini (2001), Carvalho (2002) e Sarti (2002) a respeito das famílias que passaram, nas últimas décadas, a ter uma composição menor, com a figura da mãe como figura única ou principal de cuidado, ao mesmo tempo que esta mãe ocupa lugares no mercado de trabalho e a criação dos filhos necessita de adaptação, com

mais distância entre casa e trabalho, com conseqüente tempo encurtado de presença desta figura de cuidado com as crianças. Para as autoras, temos visto aspectos de vulnerabilidade, como famílias monoparentais e maternidade na adolescência, seguidos de baixa escolaridade e desemprego, situações de violência e/ou uso de substâncias psicoativas, atingindo a vivência de crianças, mulheres e suas famílias.

Entre as principais fragilidades encontradas nas famílias acompanhadas por programas de acolhimento, encontram-se situações de privações como dificuldades financeiras, quadros de violência, consumo de álcool e drogas, famílias com algum membro com necessidades especiais, questões de saúde mental, desaparecimento de um dos cônjuges, entre outras questões (RIZZINI *et al.*, 2006). Para Rizzini *et al.* (2006), a saída possível é prestar acolhimento e apoio para as famílias para que se previna o afastamento da criança do seu ambiente familiar antes que a situação se torne grave o suficiente para que não se tenha outra alternativa. Isto porque, ainda que haja uma situação de fragilidade, existem potencialidades nestas famílias, que podem receber apoio para educar seus filhos.

Pensando nisso, reforça-se a necessidade do trabalho da Política Nacional de Assistência. As autoras também apontam a necessidade de ampliar o campo de ação do governo para além de bolsas e programas de auxílio, que não são suficientes para resolver as principais dificuldades familiares. Assim como um trabalho interdisciplinar eficaz, “condições dignas de vida e formas consistentes de suporte para a criação dos filhos poderiam evitar separações desnecessárias e fortalecer os elos entre criança/adolescente, família e o meio a que pertencem” (RIZZINI *et al.*, 2006, p. 54). Cabe ressaltar que, entre a permanência da criança na estrutura familiar com dificuldades na garantia de direitos e o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, há ainda o acolhimento familiar como uma alternativa de garantia do direito à convivência familiar e comunitária, evitando a institucionalização de crianças.

Diante dessas reflexões, entende-se que o conceito de vínculo é uma discussão complexa. A partir de Barbosa e Bosi (2017), compreende-se que vínculo é um conceito amplamente citado, mas pouco conceituado. Segundo discussões de Conceição (2019) e Rizzini *et al.* (2006), sua fragilidade não pode ser vista de modo simplista, sendo por vezes associada a questões socioeconômicas e não a desigualdades sociais marcadas e falhas em políticas públicas. Por fim, considerando os estudos de Ainsworth *et al.* (1978), Bronfenbrenner (2001, 2005) e Diniz e Koller (2010), o vínculo pode ser compreendido

como uma atração existente entre sujeitos, que se dá para além da sobrevivência fisiológica, mas sim por uma íntima conexão afetiva, capaz de desenvolver proteção, segurança e descobrimento do ambiente. Ainda, necessita de constância e tempo para sua formação plena. O vínculo seguro se coloca de modo crucial no desenvolvimento. É válido afirmar, ainda, que discussões sobre seu conceito e formação não se esgotaram.

## 4.2. DA FAMÍLIA À INSTITUCIONALIZAÇÃO

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (BRASIL, Artigos 5 e 18, 1990).

### 4.2.1. MOTIVOS PARA O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Habigzang e Koller *et al.* (2012) explicam que as relações apresentam forte impacto no desenvolvimento humano, seja este considerado positivo ou não. É interagindo com o meio e sendo moldado também por esse que o sujeito pode vivenciar situações de risco, como violação de direitos. Segundo documento do Ministério da Educação (2008), intitulado “Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes”, a violência contra crianças e adolescentes pode ser perpetrada por diferentes formas e pessoas. Explica ainda que há uma relação violenta que pode ser estabelecida, entendida como relação desigual, que perpassa por mecanismos de dominação, coação, agressão. “A relação violenta nega os direitos do dominado e desestrutura sua identidade” (BRASÍLIA, 2008, p. 29).

O mesmo documento do Ministério da Educação explica que o Brasil tem marcas profundas de desigualdades socioeconômicas, históricas, que perpassam culturas elitistas, machistas, racistas e violentas com crianças e adolescentes, principalmente no que se refere a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Assim, revela-se uma violência estruturante e excludente e, no que tange a essa violência estrutural, o documento ressalta como exemplo questões de mortalidade de crianças e adolescentes associadas a causas externas, como em associação com tráfico de drogas.

Conforme revela o Ministério da Saúde (2010), dentre as causas de morte em crianças entre 0 e 9 anos de idade, a violência e outras causas externas estão em quarto lugar, assim como a violência corresponde a 52, 9% das causas de morte entre 10 e 19 anos de vida.

Acrescido a essa fala, no momento de pandemia da COVID-19, o portal<sup>2</sup> da UNICEF (2020) traz duas notícias: um artigo publicado no portal da organização e uma reportagem em 28 de maio, em que apontam a probabilidade de maior incidência de violência contra crianças e adolescentes neste período de isolamento social.

Em uma de suas reportagens, a UNICEF (2020) explica que o isolamento e a reclusão das famílias com crianças e adolescentes podem aumentar os riscos para todos os tipos de violência e, se outrora as violências já ocorriam dentro de um ambiente familiar, agora, em confinamento, o risco se eleva, com maior vulnerabilidade e exposição. O artigo<sup>3</sup> supracitado explica algumas medidas possíveis para se cuidar de crianças e adolescentes neste período, como manter um ambiente seguro e de interação com a criança, com fortalecimento de vínculos, cuidado com a saúde mental dos responsáveis, com informações necessárias sobre o momento pandêmico vivenciado, além de busca de auxílio em equipamentos de proteção à criança e ao adolescente, caso necessário. Também, divulgou canais de denúncia e equipamentos de proteção.

Sobre as formas de violência que podem atingir crianças e adolescentes, verifica-se, dentre outras, a violência psicológica. A violência psicológica é observada quando se há uma relação de poder, com agressões verbais, humilhações, rejeição, ameaças, entre outros. Ainda que muito frequente, infelizmente é pouco notificada, sendo muitas vezes tolerável socialmente. Entretanto, gera sintomas emocionais que afetam a saúde mental de crianças e adolescentes, ferindo o pleno relacionamento de crianças, a autoimagem ou até sintomas depressivos e ideação suicida (BRASÍLIA, 2008).

O documento do Ministério da Educação aponta que esta forma de violência, que converte proteção para situações de privação, pode ser configurado uma “despaternalização”, ou seja, a negação das funções sociais e pessoais dos papéis de pai e mãe, do poder familiar, muitas vezes ancorada em uma tradição autoritária da disciplina” (BRASÍLIA, 2008, p. 37). Segundo o documento, tal tradição pode estar ainda embasada em modelos de violência de gênero, em que o homem, o que realizaria a função do pai, coloca-se como dominador e a mãe, arbitrária, ou ainda a única responsável pelo cuidado dos filhos.

---

<sup>2</sup> Crianças e adolescentes estão mais expostos à violência doméstica durante pandemia, UNICEF. <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/criancas-e-adolescentes-estao-mais-expostos-a-violencia-domestica-durante-pandemia>.

<sup>3</sup> Cinco dicas para proteger crianças e adolescentes da violência em tempos de coronavírus, UNICEF. <https://www.unicef.org/brazil/cinco-dicas-para-protger-criancas-e-adolescentes-da-violencia-em-tempos-de-coronavirus>.

Amin (2018) explica que existe uma lógica de educação por violência que faz parte da história brasileira, podendo ser vista ainda no Brasil Colônia. Neste período, a família era baseada nos princípios que regiam o reino, preponderando a figura paterna como base da família e sendo possível que este pai castigasse o filho de modo educativo, sem quaisquer moderações. Sendo assim, a autora explica que castigos que findavam em ferimentos ou óbito da criança poderiam acontecer.

Além de agressões físicas sob fins supostamente educativos, como posto por Amin (2018), também são consideradas violências físicas: “[...] privações físicas deliberadas (de comer e de beber), restrições de movimentos (confinamento), privação ou transferência de abrigo (expulsão do lar, colocação em outra residência, internação), trabalho forçado e inadequado à idade e desenvolvimento do vitimizado [...]” (BRASÍLIA, 2008, p. 35).

Ao aludir sobre a violência intrafamiliar, Eloy (2014) compreende que a criança que a vivencia pode sofrer agravos de diferentes dimensões, como violência física, mas também emocional, com constrangimento e rejeição. Aponta como a prática da violência está atrelada a critérios educativos no Brasil, como algo enraizado culturalmente e que se perdura de modo intergeracional. Ainda, explica que, para os responsáveis que foram vítimas de violência no decorrer de sua infância e adolescência, pode ser um desafio não perpetuar os ciclos de violência, mesmo que sob pretexto de educação.

O UNICEF (2015) aponta que há uma naturalização da violência como prática educativa, seja essa física ou psicológica. Ainda quando a violência doméstica não é diretamente contra a criança ou adolescente, vivenciar atos violentos também causam impacto nos sujeitos, podendo causar danos no desenvolvimento, nos aspectos físicos, cognitivos e sociais. Sobre este aspecto, o UNICEF (2015) discute a conquista da Lei do Menino Bernardo (13.010/2014), que visa garantir uma educação que não envolva aspectos violentos, atroz ou violadores, posto como desafio a necessidade de romper com esta lógica estruturante em nossas relações, o que inclui a promoção de campanhas educativas, capacitação profissional para prevenção da violência, práticas de educação positiva, rede de apoio para as famílias e trabalho intersetorial.

Ainda existem outras formas de violência que atingem crianças e adolescentes. No que diz respeito à violência sexual, Habigzang e Koller *et al.* (2012) descrevem esta violência contra crianças e adolescentes como todo e qualquer tipo de contato e/ou envolvimento com esses em situações de cunho sexual, que os mesmos não entendam ou não consintam. Outro

texto de Habigzang *et al.* (2009) explica que as formas de violência sexual podem ser descritas como assédio, toque físico em partes íntimas de modo persuasivo, exploração sexual, estupro, incesto e também voyeurismo.

No que tange à negligência, esta pode ser identificada pela falta ou falha no cuidado de crianças e adolescentes e, sobre isso, Pasian *et al.* (2013) explicam que esta forma de violência é, infelizmente, comum em diferentes realidades, mas afirmam que há complexidades e dificuldades em se compreender a dinâmica e até definição real da violência do tipo negligência.

A negligência pode ser verificada em uma relação baseada em omissões, rejeições, indiferença e falta de compromisso. É uma das formas de violência de mais frequente notificação, mas, infelizmente, de mais difícil compreensão, podendo ser conceituada desde casos de falta de cuidado com saúde física, pela falta frequente ou abandono escolar, mas também como abandono, pais que não exercem cuidado ou presença na vida dos filhos, famílias que permitem rotatividade da criança em diferentes famílias e fontes de cuidado, quando esta se vê na iminência de assumir responsabilidades que caberiam aos cuidadores, faltas de afeto, de valorização da criança e do adolescente, de proteção, falta de cuidado e atenção ao estágio de desenvolvimento em que estes se encontram, entre outras vivências (BRASÍLIA, 2008).

Importa pontuar, entretanto, que, ainda que haja uma divisão didática sobre as formas e tipos de violência, para melhor compreender a especificidade de cada vivência, é comum, infelizmente, que crianças e adolescentes vivenciem várias destas formas de violência juntas, concomitantemente. Diante desta realidade, é preciso entender o fenômeno da violência nas nossas relações e construir, ou fortalecer, políticas públicas que cuidem da realidade das crianças e adolescentes brasileiros, abrandando enfrentamentos socioeconômicos e promovendo políticas de proteção (UNICEF, 2015).

O estudo de Silva e Gonçalves (2019) verificou as formas de violência registradas nos arquivos do Conselho Tutelar em um município da Baixada Fluminense e foi encontrado um maior percentual de violência do tipo negligência, com um pouco mais de 30% dos casos registrados, com violência física em segundo lugar, com cerca de 29% dos registros, violência psicológica com 22,4 % e sexual com quase 10% dos casos. Dentre os agentes da violência, se percebeu que a genitora era maior responsável pela violência do tipo negligência, violência física e psicológica, com faixa etária de crianças mais presentes entre 6 e 9 anos de idade,

além de ser ter mais notificações quanto aos casos de violência sexual contra meninas.

Os autores também discutiram a dificuldade de configuração da violência do tipo negligência, sendo por vezes associado ao papel da mãe, recortes de gênero quando se diz respeito às porcentagens de violência sexual atrelada ao sexo feminino, além de verificar, concordando com demais estudos sobre o tema, a violência física e psicológica sendo associada a padrões de educação e correção na criação dos filhos. Também foi verificada uma responsabilização única das famílias nos casos de violência, especialmente no que tange ao papel da genitora. Ressaltou-se a necessidade de trabalhos com as famílias, mas também capacitação perene dos profissionais do conselho, a fim de melhor proteger as famílias e prevenir a violência.

Ainda em outra pesquisa de Silva (2019), foi possível identificar que as famílias consideradas pobres eram mais notificadas com denúncias de violência, sendo novamente associadas a um movimento único e exclusivo das famílias, com responsabilidade das habilidades parentais. Questionou-se também a tolerância de alguns aspectos da violência contra crianças e adolescentes, sendo “aceitáveis” determinadas práticas.

Ao perguntar a profissionais de três diferentes Conselhos Tutelares sobre o que seria violência do tipo negligência, houve resposta geral de que é uma ação intencional e consciente advinda da família. Além de, ao longo da pesquisa, serem verificadas correlações diretas entre situação de negligência seguida de institucionalização da criança e do adolescente, ainda que também tenha sido pautada como uma medida de último recurso. Ao questionar sobre medidas de prevenção da violência, as respostas estavam associadas a atividades a serem desenvolvidas nas escolas e o trabalho em rede, como o CREAS (SILVA, 2019).

Silva (2019) revela que, ainda que não tenha sido declarado pelos profissionais a respeito, há percepção de que os casos de violência do tipo negligência são pouco apresentados quando se diz respeito a famílias com maiores condições financeiras e infere-se que há um enviesamento nas denúncias sobre a temática, apontado pelos pesquisadores como um recorte direcionado pelo preconceito. Há também, nos resultados da pesquisa, a presença de uma responsabilização, ainda que indireta, sobre o próprio Estado no que diz respeito à negligência.

Entende-se, então, que há outro motivo para institucionalização de crianças e adolescentes que não somente a violência. Khattar (2019) afirma que uma das principais causas de institucionalização de crianças e adolescentes em nosso país é a pobreza. O autor

explica que, em algumas situações, há busca pelo acolhimento institucional ainda antes de verificar os demais recursos, como programas de apoio, a rede comunitária ou a própria família extensiva da criança e do adolescente.

Aponta-se o quanto o determinismo econômico tem ditado as relações e os acolhimentos brasileiros, fazendo com que a pobreza seja usada como justificativa para a rotatividade de crianças e reduzindo, assim, os diferentes olhares sobre esta realidade. A autora explica que “pobreza em si não é categoria sociológica suficiente para analisar e abarcar a complexidade do fenômeno cultural, sustentado por mais de 10 gerações, da circulação de jovens e crianças” (KHATTAR, 2019, p. 30).

A pesquisa de Martins *et al.* (2007) chegou à mesma conclusão, de que o processo de institucionalização muito se dá por conta de fragilidades financeiras, que acabam por impactar diretamente a unidade da família, ainda que se contradigam os pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Para Rizzini *et al.* (2006), se entende que o acolhimento institucional é uma medida possível, mas que a pobreza não deve ser um motivo para tal institucionalização e, ainda, que o acolhimento institucional é a última medida, quando já foram esgotadas as possibilidades de a criança e do adolescente permanecerem com suas famílias. Ainda assim, na pesquisa das autoras, 100% das crianças acolhidas institucionalizadas vinham de famílias consideradas pobres.

Yunes e Szymanski (2003) pontuam que, ainda que existam baixas condições econômicas, desfavorecimentos sociais que afetam a maioria das famílias em nosso país e que podem impactar diretamente a vida de crianças e adolescentes, também é verdadeiro que há desenvolvimento de estratégias para cuidado não só físico, mas também em outros critérios da saúde. As autoras questionam-se sobre a resiliência quando se discute tal fenômeno, pretendendo-se verificar quais seriam as crenças dos profissionais que trabalham com estas famílias sobre este tema.

Ao entrevistarem profissionais do Serviço Social, da Saúde e da Educação, verificaram-se falas que indicavam famílias resignadas em uma situação de miséria, desanimadas, e houve menção à violência como parte da vivência no trato com família de baixo poder aquisitivo, sendo visto “na opinião da maioria das entrevistadas, as família de baixa renda, além de negligentes com cuidados básicos e bem-estar de seus filhos, tendem a apresentar pautas educativas prejudiciais ao desenvolvimento dos mesmos” (YUNES; SZYMANSKI, 2003, p. 126), ainda correlacionando o conceito de família desestruturada ao

modelo não nuclear de família.

Ao serem questionados sobre as famílias que vivem consideravelmente bem, apesar da condição de pobreza, os profissionais atentaram para suporte da rede de apoio social. Entendem a prioridade sobre estudos e trabalho como estratégias utilizadas para lidar com as dificuldades, com organização de uma rotina com participação compartilhada. Contudo, a autora disserta que houve dificuldade dos entrevistados em ponderarem aspectos positivos, o que demonstra enraizamentos de crenças negativas sobre as famílias pobres, ressaltando uma ideia de que são famílias acomodadas em sua situação de vulnerabilidade, com poucas chances de resiliência, desvendando preconceitos (YUNES; SZYMANSKI, 2003).

Acrescentando ao debate, um documento do UNICEF (2015) sobre violências e seus impactos no desenvolvimento infantil pondera sobre a violência estrutural, sendo entendida como um plano de fundo por trás das demais violências que demarcam o Brasil. Esta violência estrutural é compreendida como:

Denominador comum das demais violências na primeira infância que engendra múltiplas agressões e maus-tratos contra elas nos âmbitos familiar, institucional e comunitário. [...] Diferentes formas de manutenção das desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias, étnicas, que produzem a miséria, a fome e as várias formas de submissão e exploração de umas pessoas pelas outras. A naturalização da violência estrutural favorece outras formas de relação violenta (UNICEF, 2015, p. 07).

Cecconello e Koller (2004) corroboram com esta fala ao compreenderem que existem fatores de risco que se colocam e permeiam as relações e os vínculos familiares em nossa sociedade, como alto índice de pobreza e violência, que interferem diretamente no desenvolvimento e nas estratégias de adaptação dos sujeitos, gerando o que as autoras denominam como caos: vivências que desregulam o ambiente e as relações, como desemprego, divórcio, doenças crônicas, e podem abalar o cuidado prestado à criança e ao adolescente perante suas necessidades.

Siqueira e Dell’Aglío (2007, p. 134) descrevem alguns exemplos de fatores de risco como “violência intrafamiliar, pobreza, desemprego, alcoolismo, presença de doença física e mental dos cuidadores” e acrescentam que tais fatores têm embasado os casos de acolhimento de crianças e adolescentes. Explicam que, quando a família não desempenha fator protetivo, coloca o desenvolvimento e bem-estar de crianças e adolescentes em risco e, assim, medidas de proteção precisam ser empenhadas, sendo o acolhimento institucional uma opção.

Contudo, Habigzang e Koller *et al.* (2005) ponderam o que seria melhor para a criança e o adolescente quando se chega à necessidade de pensar em acolhimento institucional, visto

que o afastamento da criança de seu lar e de seus laços de afeto pode causar na criança uma sensação de culpa, como se tivesse feito algo errado e seu distanciamento fosse medido como punição. Questiona-se a possibilidade do afastamento do agressor do ambiente familiar ou do afastamento do fator de risco empregado. Tal reflexão se faz necessária quando se entende que a violência unicamente já carrega impactos sobre a vida de crianças e adolescentes, sobretudo quando associada ao afastamento da criança e à separação de sua família, residindo sozinha em outro espaço.

#### 4.3. RETORNO ÀS FAMÍLIAS DE ORIGEM

O artigo 92 do ECA pressupõe que: “as entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios: I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;” (BRASIL, 1990). Além disso, o artigo 19 explica: “é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” (BRASIL, 1990). Desse modo, fundamenta-se o trabalho de reintegração familiar de crianças e adolescentes que estão afastadas do convívio familiar.

##### 4.3.1 PROCESSOS DE REINSERÇÃO FAMILIAR

Siqueira *et al.* (2010, p. 08) definem a reunificação familiar como “reunião física e psicológica de crianças e adolescentes, que estavam sob cuidados não-familiares, com suas famílias de origem”. Segundo Siqueira e Dell’Aglio (2007), é preciso respeitar o direito à convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes, ainda que estejam em situação de risco, e atentar para prioridade nas tentativas de preservar o vínculo com a origem familiar para evitar os danos ocasionados pelo rompimento. Essas autoras apontam a necessidade de manter vínculos familiares e desenvolver uma reintegração de modo mais breve possível, também eficaz. Isso para que as crianças e adolescentes sintam-se em ambiente de acolhimento emocional.

A reinserção familiar de crianças e adolescentes acolhidos é compreendida como uma transição ecológica e precisa ser melhor abordada no Brasil, segundo Siqueira e Dell’Aglio (2007). As autoras afirmam ainda que é preciso:

desenvolver estratégias sólidas e seguras de avaliação e intervenção nos processos de reinserção familiar representa uma tarefa crucial, visto que falhas nesse processo podem levar ao reabrigamento, e, conseqüentemente, a novos rompimentos de

vínculos afetivos, dificultando ainda mais a próxima tentativa de reinserção (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2007, p. 143).

O estudo de Siqueira *et al.* (2010) teve por objetivo compreender longitudinalmente o processo de reinserção familiar de três adolescentes que moravam em abrigos. Visitas domiciliares e Entrevistas de Reinserção foram utilizadas com os participantes e um membro da família, durante um período que variou de seis a 18 meses. Os resultados indicaram que as famílias se encontravam em situação de vulnerabilidade, não houve uma preparação dos jovens e familiares para o retorno e não foi disponibilizado apoio após o desligamento da instituição.

Dois dos adolescentes demonstraram satisfação com a reinserção após alguns meses de desligamento, embora a situação de pobreza e baixo desempenho escolar fossem percebidos como problemas pelos participantes. No terceiro caso, problemas na condução da reinserção fizeram com que a adolescente fosse reabrigada. Discute-se a necessidade de políticas públicas e de programas desenvolvidos por profissionais capacitados, em parceria com os abrigos, a fim de visar à promoção da convivência familiar.

Conforme descrevem Siqueira *et al.* (2010, p. 08), juntamente com outros estudos na temática, existem diferentes formas de nomear o processo de retorno de crianças e adolescentes acolhidos à suas famílias, como “desligamento institucional, desabrigamento, reintegração familiar, desinstitucionalização, retorno à família/convivência familiar, reunificação familiar e reinserção familiar”

O objetivo é manter o vínculo familiar, seja este com a família de origem, nuclear, a família extensa ou, ainda, uma nova família, com processos de adoção. Segundo Siqueira *et al.* (2010), é dever das instituições de acolhimento possibilitar a manutenção desses vínculos, acompanhar juntamente com o sistema jurídico, para que observem e analisem a possibilidade de retorno ou não para a família de origem. O trabalho da equipe técnica visa a construção de um plano de desligamento que, junto com o juizado da infância e juventude, possa tornar possível o retorno da criança e do adolescente. Há discussões, laudos e pareceres entre equipe do abrigo e juizado para elucidar os casos e garantir o melhor interesse da criança. As autoras explicam ainda que há possibilidade de permitir período de convívio familiar e maior contato, antes que seja consumado o desligamento.

Três casos de reinserção familiar foram acompanhados pelas pesquisadoras e, desses três, um adolescente retornou para a família nuclear, outro para família extensiva e o terceiro

para uma pessoa considerada mãe de criação. As famílias apresentavam dificuldades financeiras, além de muitos membros residindo no mesmo espaço e presença de doença mental. Todas as famílias envolvidas também participavam do programa de transferência de renda do Governo Federal, o que, segundo as autoras, indica que o programa tem alcançado famílias em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o retorno das crianças e adolescentes às suas famílias. Contudo, também apontam que não existem outros programas, com diferentes formas de auxílio às famílias, resumindo este recurso como único.

Em um dos casos acompanhado na pesquisa houve culpabilização da adolescente, atribuindo-a a culpa pelos problemas familiares. Ainda que tenha ocorrido um processo de egressão da Casa de Acolhimento, a adolescente retornou ao acolhimento devido a esse discurso da família, implicando uma reinserção familiar não efetiva (SIQUEIRA *et al.*, 2010).

Quanto à percepção dos adolescentes sobre o acolhimento institucional, duas adolescentes apresentaram percepção positiva na pesquisa de Siqueira *et al.* (2010), com necessidades atendidas e vínculos estabelecidos. Segundo as autoras, isso contribuiu com as demais pesquisas realizadas dentro dessa temática. Assim como a pesquisa de Ramalho (2019), em que se verificava a rede de apoio de crianças e adolescentes vítimas de violência, observou-se a Casa de Acolhimento ser colocada como um fator protetivo e que garantia apoio afetivo e instrumental.

Siqueira *et al.* (2010) apontam ainda que, após o desligamento do adolescente, ocorre, muitas vezes, a descontinuidade desses relacionamentos ali estabelecidos, o que pode provocar sentimentos de rejeição e novo abandono. Na pesquisa das autoras, um dos adolescentes apresentou certo distanciamento e neutralidade em relação à percepção de estar no acolhimento, o que as autoras inferiram como fruto de muitos anos de institucionalização (mais de 10 anos), além de muitos vínculos iniciados e rompidos naquele espaço.

Siqueira *et al.* (2010) apontam a necessidade das visitas serem feitas com propósito e planejamento, alegando que, caso estas sejam feitas sem aproximar e motivar os familiares, não trarão a reinserção familiar efetiva proposta. Na pesquisa, não houve presença de apoio e conexão entre família e equipe técnica, mas queixas e distanciamentos, além de ausência de comunicação. As autoras também perceberam haver certa crença de que as famílias não são aptas a cuidar de seus filhos, por parte da equipe técnica, sendo difícil manter um trabalho quanto à preservação dos vínculos familiares diante dessa sensação da equipe.

Quanto à disfunção ecológica, na pesquisa as famílias indicavam instabilidades sociais

que não corroboraram para reinserção dos filhos, como dificuldades econômicas com a volta da criança, somando mais um integrante para o cuidado, tornando importante o auxílio financeiro do programa social para satisfazer as necessidades básicas. Siqueira *et al.* (2010) explicam, entretanto, que, além do recurso financeiro, as famílias necessitam de subsídios para preparo profissional com inserção no mercado de trabalho.

Na pesquisa realizada por Siqueira *et al.* (2010), três casos de reinserção familiar foram acompanhados e, a partir da análise deste acompanhamento, percebeu-se que dois dos três casos investigados não tiveram acompanhamento e avaliação adequada por parte da instituição, ainda que tais medidas sejam propostas pelo ECA. Também pontuaram não haver um programa de avaliação e acompanhamento daqueles que deixam as Casas de Acolhimento por reinserção e com visitas sem planejamento uniforme junto das famílias.

De acordo com os estudos de Azôr e Vectore (2008), alguns fatores corroboram para que ocorra a reinserção familiar, como perseverança do poder judiciário, acompanhamento das famílias, anseio dos mesmos e moradia estável. Para um bom retorno das crianças e adolescentes se faz necessário compreender aspectos emocionais, motivacionais e expectativas dos familiares frente ao processo. Amin (2018) postula ainda sobre as tentativas contraproducentes de reinserção familiar, quando afirma:

Muitas vezes, apesar de remotíssima a chance de reintegração familiar, pois a criança está em abandono há anos, as equipes técnicas insistem em buscar um vínculo jurídico despido de afeto. Procura-se uma avó que já declarou não reunir condições de ficar com o neto, ou uma tia materna, que também não procura a criança ou se limita a visitá-la de três em três meses, mendigando-se caridade, amor, afeto (AMIN, 2018, s/n).

Diante desse relato, passa-se a questionar o que ocorre com a criança quando não tem processos de reinserção familiar bem sucedidos ou não vivem o processo, como relatou Amin (2018). Siqueira e Dell’Aglío (2007), ao acompanharem o processo de reinserção familiar malsucedido de uma adolescente, revelam que os momentos de transição de contexto família-acolhimento não foram eficazes e não promoveram um desenvolvimento saudável da família, sendo necessário, portanto, pensar as políticas públicas sobre o acompanhamento dessa reinserção, para que ocorra de modo seguro e bem-sucedido.

Na pesquisa de Siqueira e Dell’Aglío (2007), os fatores de proteção encontrados para reinserção familiar foram, em nível da pessoa, de acordo com a metodologia da inserção ecológica, facilidade em construção de vínculos de amizade e boa relação com irmãos e autocuidados; em nível do microsistema, a adolescente acompanhada manteve vínculo

afetivo com os irmãos; no mesossistema, a mesma teve apoio da ONG inserida na pesquisa, tanto consigo mesma, quanto com o padrasto, possível perpetrador do abuso sexual, além de suprir necessidades de recursos e materiais para a família.

Já em relação aos fatores de risco apresentados para a reinserção familiar, alguns pontos foram considerados. Em nível de pessoa, havia baixa autoestima e dificuldades com higiene pessoal atreladas à vivência de abuso que ocorria em momentos de banho da adolescente. Em nível de microsistema, havia o tamanho da família, somado à presença do vírus HIV na mãe e em duas irmãs, histórico de abuso sexual na infância da mãe e práticas educativas compreendidas como punitivas, além de pouca preocupação escolar e a suspeita de abuso sexual por parte do padrasto. No exossistema, havia desemprego, conflitos e rompimentos familiares, ausência de comunicação entre escola e família.

Como resultado da reinserção familiar em questão, a família não recebeu bem o retorno da adolescente, acreditando que a mesma traria os conflitos familiares de volta. Um mês após a adolescente ser acolhida novamente, ela elucidou que preferia estar na Casa de Acolhimento do que com a família. As autoras explicam que, embora a Casa de Acolhimento e a ONG tenham feito um trabalho para reinserção, não foram considerados aspectos familiares e não houve uma aproximação gradual através de visitas mais regulares. Houve apontamento de pouco preparo profissional da Assistência Social para que esse retorno familiar fosse efetivo, além de ausência de contato com o sistema judiciário. Aponta-se como essencial o planejamento, comunicação e orientação às famílias, para que haja um desligamento definitivo e positivo da criança e do adolescente em reinserção (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2007).

Diante desses resultados, as autoras reiteram a necessidade de formação e capacitação dos profissionais que trabalham na rede de intervenção familiar. Focam em visitas mais frequentes, entrevistas com acolhidos e seus familiares, visitas domiciliares para observar condições de retorno familiar e explicam, ainda, que “a situação da família não se modificará sem uma intervenção consistente e planejada” (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2007, p. 143).

Khattar (2019) aponta para o fato de que existem lacunas no trabalho com a família:

[...] na busca de reinventar projetos de atendimento que sejam equivalentes às necessidades e singularidades dos grupos familiares. Por vezes, há lacunas concernentes ao alinhamento da rede de proteção quanto às intervenções de cuidado abrangentes à valorização da família extensa e de laços afetivos e sócio comunitários (KHATTAR, 2019, p. 22).

A autora explica que é preciso aprofundar o conhecimento das equipes profissionais

sobre as expectativas de crianças e de suas famílias para cooperar com o fortalecimento do vínculo. É necessário um acompanhamento integral, com suporte financeiro, psicológico.

Ainda persiste em nossa cultura a ideia de que é preciso internar crianças e adolescentes em instituições por longo tempo, como um refúgio para vulnerabilidades sociais e econômicas (CAVALCANTE *et al.*, 2010). Sobre isso, Rizzini e Rizzini (2004) apontam que, historicamente, foi construída a ideia de que a instituição era um bom lugar para criar os filhos em segurança e sem deixar faltar os recursos básicos de sustento, sendo uma possibilidade de melhor educação e preparo para o futuro. Tal argumento era fomentado pelo governo, inclusive, através de propagandas de mídia, objetivando higienizar as ruas de crianças e adolescentes que circulavam sem grandes perspectivas.

#### 4.3.2. QUANDO A REINSERÇÃO PARA FAMÍLIA DE ORIGEM NÃO OCORRE

Neste subcapítulo, visa-se discutir os caminhos que crianças e adolescentes podem perpassar quando a reinserção familiar não ocorre e quais os desafios encontrados em cada uma dessas vivências. Sabe-se que, de acordo com o ECA (1990), o primeiro e principal recurso utilizado para não manter crianças e adolescentes institucionalizados por muito tempo, garantindo o direito à convivência familiar comunitária, é a procura pela reinserção (BRASIL, 1990). Contudo, como discutido, nem sempre essa é uma alternativa possível, ou que atende o melhor interesse da criança, além de outras lacunas para que esse processo seja efetivo, tratadas ao longo desta pesquisa.

O artigo 101, inciso 1 do ECA explica que: “O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade” (BRASIL, 1990). Desse modo, verifica-se as possibilidades diante da não reinserção familiar.

É válido pontuar que, quando não há possibilidade de reinserção para a família de origem, há ainda a possibilidade de reinserção familiar para família extensa. Segundo o artigo 25 do ECA (1990), “entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade”. Já segundo Brasil (2013), é um recurso possível de reintegração, mas é preciso que esses laços também sejam cuidados e assistidos para que cumpram a função necessária para a criança.

Uma outra possibilidade vivenciada por crianças e adolescentes, após a não ocorrência da reinserção familiar, é a entrada no processo de adoção. Segundo Trentin e Kummer (2017), a adoção é uma ação existente desde os primórdios em nossa sociedade e tem por base dar filhos a quem não poderia tê-los de forma biológica, permitindo que crianças e adolescentes tenham um lar e cuidados necessários. Atualmente, a adoção é definida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.063/1990 e suas alterações, e pela nova Lei de Adoção. Segundo Silva e Arpini (2013), a nova Lei Nacional de Adoção (NLNA) (Lei n. 12.010, 2009) se coloca como uma revisão do ECA, com prioridades na convivência familiar e comunitária.

Atualmente, segundo o Guia para Adoção de crianças e adolescentes (2018), desenvolvido pelo Cadastro Nacional de Adoção (CNA), o processo de adoção acontece nas Varas da Infância e Juventude, com suas devidas comarcas, regiões de atuação do juiz, com um ou mais municípios. O documento também deixa claro que a adoção é um ato irrevogável, voluntário, sendo um direito tanto para os adotantes, quanto para crianças e adolescentes.

O guia também aponta existir um perfil de preferência para adoções em nosso país, que enfatiza crianças pequenas, brancas, sem irmãos e sem qualquer tipo de deficiência. Nesse caso, crianças acima de 03 anos já estão fora do perfil. O Guia para Adoção (2018) explica que essas crianças também necessitam de uma família, de construção de laços e afetos, mas que, para isso, as histórias dessas crianças precisam ser aceitas e acolhidas para que possam ressignificar todo esse processo e, assim, se sentirem filhos de fato.

Outro ponto relevante de se considerar quando no debate sobre vínculos familiares e adoção é quando esta também apresenta vinculação fragilizada. Mesmo diante de acompanhamentos judiciais para os casos de adoção, Trentin e Kummer (2017, s/n) argumentam que é frequente a devolução de crianças, sem qualquer justificativa significativa, “como se essas crianças fossem um simples objeto comprado em uma loja qualquer que apresentou defeito. É o que chamamos de devolução imotivada”. As autoras explicam que é possível ocorrer falhas no processo de adoção e, diante disso, pensa-se na dissonância entre a imagem idealizada *versus* a imagem real dos filhos que encontra conflitos na história e traumas da criança, nos abandonos vividos, na falta de preparação psicológica dos adotantes, entre outros aspectos.

Pinho e Faria (2009) relatam que não existem muitos trabalhos sobre essa temática, mas a literatura aponta uma dificuldade daqueles que querem exercer parentalidade na

dicotomia entre a criança idealizada e a criança real, aquela que carrega uma história de vida específica, perpassada pelo acolhimento institucional. Portanto, ainda que a adoção seja uma medida irrevogável, desistências podem vir a ocorrer caso a guarda esteja em andamento, mesmo que a criança já resida com a família adotiva. Portanto, as autoras apontam que as devoluções são alvo de preocupação, ainda que pouco se discorra a respeito.

Ratificando essa ideia, a pesquisa feita por Rossato e Falcke (2017) descreve os principais motivos para desistência da adoção e resalta questões como características dos pais e da constituição familiar prévia, expectativas não verídicas sobre o processo de adoção; características da criança, que vão desde a idade até o fato de terem sofrido alguma espécie de abuso anteriormente e o contexto de adoção, como a falta de comunicação sobre a história da criança. Tais situações enfatizam a necessidade de uma intervenção quanto à preparação para adoção e formação de vínculos. Sobre isso, Sampaio (2017) afirma que é necessário romper com algumas barreiras para que haja uma vinculação saudável e segura, mas que, se houver o acolhimento e a atenção necessária de tais dificuldades, é possível “reconstruir o ambiente familiar perdido” para a criança (SAMPAIO, 2017, p. 14).

Em todos os casos, contudo, o impacto da devolução na vida da criança é algo a ser identificado. As autoras trazem o relato de uma das crianças devolvidas, que declara: “eu não quero mais saber de família” (PINHO; FARIA, 2009, p. 62), ressaltando a dificuldade em se sentir acolhida e se afastando da dor de uma nova frustração. Ainda que legalmente seja possível retornar com a criança à Justiça, quando se ainda tem a guarda provisória e não definitiva, as autoras apontam que existe um risco psicológico nesse ato, pois a guarda provisória em si já é um ato de comprometimento, envolvendo expectativas, vínculos e aproximação. Se faz necessário, então, construir uma filiação para que a adesão familiar seja efetiva. Segundo Brasil (2013), é necessário dar atenção devida ao estágio de convivência, ainda no processo de guarda provisória, e zelar para que a preparação da família ocorra de modo gradativo.

Uma outra realidade a ser vista quando não ocorre a reinserção familiar é a permanência da criança e adolescente em acolhimento. Ainda que esteja pautado no ECA (1990) o desligamento gradual do adolescente que fizer 18 anos de idade em acolhimento institucional, Oliveira e Milnitsky-Sapiro (2007) explicam que esse momento carrega muitas experiências emocionais. Os adolescentes residentes de longa data tiveram laços familiares rompidos e a possibilidade de realizar novos laços afetivos na Casa de Acolhimento em que

permaneceram, seja com trabalhadores do local ou com crianças e adolescentes que também viviam neste espaço. Contudo, ao chegarem aos 18 anos sem possibilidade de reinserção familiar ou adoção, os jovens se vêem distantes de todos seus laços de afeto, distante de tudo o que tiveram que reconstruir nos últimos anos, lidando com uma nova perda.

Amin (2018) afirma ainda que, quando há grande demora em procurar a família biológica da criança, ou insistência em famílias que indicaram não ter interesse em reinserção familiar, a criança tende por permanecer por mais tempo em acolhimento, tornando-se, assim, “filha do abrigo” (AMIN, 2018, p. 28), impossibilitadas de viverem seus direitos da convivência familiar e comunitária. Sobre isso, a autora diz ser necessário construir uma prática despida de preconceitos, que pondere de fato o melhor interesse da criança, considerando também a família substitutiva como uma possibilidade legal. Brasil (2013) pontua que, quando o adolescente precisa residir em acolhimento institucional desse modo, é necessário investir em autonomia e desenvolvimento e verificar propostas governamentais, como repúblicas, visando a construção de histórias de vida.

O artigo 19-B do ECA versa sobre a possibilidade de apadrinhamento para crianças e adolescentes acolhidos, como uma alternativa de cuidado e convivência familiar e comunitária para estes:

Art. 19-B. A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017).

§ 1º O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.

Dentre as formas de apadrinhamento, existe o apadrinhamento afetivo, financeiro e instrumental. Segundo o site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o apadrinhamento afetivo é quando uma pessoa se voluntaria para ser padrinho ou madrinha de crianças e adolescentes acolhidas e passam datas comemorativas com a criança, com possibilidade de sair para passeios e afins, o que minimamente garante o direito à convivência familiar e comunitária. Segundo Rizzini *et al.* (2006, p. 104), a ideia principal do apadrinhamento afetivo é “promover convívio familiar de crianças e adolescentes que estejam com dificuldade de reintegração”.

De acordo com o site do Tribunal de Justiça (TJ), existe também o apadrinhamento do tipo provedor, que auxilia financeiramente ou com materiais que a criança e o adolescente podem necessitar na instituição, como equipamentos, materiais escolares ou vestimentas. Há

também o padrinho prestador de serviço que compartilha algum conhecimento ou trabalho de seu interesse. Desse modo, segundo o portal do TJ de São Paulo, é possível que crianças e adolescentes que permanecem longos períodos em acolhimento, podendo ainda completar os 18 anos neste ambiente, construir vínculos e redes de apoio, com acesso à convivência comunitária; são capazes de sair da instituição com algum tipo de suporte material, financeiro ou uma vinculação afetiva a fim de prosseguir o desenvolvimento.

#### 4.4. A REDE DE APOIO ASSISTENCIAL NA REINSERÇÃO FAMILIAR E RECONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS

O caderno da ABRINQ (2015), intitulado “Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente: apoio à execução de suas funções”, explica que o Sistema de Garantias funciona a partir de 3 eixos: promoção de direitos, defesa destes direitos e controle social de ações de promoção e prevenção. Entretanto, nesse mesmo documento, há um levantamento que afirma que os órgãos criados para garantia dos direitos têm funcionado em uma lógica de precarização e esta afeta a sua funcionalidade essencial, não realizada ou feita sem qualidade.

Dos equipamentos da rede, ressalta-se o Conselho Tutelar que tem por objetivo: zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes, como previsto nos artigos 131, 136 do ECA, por exemplo; diminuir os processos de burocratização no serviço; se responsabilizar por lidar com supostas ou efetivas violações de direitos de crianças e adolescentes; agir de modo colaborativo com familiares e responsáveis, visando a eficácia das medidas postas e encaminhamento para instâncias necessárias, como autoridades judiciárias ou Ministério Público.

Há também o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), que tem por objetivo atuar em áreas de vulnerabilidade e risco social, ofertando proteção básica como atenção integral para as famílias, ação de prevenção no fortalecimento de vínculos familiares. Já o CREAS (Centro de Referência Especial da Assistência Social), deve atuar com os demais equipamentos e instâncias do Poder Judiciário e Ministério Público e lida diretamente com situação de violação de direitos, ou direitos em risco, o que também abrange crianças e adolescentes em situação de violência e/ou trabalho infantil distantes da convivência familiar, como em casos de acolhimento ou medida judicial (ABRINQ, 2015).

#### 4.4.1. CUIDADO COM FAMÍLIAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO INTERSETORIAL

O Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) é a unidade pública estatal que oferta serviços continuados de proteção social especial de média complexidade e destina-se ao atendimento e acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o CREAS poderá ofertar os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI (obrigatoriamente); Serviço Especializado de Abordagem Social; Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (BRASÍLIA, 2017, p. 09).

Segundo o caderno de orientações técnicas do CREAS (2011), a Assistência Social foi considerada política pública de direitos a partir da Constituição de 88, sendo vista como Política de Proteção Social, se desvencilhando, assim, de um caráter assistencialista de cuidado. A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Lei nº 8742/1993) também reassegurou a responsabilidade estatal no gerenciamento e manutenção da Assistência Social em nosso país.

Sobre a assistência, é válido ressaltar o PNAS, Política Nacional de Assistência Social, fruto de um processo democrático e colaborativo que tem por objetivo pensar projetos e propostas da assistência dentro do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, com caráter descentralizado e participativo, de modo conjunto com demais políticas públicas setoriais. O PNAS é responsável por pensar as especificidades do trabalho de proteção social, que vai dos usuários, ao modo de operação e aos objetivos da atuação. A política descreve o conceito de vulnerabilidade social como algo que:

Se materializa nas situações que desencadeiam ou podem desencadear processos de exclusão social de famílias e indivíduos que vivenciem contexto de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso a serviços públicos) e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras (PNAS, 2004).

Junto a isso, o Caderno de Orientações Técnicas (2011) apresenta as possíveis formas de violação de direitos e situações de risco, como as variadas tipologias de violência, violência intrafamiliar, física, psicológica, situações de abandono, trabalho infantil, situação de rua, entre outros aspectos. O documento reflete sobre as práticas protetivas, alertando que não é possível enfrentar tais situações de risco e violação somente pelo olhar da Assistência

Social, mas articulando com as demais políticas de proteção integral.

Importa que o CREAS se direcione para o fortalecimento e/ou resgate dos vínculos familiares e sociais, também com elaboração em projetos individuais e coletivos, pensando em participação em sociedade e inserção na rede. Dentre os eixos norteadores de funcionamento do CREAS, destaca-se a “atenção especializada e qualificação do atendimento; território e localização; acesso a direitos socioassistenciais; centralidade na família; mobilização e participação social; e trabalho em rede” (BRASÍLIA, 2011, p. 07).

Pensando na competência do CREAS, nota-se o papel do PAEFI, que tem por objetivo dar apoio, “orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça e violação de direitos” (BRASÍLIA, 2011, p. 48). Não obstante aos próprios objetivos do CREAS, como o fortalecimento da família, visando proteção e possibilidades de alterações nos padrões familiares e da violação de direitos. Assim, o CREAS atua com recursos para se transpor essa vivência e reconstruir os laços familiares e sociais, ou, se necessário, na formação de novos laços, subsidiando o desenvolvimento do protagonismo social, prevenção de situação de institucionalização e tornando a rede de proteção acessível (BRASÍLIA, 2011). Para Hora (2014), a acolhida é uma das ações principais de ação do PAEFI, visto que compreende uma escuta qualificada, um estudo social que revele os riscos e violações, orientações, acesso à direitos e encaminhamentos, sendo, assim, o norte e o centro da prática com as famílias.

Hora (2014) cita a tipificação nacional (BRASIL, 2009) ao explicar que o PAEFI atua desde a escuta e a acolhida inicial, até orientação, encaminhamento, estudos de casos, assistência jurídica, acompanhamento das famílias, aproximação da família ampliada, trabalho em rede e interdisciplinar, com fortalecimento do vínculo comunitário e familiar, além de desenvolvimento de relatórios e documentos. Também coloca o PAEFI como programa de referência para o cuidado de famílias em situação de vulnerabilidade, mas, segundo a autora, “não se adentra e não há ampla discussão sobre os desdobramentos do cotidiano de trabalho com a população em situação de risco no CREAS” (HORA, 2014, p. 68). Ainda, comenta que se faz necessário pensar nas necessidades que os usuários do serviço apresentam para pensar em uma ação específica. Para uma melhor atuação do PAEFI, a autora afirma que urge a constante articulação com a rede de garantia de direitos.

Para Garcia, Oliveira e Cordon (2019), contudo, há pouca visibilidade sobre o equipamento, sendo, por vezes, visto como um espaço “sociojurídico”, perpassando somente

a lógica dos encaminhamentos por dever e não por proteção. Os encaminhamentos se dariam ainda por um processo de repasse do problema, o caso complexo. Para os autores, a rede não atua de modo suficiente ou eficaz. Por fim, revelam a necessidade de uma estrutura de avaliação, monitoramento sobre o que tem sido feito com as famílias usuárias, quais têm sido as intervenções, concluindo que “a falta de indicadores de monitoramento do trabalho está associada à falta de projeto de intervenção, planejado segundo as características do público atendido e das condições” (GARCIA; OLIVEIRA; CORDON, 2019, p. 10).

Tais falas somam-se às reflexões de Hora (2019) ao acreditar que há um processo de judicialização do cuidado com os vínculos, no qual a lógica de relatório sucumbe o acompanhamento, o olhar conservador e julgador vem antes de se compreender a dimensão e o contexto dos vínculos. Para a autora, o olhar conservador torna-se uma maquiagem para o histórico de violação de direitos vividos pelas famílias e fragiliza o trabalho pela defesa de direitos e acesso a tais direitos. Para a autora, há dificuldade de articulação com a rede, a invisibilidade do equipamento para os demais serviços e desgaste do profissional para construir essa articulação. Em sua pesquisa, o CREAS tem o desafio de desenvolver e tornar lúcida sua identidade para os demais serviços no Sistema de Garantia de Direitos, não sendo somente um serviço de encaminhamentos.

Para Garcia, Oliveira e Cordon (2019), o PAEFI encontra três limites em sua ação, que são o desconhecimento sobre sua atuação e função para os usuários e rede, a falta de recursos e alta demanda, com dificuldade de fluidez pela rede, e a ausência de norteamento, de avaliação, sobre como tem sido o acompanhamento e ação no trabalho com as famílias. Para os autores, existe uma tendência de que o trabalho ocorra numa lógica de controle, vigilância e monitoramento e que se faz um desafio para o profissional atuar com um olhar crítico-reflexivo.

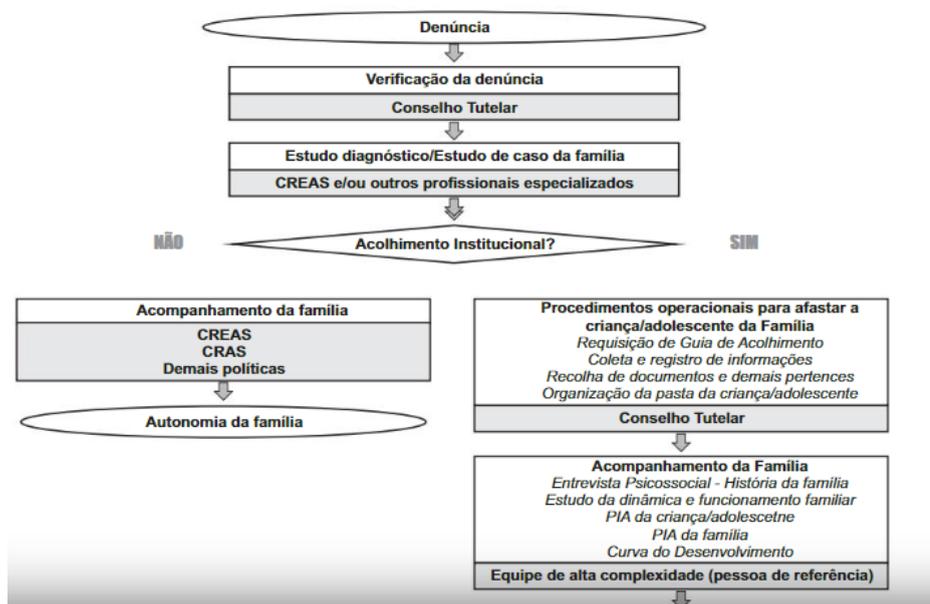
Soma-se ao debate a pesquisa de Toscano (2019), que pode verificar o conhecimento não unânime dos profissionais em relação à prevenção de violência intrafamiliar, ou sua retomada, através do PAEFI. Entre as ações de empoderamento desenvolvidas pelo PAEFI, o autor aponta que o discurso de proteção às famílias apresenta algumas ambiguidades, visto que as famílias que são visualizadas com necessidade de proteção também sofrem ordenanças de “função protetiva”, o que nem sempre é uma possibilidade para as mesmas, iniciando um processo de culpabilização durante o processo de violência. O autor questiona até onde vai a ação de controle do Estado na sociedade, como intervém nas famílias, e como pode ser uma

forma de dominação sobre a vida. Para o autor, a Assistência Social atua em um “controle e regulação da pobreza”, visando projetos ideológicos, políticos e capitais. Questiona, assim, para quais pessoas vulneráveis esse modelo se apresenta, e qual a noção de carência posta.

Diante dessas reflexões, se faz ainda necessário compreender qual a estrutura desse cuidado integral e como funciona esse trabalho em rede, considerando a proteção da criança, do adolescente e de sua família diante de situações violadoras de direitos. Para isso, as figuras abaixo mostram o cuidado que permeia desde a denúncia a partir das quais equipamentos de proteção são acionados e quais suas principais ações.

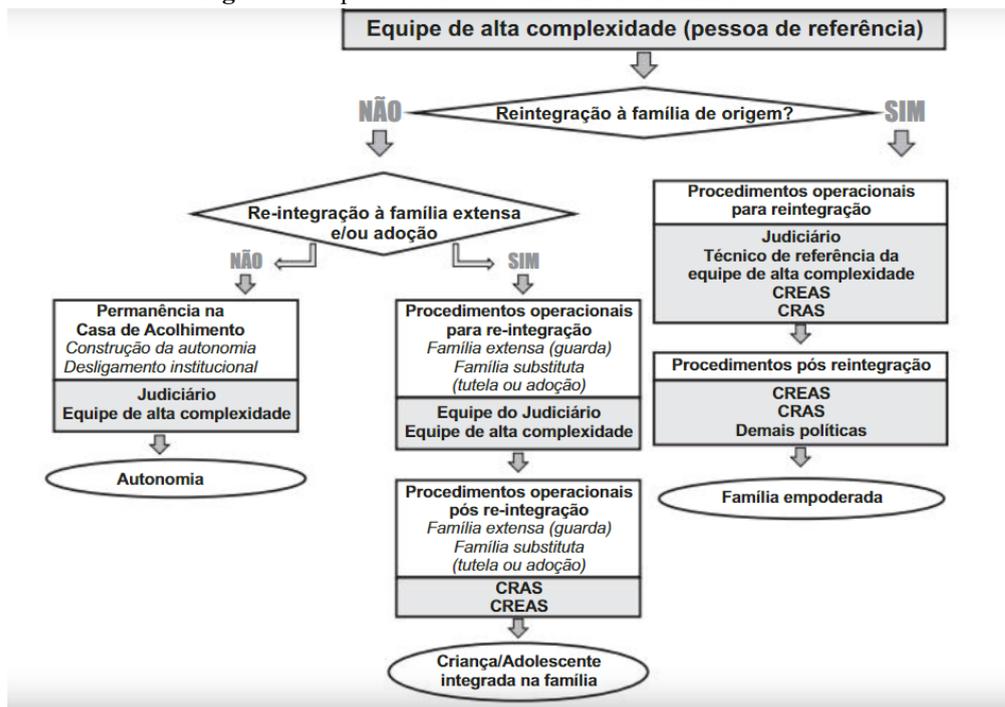
As imagens foram recortadas, mas fazem parte de uma única imagem do documento “Linha de cuidado aplicada à Assistência Social”, denominado “De volta para Casa” (BRASIL, 2013). Ao observar as figuras, vê-se que o CREAS é responsável por cuidar de situações de violência em trabalho em rede, com estudos de caso, acompanhando a família em várias etapas desse processo, considerando a autonomia. Com isso, infere-se como se dá este trabalho em rede na prática.

**Figura 1:** caminhos de cuidado e proteção diante da violação de direitos



Fonte: BRASIL (2013).

Figura 2: etapas de cuidado com vínculos familiares



Fonte: BRASIL (2013).

#### 4.4.2. ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E REDE

Para pensar na efetividade do trabalho do CREAS, faz-se necessário, segundo o Caderno de Orientações Técnicas (2011), trabalho e formação de equipe interdisciplinar, sendo este imprescindível para cumprir os objetivos do equipamento, bem como reuniões de equipe, reuniões para estudo de caso, supervisão e assessoria de profissional externo, com trabalho de acolhimento às famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, um acompanhamento especializado de acordo com a demanda.

É ideal que os profissionais proporcionem escuta qualificada, suporte socioemocional e auxílio jurídico-social para os usuários acompanhados, a fim de possibilitar o enfrentamento das vulnerabilidades e subsidiar novas construções de vida e possibilidade de interações familiares, relacionais, sociais. Para isso, se faz necessário pensar a partir de um Plano e Acompanhamento, elaborado de modo colaborativo entre equipe, família e indivíduo, com participação ativa de usuários e da rede de assistência (BRASÍLIA, 2011).

Sobre a equipe, quando se trata de um CREAS de pequeno e médio porte, é necessário um psicólogo de acordo com o tamanho do território, um advogado, dois profissionais de nível superior ou médio, um auxiliar administrativo, um assistente social e um coordenador. Quando se é de grande porte (em metrópoles e distritos federais), pensa-se

em um coordenador, dois assistentes sociais, dois psicólogos, um advogado, quatro profissionais de nível superior ou médio, dois auxiliares administrativos (BRASÍLIA, 2011).

Desses profissionais, é válido ressaltar a atuação de pelo menos dois desses cargos: coordenação e técnico superior, que é o caso de advogado, psicólogo e assistente social. Ao coordenador, cabe o acompanhamento da implantação do CREAS, coordenação das rotinas, articulação com CRAS e Serviços de Acolhimento, elaborar com equipe técnica as estratégias de trabalho, discussão sobre famílias incluídas ou não no serviço, supervisão da execução das ações, coordenar os encaminhamentos para a rede, entre outros atributos (BRASÍLIA, 2011).

O técnico superior precisa realizar trabalho de escuta especializada, desenvolver o Plano de acompanhamento Individual/Familiar em conjunto com famílias e indivíduos usuários, o atendimento especializado e qualificado, visitas, encaminhamento para rede e demais políticas públicas, trabalho interdisciplinar, orientação jurídica no caso do advogado, participação em capacitações e planejamento do trabalho, entre outros (BRASÍLIA, 2011).

Sobre o papel do psicólogo, ainda importa pontuar que, quando se fala de assistência, a prática precisa ser diferente de um modelo clínico individual. De acordo com Lima e Schneider (2018), antes da instalação do CREAS enquanto política pública, havia o programa Sentinela, em que a atuação do profissional diferia do normatizado pelo CREAS. Por isso, profissionais que migraram de um programa para outro precisam se adaptar à nova proposta.

É preciso conquistar um olhar integral quando se trabalha com vulnerabilidade social, afastando-se de uma percepção caracterizada como clínica e tradicional, avançando para um olhar de integralidade e trabalho interdisciplinar do sujeito e seu contexto, com alvo no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (LIMA; SCHNEIDER, 2018).

Florentino (2014) considera a prática do psicólogo frente ao CREAS e pondera que existem desafios a serem pensados e que, para o trabalho ser efetivo, é necessária uma atuação interdisciplinar, do modo mais ético possível, focando nas famílias. O autor pondera desafios quanto a trabalho contra violências, principalmente o abuso sexual, sendo confrontado pelos próprios sentimentos desagradáveis diante das histórias, como raiva e perplexidade. Aponta casos em que o psicólogo precisa prestar atendimento também ao agressor e que, ainda sim, precisa agir de modo ético, não envolvendo posturas pessoais ou discriminatórias.

Ao pensar na primazia do trabalho com vínculos e fortalecimento das famílias, o mesmo autor revela que psicólogos atuando no CREAS precisam atuar a fim de minimizar os efeitos e sintomas do abuso sexual, ponderando a proteção e também a convivência familiar e

comunitária. Contudo, lidam às vezes com as possibilidades reduzidas de atuação, e esbarram por vezes em limitações do equipamento e ausência de políticas públicas eficazes.

Ávila (2013) debateu sobre o trabalho dos profissionais do CREAS e também a Assistência Social como um todo. Apontou algumas vivências no caso de adolescentes, de famílias que não foram bem assistidas por conta da fragmentação do trabalho em rede, não construindo um trabalho colaborativo, resultando numa atuação ineficaz com quem estava em vulnerabilidade social. Diante disso, o autor se embasa no manual do CREAS ao pontuar que é urgente e essencial um trabalho de reconstrução dos laços familiares e comunitários e, quando as alternativas se esgotarem de fato, pensar em construir novas opções de vínculos.

Ávila (2013) compreende a necessidade de visitas, intervenções, construções com a comunidade, entrevistas familiares, auxílios financeiros, bem como o Bolsa Família e processos informativos para que se construa uma rede de apoio efetiva. Assim, os equipamentos se articulariam com reuniões e trabalho interprofissional, a fim de melhor corroborarem nas decisões e intervenções frente às famílias em situação de vulnerabilidade social. Para isso, deve-se ponderar a importância de um trabalho de supervisão.

No que tange ao trabalho em rede construído visando a proteção dos direitos diante das vulnerabilidades, Gonçalves *et al.* (2015) discutem sobre como o trabalho em rede era percebido por profissionais da assistência e, em análise e discussão desse aspecto, puderam perceber falhas em relação ao fluxo de atendimentos, além de desqualificação profissional e necessidade de capacitação profissional que abrange tanto o atendimento com crianças e adolescentes, quanto um melhor entendimento das demandas apresentadas.

Algo semelhante foi apresentado em outra pesquisa, de Faraj e Siqueira (2012), mais especificamente com profissionais do CREAS. Além de apresentarem alta demanda nos atendimentos, surgiram falas como falhas no funcionamento da rede, assim como necessidade de capacitação também para situações de prevenção da violência, revelando comunicação fragmentada, falta de melhor estrutura física para prestar o atendimento com ausência ou insuficientes recursos materiais (um carro para visitas e telefone para contato, por exemplo). Os autores também apontam a necessidade de trabalho articulado para melhor atender crianças e adolescentes vítimas de violência.

Nos estudos de Ramalho (2019) sobre a rede de apoio de crianças e adolescentes vítimas de violência, com entrevistas com adolescentes vítimas de violência e estagiários e psicólogos que os acompanhavam, percebe-se que as famílias são citadas ao decorrer das falas

que indicam proteção, mas também há identificação destas como agentes de risco, envoltos na situação de violência, o que nos faz questionar a validade desta rede de apoio.

Na pesquisa de Ramalho (2019), redes de apoio de cunho assistencial e governamental quase não foram citadas pelos adolescentes que foram vítimas de violência. Atrelado a isso, Teixeira-filho *et al.* (2013), também citado em Revisão Integrativa de Ramalho (2019), disserta que a situação de violência fica restrita em diálogos nos núcleos familiares e relacionais e quase não alcança equipamentos de proteção, não rompendo o silêncio frente a violência, muitas vezes. No caso dos adolescentes vítimas de violência entrevistados por Ramalho (2019), o silêncio foi quebrado, havia cuidado psicológico devido a violência, mas, ainda assim, os adolescentes não identificaram equipamentos da rede como agentes de proteção e apoio, para além da Casa de Acolhimento em si.

Na pesquisa, também foi revelada uma rede de apoio fragilizada, com poucos laços afetivos e pouca assistência frente à violência. Uma psicóloga entrevistada na pesquisa contou sobre a dificuldade de sua paciente em conseguir realizar uma denúncia de violência sexual, indo diversas vezes à delegacia sem ser ouvida. Houve pouca ou nenhuma menção aos equipamentos como CRAS, escolas, Conselhos Tutelares. Quanto ao CREAS, não foi citado na percepção de rede de apoio, tanto por estagiários, psicólogos quanto por adolescentes.

Rodrigues e Guareschi (2018) discutiram sobre o trabalho com vínculos na política de Assistência Social e, embora tenham narrado um cuidado prestado mais efetivamente pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), revelaram um caso que nunca teve, até onde sabem as autoras, um desfecho efetivo após encaminharem o caso ao CREAS, mesmo entendendo a complexidade por reuniões de equipe, o referenciamento foi impossível, pois o CREAS estava lotado de demandas, mesmo tendo sido uma vivência de violação de direitos.

As autoras narraram que o CREAS contava com “mais de 90 casos em espera para atendimento [e], apenas dois, dentre os três casos levados à reunião, poderiam ser escolhidos para, efetivamente, serem referenciados no CREAS” (RODRIGUES; GUARESCHI, 2018, p. 389). Revelaram, por fim, que uma proposta possível para melhor fluidez do trabalho da Assistência Social seria aproximar-se de um trabalho com vínculos, com usuários tramitando entre equipamentos, visando a proteção social mais efetiva. Acrescido a essa fala, de acordo com as diretrizes da Política Nacional da Assistência Social (PNAS), é necessário um trabalho que pense o fortalecimento da proteção às famílias, entendendo que os usuários que compõem o CREAS estão vivenciando questões de vulnerabilidade social (BRASIL, 2006).

## 5. METODOLOGIA

### 5.1. REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

A Revisão Integrativa da Literatura visou compreender como as pesquisas têm avançado sobre o trabalho de reconstrução de vínculos e reinserção familiar e de que forma o CREAS tem contribuído para o trabalho de reinserção familiar, com objetivos de compreender como realizam o fortalecimento de vínculo, qual o conceito desse vínculo, o que o fragiliza e como pode ser fortalecido. Os artigos selecionados contêm algumas dessas informações, a fim de uma análise mais específica sobre a temática.

Esta abordagem teve por objetivo ampliar o conhecimento e permitir uma aplicabilidade, a partir de uma visão sintetizada dos assuntos abordados (SOUZA, *et al.*, 2010). Esse método encontra-se dentro da ciência Baseada em Evidências e é um modo mais amplo de incluir dados a serem analisados, se comparado com demais critérios metodológicos das revisões de pesquisa. Em ampla análise de conteúdos, permite que os dados encontrados sejam consistentes e é capaz de unir conceitos, revisões, aspectos teóricos e também práticos (SOUZA, *et al.* 2010).

Para isso, foram utilizadas palavras-chave para procura dos materiais, compreendendo um viés amplo que verifica diversas contribuições dentro deste tema escolhido. Para que os dados pesquisados se aproximem do tema escolhido, foram elaboradas as seguintes palavras-chave: [CREAS e vínculo], [CREAS e reinserção familiar],[vínculo e reinserção familiar], [vínculo e PAEFI], [profissionais e vínculo], [assistência e vínculo familiar], [profissionais e reinserção familiar], [equipe técnica e reinserção familiar], [laços familiares e PAEFI], [reinserção familiar e PAEFI], [CREAS e fortalecimento de vínculo], [reinserção familiar e fortalecimento de vínculo].

Conforme passamos por esse recorte temporal, também foram acrescentadas as seguintes palavras-chave: [COVID-19 e CREAS], [COVID-19 e PAEFI], [COVID-19 e Reinserção Familiar], a fim de compreender como estão as pesquisas dentro dessa temática durante a pandemia de COVID-19. Todas as palavras-chave mencionadas foram utilizadas em conjunto ou isoladamente. É válido ressaltar que o termo “reinserção familiar” também foi adaptado para os demais sinônimos do termo, como “reintegração familiar”, por exemplo, caso haja necessidade no encontro desses materiais.

Tais palavras-chave foram utilizadas nas plataformas de busca online como Scielo, LILACS, PEPSIC, CAPES, Google Acadêmico. Para a pesquisa, foram considerados somente

artigos científicos publicados nas plataformas selecionadas, entre 2011 e 2021 e em língua portuguesa. Desse modo, foram excluídos textos que fogem dessa categoria, com mais de uma década de publicação e em língua estrangeira.

## 5.2 PESQUISA DE CAMPO

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa. O viés qualitativo é aquele que visa compreender, de acordo com Minayo (2001, p. 14), “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, uma compreensão da realidade que não é tangível de quantificação, observando em profundidade as relações sociais, a fim de perceber seus aspectos de modo mais amplo, de acordo com a autora.

Ainda, segundo Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa prioriza o contexto e o aprofundamento de questões sociais, busca explicações para fenômenos e compreende a interação entre os dados obtidos. A natureza da pesquisa será aplicada, buscando fins práticos e de solução de problemas; com objetivos exploratórios e com procedimento experimental e de pesquisa-ação, visando uma ação conjunta com os participantes em prol da resolução de um problema (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Dentro desta perspectiva, destaca-se a metodologia baseada na abordagem bioecológica do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (1979/1996), a metodologia visa uma pesquisa e intervenção, focada na proteção. Surge como um contraponto de um modelo mecanicista de pesquisa, no qual há observações e intervenção a partir de circunstâncias desconhecidas, criadas para a pesquisa, e não em ambientes naturais. Também prevê uma participação ativa e interativa entre pesquisador e participante, com uma visão sistêmica (MORAIS *et al.*, 2004; CECCONELLO; KOLLER, 2004). Como está embasada no modelo bioecológico, a metodologia também pondera os quatro elementos de observação e intervenção – o processo, a pessoa, o contexto e o tempo.

O processo é compreendido como interações entre organismo e o meio, com processos proximais que paulatinamente se tornam mais efetivos e capazes de compartilhar afetos, informações e percepções (MORAIS *et al.*, 2004). Já a pessoa é entendida a partir de um olhar amplo biopsicossocial, com habilidades e demandas, com características criativas ou inibidoras, segundo os autores, de bem-estar ou sofrimento psíquico. O contexto, por sua vez, é percebido através de sistemas, que variam em estrutura e complexidade.

Os microsistemas são compreendidos como os processos proximais do sujeito, os

mesossistemas, como as relações ou união de mais de um microsistema, os exossistemas, que são influências que atingem o desenvolvimento do sujeito – ou do que é observado – sem que haja contato direto com o mesmo, e os macrossistemas, que englobam estruturas gerais e amplas de organização, como políticas, ideologias, valores, crenças, religiões, governos. O último elemento, o tempo, é entendido como “o curso da vida, transições biológicas, ecológicas, sociais, eventos históricos, história da vida dos participantes, entrevistas reflexivas, grupos focais, imersão dos investigadores” (MORAIS *et al.*, 2004).

O objetivo, então, ao longo da pesquisa, foi identificar esses quatro elementos dentro do recorte da pesquisa escolhida, e como estes interagem entre si a partir dos objetivos. Por meio desses critérios, objetivou-se verificar o nível de reciprocidade entre os elementos do modelo bioecológico proposto e seus sistemas no ambiente proposto, quais são as forças ou equilíbrios de poder existentes nas relações, quais relações se estabelecem nesse contexto e qual o nível de afetividade, além de identificar quais papéis são exercidos dentro dos sistemas ecológicos apresentados, como o tempo, a pessoa, o processo e o contexto interagem entre si no trabalho de fortalecimento de vínculos nos equipamentos. Para que isso ocorra, foi preciso um olhar sistêmico, amplo, para se verificar as interações estabelecidas de modo mais significativo (YUNES; JULIANO, 2010).

Os dados de análise foram tratados e triangulados a partir da costura da teoria bioecológica do desenvolvimento, os resultados da Revisão Integrativa da Literatura e a análise a partir da análise de conteúdo da Bardin (2011), um método de análise que, de modo empírico, interpreta dados e informações, uma técnica que segue regras básicas de codificação e organização de dados, de acordo com os objetivos estabelecidos. Pode ser definida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2011, p. 31). O passo a passo desse método foi descrito no capítulo 6, a seguir.

### 5.3. INSTRUMENTOS

Para cumprir os objetivos desta pesquisa, foi realizada entrevista semiestruturada a fim de acompanhar o trabalho dos profissionais no que tange ao fortalecimento de vínculos familiares, processos de reinserção familiar e a percepção desses profissionais sobre este trabalho. Para dar conta dos objetivos, foram utilizados os seguintes instrumentos:

- *Entrevista semiestruturada inicial* com os participantes para se compreender melhor o tempo de atuação, como funcionam os atendimentos para esses casos, como se desenvolve

a rede de assistência entre equipamentos, como se dá o olhar sobre as famílias e o contato com as mesmas, como é a percepção dos profissionais sobre casos de reinserção familiar, como percebem a formação de vínculo e coesão familiar, e como se dá o fortalecimento de vínculo. A entrevista segue em anexo (APÊNDICE 01).

- *O diário de campo* foi utilizado para registrar cada encontro, desenvolvimento da pesquisa, olhares, percepções sobre os equipamentos e entrevistas. Segundo Moraes *et al.* (2004), a partir dos escritos de Minayo (2002), um diário de campo é um instrumento de pesquisa que precisa ser utilizado do início ao fim da pesquisa, com anotações minuciosas, em detalhes, do que se está observando. É utilizado com fins de tornar o processo mais descritivo e é um recurso utilizado por cada membro da equipe de pesquisa, contendo questões de pessoa, processos, contexto e tempo da metodologia. Os diários de campo são analisados com leituras constantes, observações atenciosas, discutindo-se os temas referidos com pré-análise, leituras fluidas, interpretações e inferências; os dados serão interpretados a partir da análise de conteúdo (MORAIS *et al.*, 2004).

#### 5.4. PROCEDIMENTOS

Antes da ocorrência da pandemia de COVID-19, a proposta foi realizar uma Inserção Ecológica, mas, pela necessidade do período remoto, a pesquisa foi modificada e realizada através de chamadas virtuais com os profissionais de três municípios da Baixada Fluminense, que estão ou já estiveram em atuação. Para isso, formou-se uma equipe de trabalho de acordo com os pressupostos da metodologia utilizada (MORAIS *et al.*, 2004), com alunas graduandas em psicologia e em serviço social, inseridas no LEVICA. As alunas foram selecionadas e capacitadas para contribuir nas visitas e entrevistas da pesquisa. Ao todo foram 04 alunas, 03 de graduação em psicologia e 01 de graduação em serviço social, e houve reuniões *on-line* semanais, visando reflexão sobre a metodologia e a temática da pesquisa.

As integrantes do grupo de pesquisa realizaram as entrevistas semiestruturadas com os profissionais indicados, de modo conjunto, a fim de ter uma observação coletiva das entrevistas. Diários de campo foram utilizados para todas as entrevistas realizadas, a fim de se anotar as impressões das pesquisadoras, observações, impactos, inferências, reflexões. Após esses escritos, o grupo de pesquisa se reunia semanalmente para discutir seus diários e o que foi percebido e refletido em cada uma das visitas, conforme as descrições de Moraes, *et al.* (2004).

Sabe-se que o CREAS, por ser considerado serviço essencial, permaneceu em atendimento à comunidade durante esse período da COVID-19, ainda que com adaptações e restrições e com preferência pelo atendimento remoto, de acordo com o Diário Oficial da União, portaria de número 59. Desse modo, buscou-se entender como o equipamento tem trabalhado nesse recorte temporal.

Foram cumpridas as exigências éticas para realização de pesquisa com seres humanos e o projeto foi aceito pelo Comitê de Ética da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com número 23083.019443/2021-30. Assim, houve contato primário com as secretarias de Assistência Social de cada município, e, havendo concordância em participação da pesquisa, houve contato com cada CREAS. Os profissionais entrevistados que já atuaram no serviço foram selecionados a partir de convites dos próprios técnicos dos equipamentos selecionados, que indicavam o contato, e também por convites dispersos em grupos de *Whatsapp*. Cada Secretaria de Assistência Social recebeu e assinou o termo de anuência (APÊNDICE 03), assim como cada técnico entrevistado recebeu e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE 02).

Entre os critérios de inclusão da pesquisa de campo, participaram somente os profissionais do equipamento CREAS que atuam nos municípios próximos à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como nos municípios referidos: Nova Iguaçu, Seropédica e Mesquita. Serão incluídos participantes que já atuaram em CREAS nesses municípios, ainda que não estejam em atuação no momento da pesquisa. Entre os critérios de exclusão, não participaram técnicos que não atuassem nos territórios supracitados.

## 5.5. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Esta pesquisa foi estruturada conforme os requisitos da Resolução 466/12 do CNS e suas complementações, que discutem a respeito de diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos dedicada à utilização de dados pessoais dos participantes, unicamente para fins científicos, restringindo em sigilo as informações dos mesmos e garantindo a não utilização dessas informações em prejuízos dos sujeitos ou comunidades em questão.

Foram observados os seguintes riscos para os voluntários participantes do estudo: possibilidade de sentir desconforto em responder alguns itens da entrevista, tendo em vista a chance de incômodo em relatar possíveis questões delicadas do exercício de trabalho e probabilidade de algum nível de desconforto pelo contato inicial com a equipe de pesquisa.

Com relação aos alunos do grupo de pesquisa, os possíveis riscos foram: desconforto na realização de contato inicial e na realização das entrevistas semiestruturadas, desafios na prática da reciprocidade com o objeto de estudo em questão, de acordo com o que já afirmaram Ceconello e Koller (2004), e riscos em se sentir afetado emocionalmente com histórias e vivências dos profissionais e usuários do CREAS.

Foram observados os seguintes benefícios para os voluntários participantes do estudo: possibilidade de espaço de fala e escuta sobre suas vivências no trabalho de fortalecimento de vínculos familiares; geração de movimento de reflexão sobre os usuários que frequentam o CREAS e a prática profissional; auxílio na elaboração desta pesquisa, que pode subsidiar maior conhecimento sobre a temática e novas formas interventivas de se agir neste trabalho; e, possibilitação de auxiliar no fortalecimento dos vínculos familiares já atendidos no equipamento e famílias futuramente atendidas.

Os participantes foram informados que a participação desta pesquisa não envolve nenhum custo financeiro e que também não receberiam nenhum pagamento, já que a participação foi voluntária. Contudo, também foi garantida indenização caso ocorram danos comprovados na participação da pesquisa, de acordo com decisão judicial ou ainda extrajudicial. Também foi acordado com os participantes quanto às informações e sigilo dos dados da pesquisa e cuidado ao fato de que todos os entrevistados terão conhecimento do papel da equipe e do critério confidencial dos sujeitos participantes, de acordo com os estudos de Prati *et al.* (2008).

Para os alunos que participaram da pesquisa, os benefícios foram: participação em projeto de pesquisa e extensão; participação de grupo de estudo sobre a temática; capacitação profissional e experiência em prática de pesquisa; certificação pela participação, aproximação com temática de interesse; e, possibilidade de emergirem temas para pesquisas para suas futuras pesquisas.

É válido ressaltar que os dados coletados e analisados (entrevistas e observações sistemáticas), foram armazenados em pastas de arquivo pessoal, sob a responsabilidade de Ana Cláudia de Azevedo Peixoto, no endereço Estrada do Mendanha, 2870, CEP: 23092002, apartamento 412, bloco 10 C, por no mínimo 05 anos.

## 5.6. PARTICIPANTES DA PESQUISA

No processo de escolha dos CREAS para participação da pesquisa, houve contato com CREAS dos municípios próximos a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ),

como CREAS dos municípios de Seropédica, Nova Iguaçu e Mesquita, sendo convidados para participação um equipamento de cada município, bem como profissionais que já atuaram nesse território.

O CREAS de Mesquita localiza-se na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no bairro Rocha Sobrinho. Segundo dados de Medeiros (2020), a rede de Assistência do município de Mesquita contém 05 CRAS, 01 Conselho Tutelar, 01 Vara da Infância e Adolescência, 01 Casa de Acolhimento, e um CREAS, este selecionado para esta pesquisa, responsável por cobrir todo o município.

Mesquita é um município que, segundo o IBGE (2010) contém 176.569 habitantes, com densidade demográfica de 4.310,48 habitantes/Km<sup>2</sup>. Com relação ao trabalho e rendimento da população, o censo do IBGE (2018) apontou que 9,3% da população estava ocupada, e 36,5% da população tinha até 1/2 salário mínimo mensal. O portal do IBGE<sup>4</sup> também informa que o município está emancipado de Nova Iguaçu desde 1999, tendo os limites compartilhados com os municípios de Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis e Rio de Janeiro.

Em meados do século XX, de acordo com os estudos de Lima (2019, p. 43) o município foi considerado um dos “subúrbios cariocas” e passou a ser uma região de intensa procura de moradia, visto que apresenta maior proximidade da cidade do Rio, porém, com baixo custo de vida. Esse fenômeno garantiu aumento populacional e um movimento de pêndulo dessa população à procura de trabalho nos grandes centros.

A segunda região desta pesquisa, onde se localiza o CREAS em Nova Iguaçu, apresenta, segundo o IBGE (2020), 823.302 pessoas, com média de 2,1 salários mínimos, com 38,7% da população com até meio salário mínimo. De acordo com o portal de Nova Iguaçu, seu nome advém do Rio Iguassú, que está às suas margens, cujo porto foi muito utilizado durante o período de café, o que gerou crescimento para a região. Por conta do acesso ferroviário, a cidade tornou-se, assim como outras na Baixada, uma cidade dormitório, sendo a maior região da Baixada Fluminense, ao considerar seu espaço geográfico, e a segunda maior no que tange ao índice populacional.

Segundo a Câmara Municipal de Nova Iguaçu, o município foi criado em 1833 e contém 55% da sua população como pretos e pardos, sendo 51,5% da população composta por mulheres. Dos três municípios dessa pesquisa, é o que mais possui acesso a lazer e

---

<sup>4</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu>

cultura. De acordo com a Secretaria Municipal de Assistência Social do município, há 05 CREAS na região, 10 CRAS, 03 Casas de Acolhimento, 01 Centro POP, além de outros equipamentos, como Coordenadoria de Mulheres. Para essa pesquisa, foi realizado contato com um CREAS.

Pensando no nosso último local de pesquisa, O CREAS em Seropédica, sabe-se que este localiza-se no bairro Fazenda Caxias do município de Seropédica e assiste, segundo um site de notícias sobre o município, cerca de 120 famílias em situação de violação de direitos. A equipe é composta por 02 psicólogas, 01 advogado, 01 assistente social, 01 pedagoga. O município, segundo o IBGE, é cortado pela Estrada Rio São Paulo, o que permite movimentação e fluxo na região. Atualmente, conta com 83.092 habitantes e, no que tange à renda, o censo IBGE (2020) relatou que havia 37.4% da população com até meio salário mínimo. É válido ressaltar, ainda, que é o município no qual se localiza a UFRRJ.

Para melhor compreender o local em que essa pesquisa se propõe, é preciso entender questões de vulnerabilidades sociais e econômicas que percorrem o recorte de pesquisa. Conforme descreve o site da OLERJ (Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro), existem questões de desigualdades socioeconômicas na Baixada Fluminense, apontando que as cidades da região se apresentam com crescimento sem planejamento.

Somado a isso, o Mapa da Desigualdade da Baixada Fluminense (2020) aponta que cerca de 2 milhões de habitantes da Região Metropolitana precisam pendular para regiões da capital do Rio de Janeiro para buscar opções de emprego, educação e até de saúde. O documento também aponta a região de Mesquita com um percentual de 8,3 empregos a cada 100 habitantes e uma renda média que varia entre 500 a 750 reais mensais para o município, tendo, também, o maior percentual da população negra.

O Mapa ainda revela que, de acordo com o total de habitantes, Seropédica apresenta 27,1% da população recebendo Bolsa Família, enquanto Nova Iguaçu apresenta 22,2% e Mesquita, 17,8%. Com território geográfico maior do que os municípios supracitados, o município do Rio de Janeiro só apresenta 9,8% da população com Bolsa Família. Os três municípios apresentam atendimento à mulher, segundo dados do Mapa da Desigualdade da Baixada Fluminense em 2020.

Tais dados são importantes para entender as necessidades da população, as dificuldades já postas e para melhor compreender quais contextos macro e exossistêmicos,

como refere a metodologia (CECCONELLO; KOLLER, 2004), podem se apresentar no cotidiano do CREAS referido.

Diante desse contexto, foram realizadas, ao todo, 19 entrevistas com profissionais atuantes nos CREAS de Mesquita, Seropédica e um CREAS de Nova Iguaçu, bem como profissionais que já atuaram em diferentes CREAS. Sendo cinco profissionais do CREAS Seropédica, seis do CREAS Mesquita, quatro do CREAS Nova Iguaçu e cinco profissionais que já atuaram ou atuam em diferentes CREAS desses territórios. Segue abaixo a tabela com informações gerais sobre o corpo técnico entrevistado. É válido ressaltar, ainda, que todas as técnicas entrevistadas eram mulheres:

**Tabela 1:** perfil de entrevistados

Total	Tempo de equipamento	Função no equipamento	Formação e capacitação	Atuando	Vínculo empregatício
19	4 com menos de quatro meses 5 com quatro meses 10 mais de um ano	9 psicólogas 3 assistentes sociais 2 pedagogas 02 advogadas 01 técnica de abordagem 02 Coordenadoras, também psicólogas	19 não obtiveram capacitação formal pelo equipamento	15 em atuação nos três CREAS da pesquisa 4 que já atuaram nestes CREAS ou em diferentes CREAS da região	02 concursadas 05 MEI 12 contratadas

Fonte: elaborada pela autora.

## 5.7. PROCESSOS DE ANÁLISE

O tratamento dos dados para análise se deu através da triangulação dos dados das entrevistadas a partir da Análise de Conteúdo da Bardin (2011), as categorias encontradas na Revisão Integrativa da Literatura e as considerações da teoria bioecológica do desenvolvimento humano, compreendendo o caráter qualitativo desta pesquisa através dos conceitos analisados e tratados através desses métodos.

As considerações da teoria bioecológica do desenvolvimento humano teve como base os diários de campo do grupo de pesquisa e as entrevistas semiestruturadas. Ao todo, foram 51 diários analisados, realizados por cada uma das integrantes do grupo de pesquisa, sobre um total de 23 encontros realizados com as técnicas. Tais encontros foram para realização das entrevistas, mas também para contatos informais. Cada diário foi analisado considerando o critério pessoa, contexto, tempo, processo da teoria bioecológica e os objetivos da pesquisa. Tais análises se deram a partir da leitura fluida e repetida dos diários de campo e das entrevistas, somado a discussões coletivas dos encontros semanais do grupo de pesquisa, a partir das considerações da teoria.

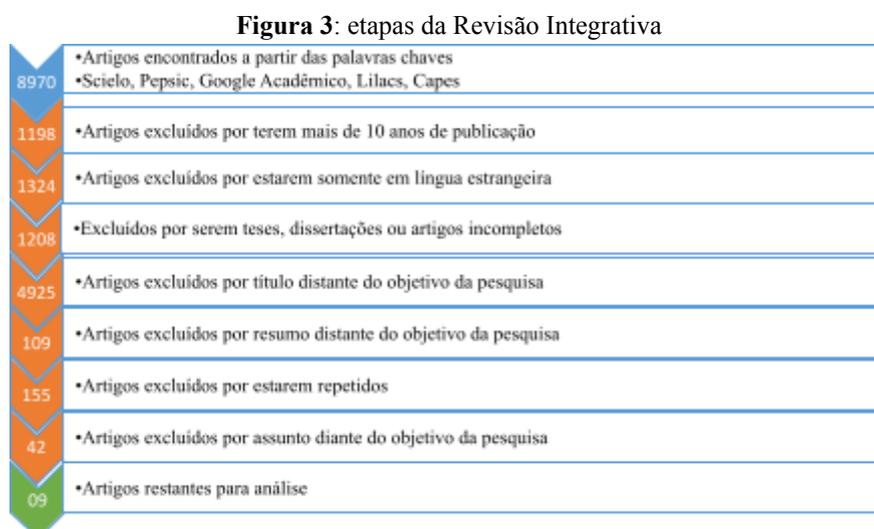
## 6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 6.1 RESULTADOS DA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

No desenvolvimento da Revisão Integrativa, as palavras-chave foram lançadas nos sites de busca mencionados, e, inicialmente, foram encontrados 710 artigos no Scielo, 2.767 artigos na plataforma LILACS e 251 artigos na plataforma de busca PEPISC. Na plataforma CAPES, foram encontrados 3.412 artigos. No Google Acadêmico, foram encontrados 1830 artigos, considerado o recorte de página até a página 10, devido à pouca sensibilidade da plataforma. Ao todo, foram encontrados 8.970 artigos. Das palavras-chave utilizadas, algumas não apresentavam nenhum artigo, ainda que fossem utilizados sinônimos. Estas palavras-chave foram: [vínculo e PAEFI] e [reinserção familiar e PAEFI], o que infere dificuldade de encontrar artigos que relacionem essas temáticas.

Dos 8970 artigos, 1.198 foram excluídos pelo tempo de publicação, 1.324 por não estarem em português, 1.208 por serem teses, 4.925 por título, 109 excluídos por resumo, 155 excluídos por repetição e 42 por assunto, restando 09 artigos para análise (Figura 3). Os 09 artigos selecionados apresentaram metodologias qualitativas, como argumentação teórica; teoria ator-rede; revisão da literatura nacional; entrevista semiestruturada com teoria bioecológica do desenvolvimento humano ou análise de conteúdo; pesquisa bibliográfica, cartografia clínica e mapa de rede, análise documental (Tabela 2).

Quanto ao conteúdo desses artigos, ressalta-se alguns pontos em comum para discussão, que foram separados em categorias de análise. Percebe-se que as categorias conversam entre si e discutem desde o trabalho em rede e a ação dos profissionais, aos caminhos para reinserção familiar.



Fonte: elaborada pela autora.

**Tabela 2:** artigos selecionados

	Autores	Ano/publicação	Título	Metodologia	Material	Objeto de estudo
1	SOUZA, Marisa Antônia; BARROS, Denise; ZAMPAULO, Jamil.	Revista Alumni., v. 2, 2012.	Construção e Fortalecimento dos Vínculos Familiares	Qualitativa	Análise teórica	Revisão teórica da formação da personalidade, visando principais causas do rompimento dos vínculos
2	ROSA, Edinete Maria <i>et al.</i>	Estudos de Psicologia, 2012, v.17, n. 3	O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento Institucional	Qualitativa . Estudo longitudinal pela Inserção Ecológica	Diário de campo, entrevista semiestruturada, observação	Oito adolescentes em processo de desligamento institucional
3	RODRIGUES, Luciana; GUARESCHI, Neuza Maria.	Arquivos Brasileiros de Psicologia, v.70, n.1, 2017.	A performance do vínculo na Política de Assistência Social	Documental. Estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade, Teoria Ator-Rede.	Análise documental a partir da teoria ator-rede	Revisão teórica e documental sobre vínculo como objeto da Política
4	PACHECO, Maria Luiza; MALGARIM, Bibiana.	Revista de Psicologia da IMED, v.3, n.2, 2011.	Centro de Referência Especializado de Assistência Social: Apanhados Teóricos Sobre uma rede especial de apoio e proteção em casos de abuso sexual infantil	Qualitativa . Revisão Integrativa da Literatura Nacional.	Bancos de artigos virtuais ou não	Funcionamento do CREAS no combate a violência
5	SILVA, Natália; SOUZA, Virgínia.	Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019.	O fortalecimento de vínculos familiares e comunitários em perspectiva: interfaces do direito da criança e do adolescente	Revisão teórica	Revisão teórica sobre família e serviços de convivência	Revisão teórica a fim de entender a importância do serviço de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários no desenvolvimento de crianças e adolescentes
6	SILVARES, Caroline;	Serviço Social em Perspectiva,	Os invisíveis sociais: o atendimento aos	Pesquisa bibliográfica e relatos	Relatos de profissionais e	CREAS de um município específico,

	PIRES, Isabela.	v.5, n1., 2021.	usuários da política de assistência social em tempos de pandemia	de observação	documentos	visando compreensão da função do psicólogo e assistente social
7	BRIZZI, Luciene; COUTO, Eduardo Luis.	Seminário Integrado Intertemas, v.8, n.8, 2014.	Violência contra a criança e o adolescente: proposta interventiva de trabalho com a família no CREAS/criança e adolescente de Presidente Prudente/SP	Método dialético	Pesquisa documental e entrevista com profissional	CREAS/Criança e adolescente de um município específico, visando trabalho com abuso sexual e familiares
8	MOURA, Débora <i>et al.</i>	Rev. Nufen: Phenom. Interd., v.12, n.2, 2020.	Clínica ampliada e articulação em rede: relato de experiência no SUAS	Cartografia clínica, análise fenomenológica	Diário de bordo, relatório, supervisões gravadas	Genitora e quatro filhos, equipe de extensão universitária, profissionais da rede de saúde e da rede de Assistência Social
9	PENSO, Maria Aparecida; MORAES, Patrícia	Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2016, v.14, n.2.	Reintegração familiar e múltiplos acolhimento Institucionais	Qualitativa . Abordagem sistêmica e teoria das redes, construtiva -interpretativa	Mapa da rede e entrevista documental	Adolescente em reinserção familiar com a mãe

Fonte: elaborada pela autora.

### 6.1.1. FUNCIONAMENTO DO CREAS, A REDE E A AÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Um ponto de análise dos artigos se deu a respeito do funcionamento do equipamento, com seus objetivos e sua vivência cotidiana. A respeito desse funcionamento cotidiano, suas diretrizes e ações, Pacheco e Malgarim (2011) apontaram o equipamento como responsável por reorganização de vínculos e pelo cuidado daquilo que os fragilizam, com estratégias de enfrentamento centradas nas famílias, com ações de fortalecimento de laços comunitários e também familiares, ampliando a autonomia e interações nos âmbitos relacionais, sendo capaz de criar senso de identidade e percepção de potencialidades. O CREAS precisa ser

considerado, para as autoras, como uma “recomposição simbólica, uma carta de crédito que provém da ação compartilhada que visa o fortalecimento dos vínculos e o resgate de relações saudáveis e protetivas no sentido de rumar ao bem-estar biopsicossocial” (PACHECO; MALGARIM, 2011, p. 550).

Como possíveis ações do equipamento, Brizzi e Couto (2014) apontam a importância de acolher as necessidades das famílias, com realização de conversas, oficinas, debates, sobre suas demandas, relações afetivas, papel dos cuidadores, práticas de cuidado, autonomia e educação. A angústia dos autores, entretanto, se deu no fato de que, no CREAS analisado, embora houvesse um foco nas famílias, cada membro era atendido individualmente e não havia uma proposta coletiva que pudesse reunir todos os membros da família em uma atividade. Foi desenvolvida, então, uma ação para a família, com encontros sobre desenvolvimento infantojuvenil, suas necessidades, mudanças e interesses (BRIZZI; COUTO, 2014).

Segundo Silves e Pires (2021), o CREAS atua visando a superação das situações de vulnerabilidades a partir da garantia de direitos e do fortalecimento dos vínculos familiares e mencionaram o PAEFI como uma medida proposta pelo equipamento, que deve desenvolver uma inserção social e multiprofissional. Considerando o cotidiano de funcionamento do CREAS, esse foi o único encontrado que trouxe a temática da COVID-19 e o trabalho do equipamento do CREAS frente à pandemia, revelando que foram necessárias adaptações e estratégias, a fim de continuar o trabalho com as famílias neste período. Porém, algumas modificações causaram angústias nos profissionais, como a suspensão de visitas domiciliares, mantendo-se somente em situação de urgência. Devido ao aumento de vulnerabilidades e situações de violência nesse período, o equipamento passou a questionar o que se configura situação de emergência para visita, quais seriam os critérios para se verificar a necessidade de visita. Ainda houve indicação de acompanhamento via telefone, o que havia dificuldades, visto que muitos usuários não possuíam telefone (SILVARES; PIRES, 2021). Entre seus achados, também refletiram sobre o desconhecimento do funcionamento do CREAS pelos moradores que o viam como uma extensão do CRAS.

Dentre os artigos levantados, houve a discussão sobre a ação específica dos profissionais dentro do equipamento, bem como a importância e desafios para sua articulação com a rede. Sobre isso, no caso acompanhado por Moura *et al.* (2020) sobre processos de cuidado com vínculos familiares em situação de vulnerabilidade socioeconômica e fragilidade

da relação familiar, os autores relataram que, à medida que as fragilidades da família aumentavam, o trabalho em rede se estreitou e se aproximou. As equipes, porém, encontravam barreiras em falta de vagas nos serviços e despreparo de alguns serviços frente às demandas do caso, como representado na fala de um dos técnicos: “o abrigo já significa impossibilidade de recuperação dos responsáveis” (MOURA, *et al.*, 2020, p. 130).

Penso e Moraes (2016) ainda afirmam que, ao pensar na restauração dos vínculos familiares, é preciso considerar as redes primárias, como laços afetivos próximos, mas também redes secundárias, como instituições públicas, ONGs, grupos de apoio, que também exercem função de proteção e prevenção. Para as pesquisadoras, falta interação entre essas redes, entre os vínculos afetivos e os equipamentos.

Ao descrever a ação específica de alguns profissionais, Souza, Barros e Zampaulo (2012) descreveram o profissional de Serviço Social como “aquele que prioritariamente realiza o trabalho em rede”, com ênfase em um trabalho de acesso ao direito à convivência familiar e comunitária e o cuidado com famílias, quando se trata de questões de destituição do poder familiar (ACOSTA, 2008 *apud* SOUZA, BARROS, ZAMPAULO, 2012, p. 05). Ademais, Rodrigues e Guareschi (2018) também consideraram a prática do psicólogo na assistência, ao definirem como “produtor de conhecimento e expertise, e sua relação com as práticas que constituem a assistência social, pois é a estabilização do vínculo como afeto que permite conectar essas duas redes de práticas” (RODRIGUES; GUARESCHI, 2018, p. 172). Os autores acreditam ser de suma importância que profissional da assistência social entenda processos de formação de vínculo e reprodução de estruturas relacionais, para que possa intervir nessa estrutura, modificando as formas de perceber, lidar com os vínculos familiares.

Rodrigues e Guareschi (2018) apontam a necessidade de se construir uma vinculação afetiva entre os profissionais que atuam na Assistência Social e seus usuários. Ao analisarem o Caderno “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (2013), os autores apontaram que a confiabilidade no trabalho coletivo da Assistência Social só é possível quando se estabelece uma rede entre profissional e sujeito. Essa formação de vínculo entre equipe-família pode ser capaz de fazer pensar e modificar padrões de vínculo e cuidado estabelecidos outrora. Para isso, é necessário compreender como os vínculos se estabeleceram no ambiente familiar.

Diante disso, Moura *et al.* (2020) reforça que o profissional necessita compreender o impacto das vulnerabilidades sociais, com percepção ampla a respeito das violações já

existentes no território, como falta de acessos a condições de vida e proteção. Para os autores, urge a necessidade desse olhar ampliado para o contexto. Somada a essa reflexão, Brizzi e Couto (2014) apontam a necessidade de não culpabilização das famílias para que o trabalho possa, de fato, contribuir para o rompimento da violência.

#### 6.1.2. CONCEITO E CONTEXTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES: UM DEBATE SOBRE A RESPONSABILIDADE E DESAFIOS

Neste recorte, foi verificado o que os artigos apresentaram a respeito do conceito e vivências ao entorno do vínculo familiar. Notou-se que os artigos encontrados apresentaram reflexões a respeito deste vínculo familiar, mas pouco foi encontrado sobre uma definição de vínculo. Entre as possíveis reflexões da dimensão do vínculo, Rosa *et al.* (2012), embasados nos estudos de Bronfenbrenner, descreveram a família como aquela que provê senso de segurança e proteção ao longo do desenvolvimento de crianças e adolescentes. Sobre o conceito e percepção de vínculo familiar, Rodrigues e Guareschi (2018, p. 161) nortearam: “vínculo não é um mero laço ou associação, mas um objeto imaterial que ganha existência porque constantemente sustentamos redes de práticas que o produzem”.

Souza, Barros e Zampaulo (2012) consideraram que a qualidade dos vínculos e a rede socioafetiva da criança são imprescindíveis para o desenvolvimento. Os autores refletem sobre essa importância à medida que se pautam na teoria de desenvolvimento de Bowlby e Vygotsky e explicam: “o desenvolvimento psicológico decorre da interação do indivíduo com outros membros da sociedade e por meio dos diversos elementos de comunicação no ambiente cultural” (SOUZA, BARROS, ZAMPAULO, 2012, p. 04). E, ao considerar a família como esse ambiente social, Penso e Moraes (2016) a dimensionam como um ambiente onde se constitui segurança, afeto, limites e regras ou, ainda, instabilidade, insegurança e fatores de risco para seus integrantes.

Diante disso, na pesquisa de Rosa *et al.* (2012), as crianças e adolescentes acolhidos demonstraram escassez de laços familiares e não obtiveram suporte diante de situações violadoras. Embora as histórias perpassassem questões de maus-tratos e negligência, ou evasão do acolhimento institucional, havia também uma expectativa de reconexão ao microsistema familiar. Rosa *et al.* (2012, p. 367) explicaram que as adolescentes “tinham muitas expectativas com relação à sua volta para casa e ao convívio com suas famílias de origem. No entanto, durante o estudo, o único processo de desligamento concretizado foi o de

Ross”, desligado por maioria e não por reinserção familiar, residindo assim em um apartamento e recebendo cuidados do PPCAAM.

Para os Rodrigues e Guareschi (2018), é importante reconhecer que há uma vivência íntima do afeto, que há um modo interno de associação desse vínculo que pode ser influenciado por histórias conflituosas nos vínculos anteriores. Também apontaram, ao citarem Latour (2012, p. 63) que não há “nenhuma reserva de vínculos, nenhum tranquilizador vidro de cola para manter unidos todos esses grupos”, indicando que não há uma formação de vínculo perene, constante, que não demande um trabalho de construção e manutenção.

Para os autores, existem diferentes formas de se conceber e perceber o vínculo, que pode ser discutido em uma dimensão afetiva e na instância ética e de poder. O objetivo dos autores era considerar como os profissionais podem ter compreensão do vínculo familiar, ao passo que também podem estabelecer um vínculo com essas famílias. Assim, quando se pensa no poder dos vínculos, refere-se a uma constituição dos sujeitos em relação, um processo coletivo que forma tanto o sujeito quanto o social envolvido. Para Rodrigues e Guareschi (2018), entender isso significa perceber que a convivência social é capaz de ser metodologia de trabalho, com grupos de famílias, possíveis de intervir nas relações afetivas e gerar modificações.

Ao relatarem a dimensão do afeto no vínculo, Rodrigues e Guareschi (2018, p. 167) fazem menção ao filósofo Espinoza, ao descrever que os contatos sociais podem deixar marcas no outro. “A capacidade de afetar e ser afetado” é algo que impulsiona sentimentos, afetos e que pode motivar percepções sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Os autores apresentaram também o vínculo em sua importância ética, considerando que o afeto é capaz de provocar situações de solidariedade e em exercício de cidadania. Explicam ainda que, “estimular o fortalecimento de vínculos significa também garantir espaços participativos na tomada de decisão e fomentá-los como estratégia socioeducativa. Significa experimentar a solidariedade e partilhar um mundo comum” (Brasil, 2013, p. 23 *apud* Rodrigues, Guareschi, 2018, p. 169).

Outro tópico de análise surgiu ao perceber que os artigos trouxeram um contexto que permeia o debate de fragilização dos vínculos, além de reflexões sobre a importância do ambiente familiar para vínculos afetivos e figuras de apego seguras no desenvolvimento infantil. Sobre isso, Souza, Barros e Zampaulo (2012) discutiram sobre a importância dos

vínculos familiares e da figura de apego, ao considerarem as teorias do desenvolvimento. Afirmam sua importância para formação do sujeito, da personalidade e do desenvolvimento psicológico, até mesmo na internalização de padrões sociais, compreensão do afeto, dos valores e costumes.

Os autores afirmam, contudo, que tal importância da família não exclui a ação das políticas públicas e do Poder Público, com ações efetivas diante da situação de vulnerabilidade. Isso porque, segundo Souza, Barros e Zampaulo (2012, p. 09):

as questões relacionadas demonstram que o sistema de proteção à criança é extremamente complexo e exigem uma grande articulação dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, além da mobilização da sociedade, no sentido de amenizar as perdas sofridas pelas crianças acolhidas.

Em concordância com os autores, Rosa *et al.* (2012) descreveram a família como espaço de proteção à infância, mas que, a partir do momento em que esta família se vê impossibilitada de cumprir essa função, é dever do Estado intervir, garantindo proteção. “São necessárias medidas que revertam a situação de fragilidade dos vínculos familiares e promovam a reinserção das crianças e adolescentes acolhidos” (ROSA, *et al.*, 2012, p. 362).

Ao pensar nos motivos do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, Rosa *et al.* (2012) citam fragilidades financeiras dos cuidadores, conflitos relacionais, envolvimento com drogas, situação de maus-tratos e negligência dos responsáveis. Entre os casos de permanência no acolhimento, a pesquisa ressaltou morosidade nos casos, que impedia a reinserção familiar. Em um dos casos acompanhado, o adolescente tentou aproximação e fortalecimento de vínculo familiar por conta própria, questionando tal morosidade e burocracia. Somando ao debate sobre os motivos de acolhimento, Moura *et al.* (2020, p. 136) explicam que “são reflexos da falta de investimento nas políticas de atenção à família, acarretando, portanto, em situações que fogem ao controle dessas famílias e que as impossibilitam de terem uma vida digna, com seus direitos garantidos para cuidar de seus filhos”. Silva e Souza (2019) ainda explicam que a fragilização dos vínculos pode acontecer em qualquer classe social, mas não se pode deixar de considerar que a desigualdade social existente subsidia vulnerabilidades.

Entre as questões que envolvem os vínculos fragilizados, Penso e Moraes (2016) também concordam sobre o que tem os tem fragilizado, como violências, abuso de álcool e drogas, transtornos mentais. Para as autoras, a hipossuficiência financeira, falta de moradia e miséria têm sido associadas ao distanciamento dos vínculos. Ainda, refletiriam sobre a

experiência geracional do cuidado, considerando que a vivência de abandono e negligência sofrida pelos genitores pode perpassar a relação com seus filhos na atualidade, “uma mãe que não foi cuidada por seus pais, com quem perdeu o contato e que também não consegue cuidar dos seus filhos em um circuito de reatividade emocional não resolvido, que a torna vulnerável e com propensão a repetir os antigos padrões com seus filhos” (PENSO, MORAES, 2016, p. 1528). Assim, é preciso articulação entre o ambiente de afetos e vínculos e os demais agentes protetivos, como os equipamentos, que proporcionam orientação e acesso a recursos. As autoras ainda questionam, ao observar os laços familiares de adolescentes acolhidos:

Ora, se há interesse da família em manter vínculo com o filho o que estaria, então, impedindo sua saída definitiva do serviço de acolhimento? Uma possível resposta pode estar associada às falhas na execução das políticas públicas voltadas para esse público como também na desarticulação de suas redes sociais (PENSO; MORAES, 2016, p. 1524).

### 6.1.3 CAMINHOS DA REINSERÇÃO FAMILIAR

Neste tópico, foram selecionados os caminhos possíveis encontrados para reinserção familiar e os apontamentos trazidos pelos artigos selecionados. Para Rosa *et al.* (2012), manter o contato com crianças e adolescentes acolhidos, como presença nos fins de semana e férias escolares, foram ações importantes dentro do ambiente de acolhimento institucional para a manutenção de vínculos. Já Pacheco e Malgarim (2011) apontam que é necessário pensar em estratégias de qualificação do serviço no enfrentamento da violência e avançar na concepção de oferta de recursos concretos para proteção de crianças e adolescentes.

Dorian, Arpini e Savegnago (2015), ao pensarem nas iniciativas dos equipamentos para reinserção familiar, apontam que é necessário um trabalho constante, perene, de buscas pela família de crianças e adolescentes que estão em situação de acolhimento, investigando as possibilidades de retorno aos cuidados familiares. É preciso, ainda, compreender a história da criança em seu meio afetivo. Faz-se necessário mapear a rede de apoio desta criança e adolescente e perceber suas potências, construir uma aproximação entre equipamento e família, percebendo e intervindo sobre o que tem causado a fragilidade desses laços. Penso e Moraes (2016) acrescentam a necessidade articulação das redes sociais, que vão desde a comunidade direta, na qual a família está inserida, até os equipamentos de proteção.

Rodrigues e Guareschi (2018) explicam que é necessário o desenvolvimento de trabalhos coletivos, que podem potencializar os sujeitos e expandir suas relações, subsidiar autonomia, aprendizagem e igualdade. Compreendem a necessidade de os profissionais entenderem a dimensão do vínculo, seja para perceber as relações familiares, seja para

construir um vínculo como metodologia de trabalho. Para Brizzi e Couto (2014), é possível ampliar as estratégias de educação familiares para que a violência como prática educativa possa cair em desuso no contexto familiar, além de auxiliar na compreensão de práticas parentais responsivas, sobre desenvolvimento de autonomia e limite de crianças e adolescentes, acolhendo as necessidades das famílias. Para isso, Souza, Barros e Zampaulo (2014) acreditam na necessidade de qualificação profissional para os que estão na linha de frente desse cuidado, a fim de compreenderem contextos de desenvolvimento, em detrimento de um olhar culpabilizador.

Para Penso e Moraes (2016), além da situação econômica, é preciso considerar as formas aprendidas de afeto. Sendo necessário também um trabalho mais acertado das políticas públicas e nos serviços que possam resgatar subsídios de existência e direitos. Acrescendo a essa fala, Moura *et al.* (2020) apresentaram a importância de programas sociais que possam melhorar a qualidade de vida de crianças, adolescentes e suas famílias, prezando a garantia de direitos, visto que “a experiência deixa claro que retroceder os danos provocados por anos de privação material não é uma tarefa simples, visto que viver em ambiente pouco estimulante acaba resultando em privações de caráter afetivo” (MOURA, *et al.*, 2020, p. 135).

Nos artigos de Souza, Barros e Zampaulo (2012) e de Silva e Souza (2019), acrescendo também aos debates dos demais artigos trazidos nesta Revisão Integrativa, há um direcionamento sobre a compreensão da família como instituição de maior vinculação, afeto, crescimento e desenvolvimento socioemocional de crianças e adolescentes, que podem vivenciar diferentes fragilidades que ferem a manutenção desse vínculo, mas não podem ser vistas como a única responsável por esse processo de cuidado. Sendo necessário, então, ações governamentais e estruturais de cuidado tanto do vínculo que está em sofrimento, quanto de uma base de suporte ainda então dessa fragilização, com acesso a direitos e condições de vida.

## 6.2. RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO

A análise de conteúdo foi realizada seguindo os pressupostos de Bardin (2011), em que inicialmente foi realizada uma organização do material das entrevistas qualitativas a serem analisadas e leitura fluida do material, seguido de codificação de todas as entrevistas, percebendo temas que se repetiam ou divergiam, falas que se aproximavam dos objetivos dessa pesquisa, com marcações das unidades de registro e de contexto. Após esse momento, foi realizada a categorização semântica, ou seja, o agrupamento por significado das falas transcritas. Após esse tópico, temos a descrição e a interpretação dos dados. É válido ressaltar

que todas essas etapas foram analisadas coletivamente. Todo o grupo de pesquisa realizou as codificações e foram debatidas diversas vezes em reuniões coletivas virtuais, bem como as categorizações. A seguir, serão descritas as categorias e discussão. Importa observar que as entrevistas pretenderam avaliar a percepção dos profissionais sobre os temas abordados. Assim, não se tem por objetivo descrever quais são os fatos concretos vivenciados, mas como os profissionais entendem os fenômenos. Em tempo, os nomes utilizados são fictícios.

### 6.2.1. REFLEXÕES SOBRE VÍNCULO FAMILIAR

Nessa categoria, foram pontuadas falas das técnicas sobre a compreensão de vínculo familiar. Inicialmente, foram descritas suas definições, conceitos e função, seguido de percepções específicas das entrevistadas e quais os motivos que enxergam para a fragilização dos vínculos familiares. Também foram ressaltados contextos ao entorno das relações familiares, assim como suas próprias concepções sobre o tema.

Foi significativa a fala das profissionais definindo vínculo familiar como base, como aquilo que dá fortalecimento aos laços de afetos que são construídos. Ainda, explicaram que o vínculo é aquilo que permite segurança e que constitui o que somos. “É, a Constituição diz tudo né, é o início. O vínculo é parte do cuidado, parte da atenção, parte do ensino. É o início de tudo”, técnica Débora, advogada; “Vínculo familiar é a ponte que liga membros da família e proporciona um ambiente de segurança, de afeto, de crescimento, de maturação, de fortalecimento do ser, não é?”, técnica Aurora, psicóloga.

Algumas técnicas apresentaram, contudo, um conceito vago ou sucinto, como na fala:

Defino o vínculo familiar como relações positivas, relações afetivas que de fato trazem algum resultado satisfatório. Uma relação saudável, [...] traz um resultado positivo para aquele convívio familiar” Técnica Alicia, psicóloga; “ter uma família unida”; Ana, coordenadora; “é o aspecto que você está ligado aquela pessoa, pode ser de laços consanguíneos ou através de vivências (TÉCNICA TALITA)

Outras, entretanto, pontuaram que o vínculo é algo que precisa ser construído diariamente, está para além dos laços consanguíneos que suprem necessidades emocionais e físicas de crianças e adolescentes, dando, assim, sentido de pertencimento: “eu acho que ele é construído no dia a dia, né, principalmente com a presença de todos envolvidos no núcleo familiar”, Luiza, psicóloga; “A função do vínculo familiar é dar aquela sensação de pertencimento. [...] Assim, de suprir as carências afetivas”, técnica Talita, psicóloga.

Entre as reflexões sobre a função desse vínculo, ressaltou-se o olhar do grupo de pesquisa sobre a fala de profissionais, indicando que ele é capaz de fortalecer aquilo que foi

rompido, sendo fundamental para manutenção de quaisquer relações. É a peça fundamental para que o ambiente seja, de fato, protetivo. Na fala de algumas técnicas, explica-se que: “A função do vínculo familiar: ele protege, acolhe, ampara” (TÉCNICA AMANDA); “Então, é bem subjetivo no sentido de quando a gente fala da função do vínculo, a gente pensa logo naquela questão protetiva né? Te remete àquela questão protetiva né, do vínculo”, técnica Renata, pedagoga.

Algumas respostas apresentaram um relato que parte da própria vivência de vínculo, a partir de suas famílias: “Por exemplo, eu sou mãe, e o vínculo que a gente tem em casa, às vezes a gente não vê aqui” Priscila, técnica de abordagem; “as famílias, elas estão com perfil diferente do que é aquele ‘tradicional’ que a gente tá acostumado, né? [...] eu não posso nem usar a palavra ‘desestruturadas’, mas [...] as famílias estão perdendo um pouco essa questão do vínculo” (ENTREVISTADA DENISE); “a minha família eu não sei como falar porque graças a Deus eu tenho uma base, desde pequena tenho a presença dos meus pais, eles não se separaram”, técnica Mariana, pedagoga.

A gente tem uma visão de vínculo familiar muito forte com relação a nossa família. Por exemplo, a quem tem **uma família tri, né, pai, mãe, irmão**, e a gente tem um conceito de vínculo familiar com todo um porto seguro, né, uma história que começa do papai e da mamãe, que você começa estudando, você vai se formando, [...]. Quando você vem pro CREAS, você percebe que você conhece muito um lado muito triste da realidade, nossa realidade (ENTREVISTADA MAGALI, grifo nosso).

Outras falas, entretanto, trouxeram o olhar sobre o que se tem pensado na Assistência Social, relatando a importância de se pensar vínculo para além do que socialmente se pensa de família, mas expandido um olhar para o vínculo também com a comunidade, considerando a matricialidade que o SUAS afirma: “Dentro dessa questão da matricialidade familiar, que é essa questão da família como um todo [...] Então todo mundo que está ao redor daquele usuário [...] Tudo aquilo que está ao teu redor que te faz sentir aquele vínculo né, não necessariamente os consanguíneos”, técnica Renata, pedagoga.

Diante dessas descrições, é possível fazer algumas considerações sobre o conceito de vínculo familiar. As técnicas trouxeram o vínculo como constituição, como ambiente seguro, e ainda associaram à ideia de um vínculo que precisa ser construído, que não existe previamente. Tais pontos conversam com as considerações de Bowlby (2002), ao considerar o vínculo afetivo como capaz de dar base segura e que necessita de estabilidade para ser desenvolvido. Quando há menção a essa construção, aproxima-se a discussão da construção dos processos proximais de Ceconello e Koller (2004), como aqueles que precisam de uma

constância, regularidade, e complexidade para existir.

Algo relevante a ser pontuado, porém, foi descrito nos diários de campo das pesquisadoras, as anotações indicaram falas com conceito muito amplo ou raso sobre vínculos familiares. “No fim da entrevista, voltei para casa pensando/aflita sobre só uma profissional ter me respondido com firmeza sobre o fortalecimento de vínculos, reinserção familiar e o trabalho do PAEFI e me questionei se eu conseguiria responder essa questão de pesquisa no final” (DIÁRIO DE CAMPO, 21/04/2021). Esse fato corrobora com a discussão de Barbosa e Bosi (2017) ao descreverem que, embora muito se fale sobre a importância do vínculo, pouco se compreende sobre seu conceito, perpassando por vezes uma definição por buscas de palavras no mesmo campo semântico, ou um “quase tudo” que “deve ser” (BARBOSA; BOSI, 2017, p. 1007).

Entre os achados de Cardoso *et al.* (2020), os conceitos de base e união também foram encontrados para definir relações familiares e, ainda, quando se descrevia a própria família, havia menção a um olhar de carinho, amor, afeto. Mas, quando se pensava na família do outro, havia representação social de erro, em que há culpabilização e responsabilização, uma posição crítica, com profissionais tendo um olhar duro sobre a família assistida. As famílias que não podem, ou não conseguem exercer a função de cuidado, recebem *status* de família desestruturada e, muitas vezes, são associadas à situação de pobreza. Na discussão dos autores, havia esse distanciamento da própria família e da família do outro, o que acarreta preconceitos, olhar distante e processos não empáticos (CARDOSO, *et al.*, 2020).

Desse modo, na falas das participantes da pesquisa, foi possível observar três fatos a respeito do vínculo: um conceito vago, distante, que reflete em relações positivas, que geram impacto positivo, sem definir o que seria este positivo; outro conceito que discute a ideia de um vínculo que precisa ser construído e um cuidado que precisa de suporte para seu sustento e fortalecimento, e que reflete a ideia de pertencimento, de conexão; e, por fim, falas que remetem ao próprio microsistema das técnicas, falas que partem de si mesmas para explicar o fenômeno da vida do usuário. Tais falas se aproximam dos achados de Cardoso *et al.* (2020), em que há a família do profissional, positiva, com afeto, e a família do outro, que pode ser culpabilizada, responsabilizada, ou “desestruturada”.

Vemos ainda duas dimensões nessas falas carregadas de conceitos pessoais: quando partem do seu microsistema, ao falarem de suas próprias famílias ou quando partem do macrosistema, com valores culturais e sociais para definir uma família. No que tange a esse

macrossistema, verifica-se qual o conceito de família está sendo percebido pelo corpo técnico do CREAS. De acordo com Júnior, de Moraes e Coimbra (2015), existe uma visão clássica de família, denominado pelos autores como “família margarina”, que faz alusão à uma família branca, heterossexual, com pai, mãe, filhos. Pinheiro (2018) complementa o debate afirmando que essas falas que retratam uma família culturalmente vista como a família saudável, como inferido por uma das técnicas da pesquisa e, segundo Hora (2014), remete a um olhar conservador. Em contrapartida, Hora (2014) explica que o conceito de sociofamiliar retira a família como única responsável pelo cuidado e proteção, mas aproxima também a sociedade, comunidade e Políticas Públicas. Silva (2016) explica que, por tempos, a Política de Assistência Social fazia menção a famílias pobres como ditas incapazes, visto que não se encaixavam no ideal tradicional de família. E, ainda que hoje tenhamos nos afastado teoricamente desse discurso, a família ainda vem sendo vista sob tal viés.

Outro aspecto relevante na fala das participantes foi a fragilização dos vínculos, sendo identificado através de violência intrafamiliar, a situação de pobreza e de vulnerabilidade socioeconômica: “família ali existe um problema mais social, miséria, fome, coisas que fogem do controle e que você percebe também que aquela família está desestruturada de alguma forma. Já tem aquele ciclo de violência de geração em geração” (TÉCNICA MÔNICA); “Então ela fica realmente à mercê de muita violação, de que muitas são provocadas por todo esse contexto de falta, é uma falta generalizada, é uma falta social” (ENTREVISTADA ISADORA).

Também pontuaram que os vínculos se fragilizavam, pois, houve, antes, situações violadoras de direitos da família e da comunidade. A entrevistada Dandara explica que: “Quando você chega se tratando de CREAS é uma sucessão de violências e violação a torto e a direito”, elucidando que, quando a criança sofreu violação de direitos, é comum ver que toda a família está sofrendo violação, a comunidade inteira na qual está inserida possivelmente também. Aponta o Estado como esse agente violador, quando diz “é violada pelo Estado também, às vezes a gente chega na casa da pessoa e não tem esgoto [...] ‘Ah, eu te fiz encaminhamento. Você foi buscar?’ ‘Fui, mas não tinha vaga...’, sabe? Então...nunca é um caso isolado”.

A técnica Rita, Assistente Social, também apontou que a desigualdade social é um dos principais fatores para a fragilidade dos vínculos, que condições de trabalho, subemprego e retrocessos nos direitos trabalhistas geram distanciamento familiar. Ainda, comenta: “Eles

são muito...abandonados, né? Acho que essa é a palavra. Pelo Estado, pela sociedade e eles vivem como conseguem”. Dandara complementa a discussão ao entender: “Mas às vezes aquela mãe ta violada, aquela vó ta violada, pai ta violado, a comunidade inteira... a criança é só a ponta do *iceberg*”.

A entrevistada Dandara, psicóloga e uma das concursadas, ainda refletiu sobre vínculo instável como aquele que não recebeu nutrição suficiente, que não recebeu atenção necessária. Relata que por vezes acontecem situações de violência, mas que em outras vê uma desnutrição do apego, a conexão se torna frágil, como também dito pela técnica Amanda: “Não existiu lá atrás o campo emocional, não existe uma aliança, não existe uma afetividade”. A entrevistada Isadora, coordenadora de um dos CREAS, concursada, também acrescentou ao debate ao comparar vínculos fragilizados a construções civis: “Eles usaram materiais que não eram sólidos nem necessários pra criar aquela estrutura. Algum tempo depois tudo aquilo caiu, entendeu? Então existia uma estrutura, mas que não tinha uma fortaleza que precisa ser necessária pra aguentar aquele suporte”. Isadora, assim como as técnicas Rita e Dandara, explicou que a situação de pobreza, falta de rede de apoio para a mãe solo, soma-se a altas jornadas de trabalho, quando há trabalho, e situações de violência. Explica:

Ela [mãe] precisa trabalhar, porque ela precisa sobreviver e fornecer sobrevivência aos seus. Ela trabalha o dia inteiro, aquela criança fica com alguém, quando tem alguém pra ficar, só que muitas vezes essa outra pessoa que ela tem pra ficar é um irmão mais velho, que só tem dois ou três anos a mais do que ela [...]. Esse vínculo muitas vezes não é forte o suficiente pra alimentar algumas estruturas, alimentar estruturas emocionais, né? Emocionais no sentido de pertencimento no grupo, ele não tem isso (ENTREVISTADA ISADORA).

A situação do abuso de álcool e outras drogas também são motivos de fragilização dos vínculos, além de questões de saúde mental dos cuidadores que, em caso do não cuidado dessa situação de saúde, ou em casos de crise, acarretavam a fragilização dos vínculos com os filhos, o acolhimento institucional dessas crianças e até mesmo a destituição do poder familiar. Esse ponto conversa com o capítulo que aparece a seguir, sobre reinserção familiar, e será melhor descrito.

Estas compreenderam também que conflitos familiares são a causa do rompimento dos vínculos e, nesse aspecto, podemos ver a percepção das técnicas sobre essas famílias: “elas não têm cultura suficiente pra um emprego, são acomodadas [...] E a maioria de baixa renda tem esse hábito de castigo, e castigo violento” (TÉCNICA JOANA); “nunca frequentaram escola, não têm uma cultura a ponto de entender que ali houve de fato uma violação de direito. [...], ‘Ah ele está acostumado a ficar na rua, não sei por onde ele anda...’ não tem

controle sobre a vida dos filhos e as coisas acabam acontecendo” (TÉCNICA MÔNICA); “mas tem família que não vê importância, responsabilidade, não quer cuidar” (TÉCNICA PRISCILA). A técnica Joana ainda contou uma história de uma família em situação de vulnerabilidade financeira e descreveu: “Tinha uma família que a gente chamava de ‘os porquinhos’, porque pegamos eles dentro de um chiqueiro[...] Eles não usavam roupa, usavam descartável porque eles recebiam muita doação e ela não lavava roupa”.

Uma das entrevistadas comentou que trabalhar com vínculos familiares é trabalhar com o desejo do outro, e que nem sempre é de interesse da família resgatar aquele vínculo. Alguns outros profissionais relataram que o vínculo fragilizado que se apresenta no CREAS é um vínculo que foi aprendido, internalizado por esses responsáveis, por cuidadores anteriores de geração em geração. Além de aprendizagens culturais e relacionais sobre práticas educativas, Dandara ainda acrescentou a necessidade de compreender o contexto social em que a família está inclusa:

Dentro das periferias, [...] é normal a criança ficar sozinha na rua, é normal a criança ficar sozinha pro pai ir trabalhar, é normal levar a criança pro trabalho porque não tem com quem deixar. É normal a criança maiorzinha cuidar do irmão menor, então muitas situações que são consideradas violação de direitos, para aquelas famílias é a realidade delas, é o que é possível para elas (TÉCNICA DANDARA).

Diante de falas a respeito dos vínculos fragilizados identificados na realidade de cada equipamento, vemos correlação com Rizzini *et al.* (2006), que também compreenderam que a fragilização dos vínculos permeia situações de violência, uso de substâncias psicoativas, fragilidades na saúde mental dos envolvidos, bem como situações de pobreza. A percepção de abandono pelo Estado, sua falha na proteção e no subsídio de recursos básicos de vida também foi postulado por outros autores, somado ao questionamento de responsabilidade única e exclusiva da família, como afirma Bezerra (2021) ao ratificar famílias como alvo de precariedades em nossa sociedade. Indaga como seria possível colocá-las como agente de desproteção se estão constantemente desprotegidas socialmente. Para vê-las como agente protetivo é necessário, antes, construir uma defesa de direitos efetiva.

Foi possível verificar que as técnicas, principalmente as técnicas de um CREAS específico (CREAS este que sofreu menos rotatividade dos profissionais), aprofundaram o debate do impacto das desigualdades sociais que fragilizam as famílias ainda antes de se ter uma violação de direitos dentro da relação. Quando as técnicas mencionam essa dimensão, dizem respeito ao conceito macrossistêmico que interfere diretamente no microssistema familiar. Enquanto macrossistema, Ceconello e Koller (2016) descrevem como ações

governamentais, valores, ideologias. A falha nas ações de políticas públicas dizem respeito a esse lugar macro, que fragiliza o cuidado familiar em seu nível micro.

Novamente, temos falas que remetem a um olhar de julgamento sobre as famílias. Quando uma das entrevistadas coloca a noção de família acomodada, remete-se a pesquisa de Hora (2014), como quando menciona: “a família que está no CREAS é a família que ‘falhou’[...] já vai com um estigma. [...] esses estigmas que vão se construindo. [...] a princípio, todo mundo é sujo, todo mundo é negligente, todo mundo tem sua falha e todo mundo está ali para ser apontado” (HORA, 2014, pp. 110-111). Para Bezerra (2021), esse olhar moralizador sobre a família a coloca como aquela que precisa ser capaz de dar conta da proteção e do cuidado, independentemente do que lhe acometa socialmente.

Sobre a nutrição do afeto, o texto de Diniz e Koller (2010) menciona que o tempo de alta jornada de trabalho das mães, geralmente as principais cuidadoras, pode acarretar em pouco tempo para construção do afeto. Assim, de acordo com a teoria bioecológica, são presenças do exossistema, como trabalho dos cuidadores, que se colocam e interferem na qualidade dos vínculos. Ainda sobre a dimensão do desejo, percebe-se que as técnicas colocam essa característica de disposição gerativa da pessoa, como importante para construção das relações e sua manutenção, de acordo com Ceconello e Koller (2016), a partir de Bronfenbrenner e Morris (1998). Nessas falas, nota-se que o processo proximal pode ser disfuncional, ou ainda inexistente, quando não há tempo ou disposição.

Entre as falas das técnicas sobre as formas de aprendizagem do vínculo e práticas educativas, vê-se uma correlação com os escritos de Amin (2018), de Eloy (2014), bem como da UNICEF (2015), quando mencionam que práticas educativas são aprendidas culturalmente e a violência física, uma marca cultural, é encarada como forma de educação e criação.

### 6.3. FUNÇÃO E COTIDIANO DO CREAS/PAEFI

Neste subcapítulo, foram descritos os relatos das profissionais a respeito do funcionamento e cotidiano do equipamento, mais especificamente sobre o programa PAEFI. Em sua maioria, as técnicas relataram que a principal atuação do CREAS visa garantir direitos e resgatar vínculo familiar que está rompido ou fragilizado, e assim o faz com acompanhamentos individualizados, articulação com a rede, trabalhos em grupo, busca ativa das famílias, visitas domiciliares, buscando compreender quais as necessidades reais daquelas famílias. Entenderam ainda a importância do trabalho ocorrer de modo coletivo, com encontros grupais. Descreveram, porém, que realizar essa ação em grupo é um desafio. Uma

técnica mencionou que, por vezes, é necessário realizar acompanhamento individual por longos períodos, até que seja possível reunir toda a família, ou realizar grupo entre famílias.

Algumas técnicas descreveram que, para trabalhar com famílias, é preciso entender a necessidade dessa população, acolher, compreender o funcionamento da família, ter momentos de orientação e de direcionamentos, como conversas sobre responsabilização, cuidados e desafios na educação com os filhos, prevenção à violência, mercado de trabalho, conversas sobre conscientização a respeito dos direitos de cada usuário, visando maior acesso à informação para garantia de seus direitos. Nos encontros coletivos, também pontuaram que chamam convidados para discutir temas do interesse das famílias, preparam *folders*, palestras, fazem eventos a partir das necessidades apresentadas. Algumas das falas sobre o cotidiano do CREAS explicam essa rotina: “Então a gente passa primeiro pela orientação, pela informação e pela conscientização de que a gente não tá ali julgando e nem culpando, a gente tá aqui pra trabalhar com ele a mudança daquele cenário” (TÉCNICA ISADORA).

Ponderando a atuação dos profissionais no equipamento, muitas falas se referiram a esse olhar de não julgamento, de não culpabilização das famílias, para permitir um acolhimento e um vínculo entre equipe técnica e usuários. As técnicas revelaram essa postura como essencial no trabalho com famílias e vínculos. Além dessa postura, apontaram a necessidade de diálogo informal, para que se crie um vínculo entre família e equipe, bem como a necessidade de compreensão da demanda de cada família e, principalmente, perceber o contexto daquela família, o que foi aprendido nas relações familiares:

Então, você precisa entender qual é a realidade daquela família. O que está acontecendo antes de chegar acusando, o que está acontecendo? Esse é o trabalho preventivo [...] trabalhar aquela família a partir do lugar que ela está, a partir da realidade dela, para que não ocorra a perda do poder familiar (ENTREVISTADA DANDARA).

Trabalhar sua potencialidade, dessa família, né, entender o que que levou até que esses vínculos fossem totalmente rompidos, que tivessem que ter medidas de proteção e de afastamento do convívio familiar né [...]. Quando você entende né a importância do serviço, o técnico que vai saber a relevância, então vai entender que é dentro daquele serviço, que ele monta o acompanhamento né, o plano de acompanhamento familiar, entendendo a demanda e necessidade de cada usuário (ENTREVISTADA RENATA).

Algumas respostas ressaltaram a importância da ação do profissional, subsidiando a sensação de pertencimento da família assistida. Ainda, o termo “trabalho de formiguinha” foi utilizado algumas vezes pelas profissionais, aproximando a sensação de um trabalho minucioso que exige paciência, com resultados gradativos, como descrito em uma dessas falas: “Mas aí a gente vai fazendo serviço de formiguinha, né? [...]. De pouquinho em

pouquinho mesmo tentando fazer com que esse usuário se sinta pertencido, né? O sentimento de pertencimento de que ele é o protagonista da vida dele” (ENTREVISTADA RITA).

Entre as ações de finalidade do CREAS/PAEFI, as técnicas percebem ser um trabalho de reestruturar o pensamento da família sobre questões do vínculo, da relação com crianças e adolescentes, modificando o contexto no qual está inserida, ampliando o seu olhar sobre aquele cuidado. Afirmam, porém, que nem sempre esse trabalho é fácil:

Tenho a função de tentar resgatar esses vínculos e de fato é um desafio fazer, mas aos pouquinhos a gente vai fazendo o trabalho com essa orientação, principalmente com esse responsável [...] Mas é desafiador. A gente brinca, né, como se fosse UTI de um hospital porque é quando a família com filhos às vezes nem existem mais os vínculos então é difícil de fato a gente traçar algum tipo de trabalho. Mas a gente tenta né? (ENTREVISTADA ALÍCIA).

No que tange à descrição do PAEFI, algumas falas foram diferentes entre si, o que cabe a descrição para melhor compreendermos a análise. Algumas entrevistadas colocaram o PAEFI como reuniões presenciais e coletivas; outras descreveram que tudo o que acontece com as famílias dentro do CREAS é considerado PAEFI, é fortalecimento de vínculo, do encaminhamento às reuniões, visitas. Ainda outras relataram não saber o funcionamento do programa. Quando uma das técnicas apresenta “Então, o PAEFI em si já é aquela reunião onde as pessoas ficam mais próximas. É aquela reunião, não é?” (ENTREVISTADA DENISE), e outra menciona “o usuário pisou na porta do CREAS é PAEFI, tendeu? Porque o PAEFI é um serviço que como um polvo ele tem vários braços, então o PAEFI ele engloba várias atitudes” (TÉCNICA ISADORA), questiona-se a dimensão e compreensão do programa para as técnicas. Mais ainda, quando outras profissionais trazem não conhecer o programa: “Não sei te falar, porque eu não lido com o PAEFI. [...] Eu venho só às segundas-feiras, meus dias são segunda e terça” (ENTREVISTADA MAGALI).

A partir das falas das técnicas sobre o funcionamento cotidiano do CREAS, vê-se uma congruência com Soares (2019), sobre o CREAS ter função de proteção diante de ameaça ou situação de violação de direitos e o PAEFI ser um dos seus instrumentos de intervenção, visando o protagonismo dos usuários. Ocorrem reuniões, visitas, buscas ativas, com encontros que vão dos assuntos cotidianos aos complexos, permitindo espaço para repensar e ressignificar aspectos da vida, crenças e perspectivas. Andrade (2018) pontua que o PAEFI se faz de modo interdisciplinar. Tal fato se contrapõe à fala de técnicas que colocam o PAEFI como encargo de alguns profissionais e não de todos envolvidos. Não houve consenso das técnicas sobre o funcionamento do programa. Um equipamento, que teve todo o corpo técnico

modificado pouco tempo antes do início da pesquisa, não soube dizer sobre o que seria o programa. Essa falta de consenso sobre a atuação do programa também foi um achado nas pesquisas de Toscano (2019).

Outro equipamento colocou o PAEFI como reuniões coletivas, encontros grupais que acontecem com essas famílias. O último equipamento, que contém as duas técnicas concursadas da pesquisa, descreveu o PAEFI como todo o cuidado com as famílias que acontece pelo equipamento, de visitas a conversas com a família, encontros coletivos aos encaminhamentos para suprir necessidades específicas. Nota-se, também, a partir dos escritos dos diários de campo, que as técnicas concursadas trouxeram falas que mais corroboraram com a pesquisa e as discussões sobre o PAEFI, bem como as técnicas dos equipamentos que tiveram menos modificação de sua equipe.

Considerando o PAEFI, Garcia, Oliveira e Cordon (2019) colocam o PAEFI como um guarda-chuva de cuidado às famílias. Ainda assim, houve desconhecimento das técnicas sobre seu funcionamento. Esse desconhecimento fala sobre uma temática que conversa com os escritos de Hora (2014) quando indaga: “o profissional necessita ter clareza de qual prática deve ser desenvolvida no PAEFI. [...] questiona-se, de onde vem essa clareza?” (HORA, 2014, p. 107). Diante disso, é possível trazer a mesma reflexão de Garcia, Oliveira e Cordon (2019) ao questionar como é possível medir se a prática do programa está sendo de fato efetiva no trabalho com vínculos familiares. Como avaliar se as ações descritas pelas técnicas têm sido uma intervenção eficaz frente aos motivos de fragilização dos vínculos familiares? Traremos novamente esse questionamento em tópicos posteriores.

Na pesquisa de Andrade (2018), os profissionais entrevistados sinalizaram uma falta de melhor organização e padronização do PAEFI, que pode estar associado a essa dificuldade de conceito e explicação, além da falta de capacitação. Os profissionais relataram sentir falta destas capacitações, além de perceberem que o PAEFI não carrega uma identidade de uma metodologia, e fica à mercê dos profissionais e do equipamento.

#### 6.4. DESAFIOS COTIDIANOS: DEMANDAS E ESTRUTURAS

Nessa categoria foram ressaltadas falas que dizem respeito aos desafios que as profissionais encontram no exercício do CREAS, que podem interferir no trabalho com vínculos familiares, fortalecimento dos laços e reinserção familiar. Percebeu-se, através do diário de campo, que as técnicas utilizaram veementemente as palavras: faltas e entraves.

Somado a relatos de excessos de demandas. Questiona-se, assim, o quanto essas lacunas impedem o trabalho com vínculos familiares.

De modo unânime, as técnicas mencionaram faltas no serviço, na estrutura básica do equipamento, falta de engajamento profissional, falta de recursos como material de trabalho, carro para visita, verba e da existência de mais equipamentos compondo a rede. Como Joana explica: “Todos os municípios que eu trabalhei em CREAS...a primeira dificuldade é do carro. [...]. Então como você vai fazer visita, acompanhar a família se não tem carro?”. Ainda: “Eles têm que dar condições de trabalho [...]. Não adianta só colocar o profissional ali pois ele não vai fazer milagre. Cada um tem que fazer sua parte.” (TÉCNICA MÔNICA); “Como não tem profissionais suficientes, a gente não é que a gente não tem autonomia pra criar, a gente acaba não tendo tempo e pernas pra criar” (TÉCNICA DAFNE).

A falta de protocolo de atendimentos para que estes possam ser padronizados pelo CREAS, independente de técnicos e gestões, também foi uma falta pontuada pelas entrevistadas. Para elas, urge a necessidade de padronizar o que está sendo oferecido pela Assistência Social de Média Complexidade para que o usuário compreenda o que ter em seu território e como pode ser acolhido: “A gente não tem protocolo, não tem protocolo assim de muitas coisas” (ENTREVISTADA DANDARA). Uma outra falta muito pontuada nas entrevistas foi a falta de compreensão pela população, pelos usuários, sobre o que é o CREAS e seu funcionamento, o que dificulta a adesão das famílias e o vínculo entre equipamento e usuário: “Não sei também pelo fato de muitas dessas pessoas desses familiares não ter muito entendimento do que é o CREAS e as vezes ter o entendimento errôneo do que é o nosso trabalho [...] às vezes dá essa confusão e do nosso papel [...]” (TÉCNICA LUIZA).

Um tópico que foi ressaltado nas falas das técnicas foi a respeito da falta de capacitação e preparo profissional. Por vezes, isso foi descrito como uma falta e, por outras, foi percebido em alguns discursos, como na fala da psicóloga Talita sobre sua função: “a gente acaba dando um suporte para a assistente social. [...]. Mas se a gente pudesse atuar como psicóloga mesmo, nas questões familiares, seria bom, valeria a pena”, em contraponto com a fala da psicóloga e coordenadora Isadora: “Mas a gente não atua com psicologia clínica dentro do CREAS [...] a gente trabalha com as relações sociais”.

A fala sobre ser suporte do assistente social também apareceu em outras entrevistas, quando diferentes técnicas colocaram falas como: “Como é que, com a minha pedagogia, eu vou sanar um caso que talvez seja da Assistência Social ou da psicóloga?” (TÉCNICA

MARIANA). Quanto à ação de outros profissionais, como o advogado no CREAS, alguns relatos seguem abaixo, que ressaltaram o significado do debate: “E a presença do advogado ainda, no CREAS, não foi muito bem definida” (TÉCNICA DÉBORA). Quanto à capacitação dos profissionais, em quase unanimidade, pontuaram não terem recebido uma formação para o trabalho na Assistência Social e todas relataram não terem tido uma capacitação formal ao serem inseridas no equipamento. Quanto às falas sobre a formação do profissional psicólogo para assistência, chamou a atenção as muitas falas de que a graduação não prepara para a prática nesse campo, como representado na fala da técnica Talita: “Porque eu não tive informação... não tive essa informação na minha formação, não sabia o papel do psicólogo na assistência”. Ou ainda: “A gente parte do princípio de que quem está atuando tem conhecimento. Só que muitas vezes isso não é verdade, entendeu?” (TÉCNICA ISADORA);

Trouxeram ainda a falta de interesse dos profissionais: “você tem profissionais altamente capacitados. Só que não é só capacitação também. Precisa ter interesse” (ISADORA). As técnicas que participaram da entrevista e se capacitaram, assim fizeram buscando formas de capacitação individualmente, já que não havia preparo diretamente da Secretaria de Assistência: “Comecei a estudar mesmo, me dedicar. [...], os próprios gestores, vamos dizer assim, os gestores não investiram nisso” (ENTREVISTADA AMANDA).

Outra temática constante nas falas das entrevistadas foi sobre a alta demanda e excesso de trabalho que vivenciam no cotidiano do equipamento, o que acaba interferindo na qualidade do acompanhamento às famílias em de fortalecimento de vínculos. Para Isadora, por exemplo, esse excesso engessa o trabalho e não permite possibilidade para criação de propostas. Em quase todas as entrevistas relataram que também há empecilhos para comunicação e trabalho em rede eficaz, como pouco tempo e entendimento para ação conjunta da rede, além de alta demanda. Assim, as entrevistadas também pontuaram dificuldade dos usuários em conseguir acessar a rede, por diferentes razões, como falta de entendimento sobre o funcionamento dos serviços ou fragilidades financeiras que impedem locomoção das famílias, ou, ainda, por não encontrarem vaga ou suporte nesses serviços. Há ainda sentimento de que faltam outros equipamentos para compor essa rede, que a percebe com precarização. Como na fala da técnica Dandara: “A gente não tem abrigo, não tem casa de passagem, não tem quase nada. E aí não vou falar a nível de município não. A nível de Brasil. [...]. Assim a gente tentava acessar coisas em outros municípios e não tem mesmo. Não tem”.

Essa fragilidade foi verificada, mesmo que as técnicas tenham mencionado a importância do trabalho em rede: “o trabalho em rede não se faz só do CREAS. Ele se faz de todas as instituições que a gente precisa que trabalhe em equipe” (TÉCNICA MÔNICA). Relataram que o trabalho em rede se dá – ou precisa se dar – por estudo de caso, reuniões, visitas aos demais equipamentos para conhecer o funcionamento, troca de relatório, encaminhamento e contrarreferências, contatos telefônicos. Ademais, foi verificado que existe uma estreita ligação entre rede da assistência e a rede da saúde mental.

No que diz respeito às falas sobre as faltas de estrutura básica e falhas no equipamento, foi possível considerar as falas de Bezerra (2021) ao mencionar que, quando é o momento do Estado intervir, essa ação vem de modo fragmentado, negligenciado. Nas considerações de Faleiros (2013, p. 87), que define “por descuidar capitalista, entendemos a ‘integração’ dos sujeitos a um processo de trabalho fragmentado e burocrático, com oferta do mínimo”. Esse descuidar é repetidamente mencionado pelas técnicas no capítulo anterior, quando mencionam abandono do Estado ou violações pelo próprio Estado. Aqui, as faltas de capacitação, de estrutura, de recurso, também se enquadram nessa falha do Estado, que interferem na possibilidade, qualidade ou efetividade do trabalho com vínculos familiares.

Outrossim, um tópico significativamente trazido pelas técnicas foi a falta de capacitação ou ainda falta de interesse do corpo técnico. Faraj e Siqueira (2012) também revelam necessidade de capacitação para os profissionais do CREAS e falta de melhor estrutura física para prestar o atendimento, com ausência ou insuficientes recursos materiais, como carro para visitas e telefone para contato. No diário de campo coletivo, ainda houve a descrição: “Em quase unanimidade na fala das entrevistadas, a falta de infraestrutura e de recursos para o equipamento se mostrou como um dificultador do trabalho [...]” (27/08/2021)

Houve contradição nas falas das técnicas em compreender a função de alguns profissionais no ambiente do CREAS. Soares *et al.* (2019) descreveram, a partir de Skinner (2003), que o psicólogo, dentro das Políticas Sociais, não deve se preocupar com patologizar os sujeitos, visto que esses estão vivenciando os efeitos do meio. Em concordância, Bezerra (2021) considera que a prática do psicólogo nessa área deve se afastar do processo psicoterapêutico e deve intervir frente às desigualdades e violências, com enfoque no enfrentamento das fragilidades, subsidiando a autonomia e o protagonismo. Sobre o profissional assistente social, a autora aponta a ação na análise crítica do ambiente, aproximando políticas públicas e sociedade, com garantia de direitos, de modo coletivo.

Na pesquisa de Almeida (2019), também houve menção a despreparo dos profissionais, seja por despreparo acadêmico, falhas nos documentos do SUAS ou ausência de capacitação do profissional que está inserido na rede. A falta de capacitação foi evidenciada: “Dá aquela sensação de ser jogada ali, ‘lê esses textos aqui que você tem que aprender sobre essa área, tem essas normativas aqui, lê tudo’” (ALMEIDA, 2019, p. 53). O mesmo também aconteceu com Ana, em nossa pesquisa, descrito no diário de campo: “Mencionou que caiu de paraquedas no CREAS e que não sabe muito bem como proceder [...] ‘Recebemos um documento enorme e ficou assim ‘toma, leiam, ta aí o que precisam saber’” (16/04/2021).

Para Barbosa e Bosi (2017), é necessário que o profissional goste do trabalho em que está inserido para que possa ter melhor compreensão dos usuários e dos contextos, sendo, assim, um fator de condição para o vínculo entre equipe técnica e famílias. O distanciamento entre profissional e usuário se dá por esse não interesse, segundo as autoras. Esse fato corrobora com as falas das técnicas sobre não desejo de trabalho de outras técnicas e interfere diretamente, segundo as autoras, na qualidade de trabalho com vínculos familiares.

Segundo Ceconello e Koller (2003), a pessoa pode influenciar os processos proximais, assim como também pode ser resultado dos elementos que compõem essa ecologia. Considerando a força e o impacto da pessoa no contexto analisado, percebe-se, em um primeiro olhar que: “de todos os convidados para participação da pesquisa, somente um profissional era do sexo masculino, e não respondeu ao convite de participação de nossa pesquisa” (DIÁRIO DE CAMPO COLETIVO, 27/08/2021). O fato de todas as técnicas dos três equipamentos pesquisados, mais as demais profissionais, serem somente do sexo feminino nos aproxima da reflexão de gênero e cuidado. Segundo Chies (2010), há profissões culturalmente consideradas femininas, carregadas de estereótipos e, por vezes, associadas à ideia de cuidado, como o caso do serviço social, tendo, inclusive, o portal do Conselho Federal de Serviço Social na internet descrevendo profissionais em palavras femininas.

Entre os critérios para se compreender a pessoa, existem as características de disposição, que são capazes de impactar positivamente os processos proximais e promovem o desenvolvimento e competência e as características inibidoras que podem gerar disfunção no contexto e nos processos (CECCONELLO; KOLLER, 2004). Em análise dos diários de campo sobre os encontros com as profissionais, entre as características gerativas nessa pesquisa, podemos observar a proatividade, disposição e engajamento. Na percepção do grupo de pesquisa, “algo que muito me surpreendeu foi a disponibilidade e receptividade das

profissionais em participar da pesquisa” (DIÁRIO DE CAMPO COLETIVO, 27/08/2021).

Quando a técnica Amanda, com um mês no serviço, buscou um curso de capacitação, revelou curiosidade e engajamento como características gerativas. Porém, quando há profissionais com longo período de equipamento e ainda não compreendendo o funcionamento do PAEFI ou de sua função, vemos características inibitórias. A partir de Ceconello e Koller (2004), diários de campo e as falas das técnicas, a principal característica inibitória encontrada foi a apatia profissional, falta de disposição ou proatividade.

Considerando ainda o critério recurso, algumas técnicas falam sobre a falta de disposição, como no diário de campo coletivo (27/08/2021): “Outras, contudo, se veem apáticas no exercício profissional, lidando com as demandas que chegam, mas sem buscar compreensão sobre”. Sobre isso, Garcia, Oliveira e Cordon (2019) afirmam que é necessário pensar em capacitação dos profissionais para que se tenha orientação para a execução do trabalho. Para eles, a lógica de trabalho não permite espaço para reflexão, pensamento crítico, isso porque há limites pela condição do trabalho assalariado e pela precarização do serviço em seu cotidiano. Cabe ao profissional não aguardar que tais instâncias sejam sanadas em nível macro, para que possa intervir na realidade. Quando os autores assim concluem, reforçam a proatividade da pessoa, ainda que os contextos ecológicos apresentem fragilidades.

Sobre as demandas da rede, Garcia, Oliveira e Cordon (2019) acreditam que a falta de compreensão sobre o serviço, seja pelos usuários ou pela rede, é um limite para melhor atuação do PAEFI; descreveram ainda que, além da invisibilidade do serviço, há uma lógica de encaminhamentos que fragiliza o cuidado, indicando que encaminham o que é de difícil manejo. “Questiona-se, a partir de tantas barreiras e fragilidades apresentadas pelas técnicas para o exercício cotidiano do trabalho, seja no equipamento ou na rede, como é possível de fato realizar um cuidado com vínculos familiares” (DIÁRIO COLETIVO, 27/08/2021).

## 6.5. RELAÇÃO CREAS E FAMÍLIAS – CONVERSAS SOBRE ADESÃO E PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Essa categoria foi descrita visando a percepção dos profissionais sobre o processo proximal de CREAS – família. Foi verificado que essa percepção variou de acordo com o equipamento. Algumas técnicas relatavam um olhar positivo sobre essa relação, outras relatavam uma construção gradual e desafiadora, outras, ainda, uma situação de difícil manejo. Revelaram que os mesmos fatores que fragilizam os vínculos também são fatores que

impedem maior conexão entre equipamento e família, sendo desafios para um trabalho eficaz de vínculo com as famílias, como não entendimento do equipamento, situação de extrema pobreza que impede locomoção, além de motivos do próprio equipamento. Um ponto que também foi evidenciado é a adesão das famílias *versus* judicialização:

Então os pais, alguns, vão para o CREAS, mas vão meio que forçados porque foram denunciados. Mas não acreditam de fato e não aderem, às vezes, ao atendimento, camuflam muito a situação. Tem esse lado dos parentes, que geralmente são os pais, mas tem também o outro lado do abalo da família (TÉCNICA MÔNICA).

Com relação a essa questão da denúncia e o quanto a adesão dos familiares pode estar associada ao processo de judicialização, falas se complementam ou se contrapõem, como “Ela não chega muitas vezes de boa vontade como eu falei, entendeu? Ela chega porque ela foi obrigada, foi encaminhada, teve que chegar aqui” (TÉCNICA ISADORA); “A maioria, quando você convocava, não ia. Então eu pedi pra juíza até uma cartinha especial, para dar um o fortalecimento dessa vontade de assistir” (JOANA); “Na verdade, eu acredito que seja até com receio de que aconteça alguma coisa judicialmente, né? E daí eles passam a ter mais responsabilidade [...] tem gente que não quer, pergunta ‘cadê o mandato’” (ENTREVISTADA MARIANA).

Entre as falas que consideram a relação positiva entre equipamento e famílias, ressaltam que o equipamento se torna lugar de referência para a família, com vínculo com os usuários. Descrevem que percebem o trabalho efetivo quando veem os objetivos serem alcançados com as famílias. Uma das técnicas mencionou que a relação precisa ser construída, até que o usuário sinta que possa confiar no equipamento: “A gente consegue porque a gente vai mostrando pro usuário que estamos aqui pra acolher, fazer uma diferença com ele. Só que basta ele querer e a gente poder estar nessa construção. Primeiro a gente desconstrói o que existe pra construir outra realidade” (TÉCNICA ISADORA).

Sobre dificuldades de adesão, uma profissional também aparentou não saber muito sobre a relação com o equipamento e a família de crianças e adolescentes acolhidos, e ainda outra disse que não achava necessário que o CREAS acompanhasse as famílias, visto que já tem Casa de Acolhimento e Conselho Tutelar para isso: “Não tem trabalho com a família não, nem sei se eles têm família... Tão lá no abrigo, eu acredito, assim posso dizer que eu acredito que não, mas eu não sei se eles têm família” (TÉCNICA PRISCILA); “Então, na minha percepção, acho que não tenho muita necessidade de uma terceira equipe estar atuando ali quase para a mesma coisa, digamos assim, entendeu?” (TÉCNICA VERÔNICA).

Ao longo das falas das profissionais, verificou-se que as técnicas têm uma percepção sobre qual o perfil dos usuários atendidos em seus equipamentos. De modo quase unânime, as falas apontaram para famílias em situação de extrema pobreza, com demandas de saúde mental, alta jornada de trabalho ou dificuldades de acesso ao trabalho, geralmente famílias chefiadas unicamente por mulheres, que, por sua vez, não têm uma rede de apoio. Em suas falas, comentam a respeito dessas famílias:

Então, qual é o público que a gente recebe? São mulheres pretas? São mães solo? Tem mais idoso, tem mais criança, né? Qual é o perfil dos casos que a gente tá recebendo? Então tem muito abuso sexual, tem muito abandono familiar, né? Tem muito... violência doméstica, muito racismo, muita questão de medida socioeducativa” (TÉCNICA DANDARA).

Sua fala reforça a necessidade de entender as demandas e dimensões do território, e da necessidade de o profissional perceber as sensibilidades de um território que perpassa vivências de hipossuficiência financeira. “A partir de que lugar esses pais falam, né? Que relação é essa? A questão racial é fundamental, até porque grande parte do público de CREAS é um público preto, pobre, então a gente precisa sempre contextualizar pra poder atender” (DANDARA). Outra técnica explica que são usuários que se sentem invisíveis pelo Estado, quando menciona: “A questão de você ser invisível e você passa para uma visibilidade “poxa, alguém tá olhando por mim também” (TÉCNICA RITA). Também pontuou que:

Então, a gente trabalha muito com as mulheres, né? As mulheres, a maioria dos lares são mulheres sozinhas, né? E aí tem vários filhos e elas fazem um bico ali, um trabalho informal aqui e a gente quer trazer essas moças, mulheres pra formalidade. Que elas tenham acesso. As vulnerabilidades são muito a falta de acessos, né? De oportunidades. As pessoas não as têm. E isso vai gerando situações de abandono (TÉCNICA RITA).

Considerando as falas sobre o processo de adesão e o vínculo através da judicialização, Hora (2014) questiona a judicialização dos casos pelo CREAS, visto que ele se trata da instância executiva e não judiciária. Quando se judicializa o cuidado com as famílias, há um enquadramento e julgamento dessas famílias. Para Faleiros (2013, p. 86), o cuidado não diz sobre cumprimento de ações legais, mas de compreender valores, condições e possibilidades das pessoas: “o cuidado não só deve dar conta do exercício do direito e da sua implementação”. Assim, se questiona como é possível pensar em adesão e vínculo entre famílias e equipamentos se esse vínculo se dá pela lógica do medo.

Silva (2016) ainda explica que é necessário que a família possa ter seus direitos garantidos sem um jogo de troca, de responsabilidade por direitos sociais e políticas públicas. Para Faleiros (2013, p. 86), esse cuidado exige uma responsabilidade ética que não é só

protocolar, mas também de “garantia da existência dos sujeitos, da sua sobrevivência nas relações humanas contextualizadas”. Indaga-se o quão frágil pode estar um trabalho que não reconhece a existência dessas famílias, ou não vê a importância do trabalho pelo CREAS.

Essa fragilidade no cuidado com famílias ainda é percebida pelas ambiguidades nas falas das técnicas, falas que vão desde a não compreensão até a percepção da fragilidade do próprio Estado e do próprio acesso aos direitos básicos. Sobre isso, Silva (2016) explica que uma ambiguidade ainda resiste na Política de Assistência Social, na qual ora se culpabiliza e responsabiliza a família por fragilidades que estão acima dessas, ora se compreende o papel protetivo do Estado. Ainda mesclamos entre falas em que as violações estão restritas à família e suas relações, ora entendemos a necessidade de uma cultura de direitos, trabalho socioeducativo e compreensão dos processos sociais. A autora explica que trabalhar com famílias em situação de risco é uma tarefa desafiadora, pois visa compreender a dinâmica interna familiar, mas também todos os âmbitos externos que a tocam, necessitando cada vez mais de um trabalho intersetorial e articulando políticas públicas.

Pensando na realidade dessas famílias e no perfil de usuários, vemos mulheres pretas, mães solo com fragilidades no âmbito do trabalho, finanças e da rede de apoio. Esse perfil se relaciona com alguns teóricos, como a própria Silva (2016), que indica que mulheres pobres são vistas sobrecarregadas, se dividindo entre o trabalho, os filhos e o lar. Ademais, Souza (2017) explica que o Brasil tem, historicamente, desde o período colonial, a presença de famílias monoparentais femininas escravizadas, que eram vítimas de violência sexual. Os senhores tinham filhos dessa violência e, sozinhas, as mulheres cuidavam desses filhos.

Considerando as “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, documento publicado pelo IBGE (2019), 66,1% da população preta se encontra subutilizada no mercado de trabalho e 64,2% desempregada, em comparação com 34,6% de pessoas brancas desocupadas. A taxa da população preta se mantém maior em desocupação no trabalho ainda quando há alto grau de escolaridade. Assim, concorda-se com Carvalho *et al.* (2021), embasados nos estudos do IBGE 2017 que classe social e raça estão associados no Brasil, e a maioria da população que vive em extrema pobreza é preta. Ainda, de acordo com o IBGE (2010), 87,2% das famílias pretas são chefiadas por mulheres, corroborando com as técnicas.

Considerando o recorte do Rio de Janeiro, visto que essa pesquisa compreende um espaço da região, o portal da Agência Brasil<sup>5</sup> revela que 80% das crianças e adolescentes

---

5

acolhidos institucionalmente pelo Estado são da raça preta. Somando à fala das técnicas sobre o perfil de famílias atendidas, o motivo de fragilização de vínculos familiares associado à situação de pobreza e pouco acesso a condições básicas de vida, juntamente com dados do IBGE, questiona quais famílias estão sendo vistas com vínculos fragilizados, quais famílias estão em acolhimento e reinserção familiar, se não as famílias pretas, em maioria.

## 6.6. COVID-19 E OS VÍNCULOS FAMILIARES

Este tópico descreve o efeito da COVID-19 no trabalho com famílias em processo de fortalecimento de vínculos e reinserção familiar, famílias assistidas pelo PAEFI, assim como as falas das profissionais a respeito do que mudou no cotidiano do trabalho devido à pandemia. As técnicas relataram a suspensão das visitas, ou visitas somente de emergência, assim como suspensão dos grupos, tentativa de contato com os usuários por via telefônica, e o aumento de demandas para o CREAS durante a pandemia. Para Denise, que vê o PAEFI como reuniões coletivas, a suspensão dessa atividade acarretou a suspensão do PAEFI.

As técnicas também trouxeram a dura realidade em relação a mudança que a COVID-19 trouxe para as famílias, ampliando a situação de vulnerabilidade que já vivenciavam antes desse período: “Então famílias que a gente tinha conseguido ter determinados avanços, retrocedem, porque retrocedem questões de vulnerabilidade” (ENTREVISTADA DENISE); “Hoje a gente tem falta de tudo. Antes chegava uma família com demanda específica, [...], mas aquela família tinha emprego, conseguia pagar pela sua alimentação, pagar pelo transporte. Hoje não [...]” (ENTREVISTADA ISADORA).

O aumento da demanda, contudo, não é um consenso entre as profissionais. Mônica é uma técnica que já atuou em CREAS, mas no momento atua em Casa de Acolhimento de um outro município da Baixada Fluminense e comentou que: “eu percebo é que reduziu o número de pessoas acolhidas [...], não é que tenha deixado de existir a demanda, não que tenha diminuído as violências intrafamiliares, as violações de direitos. Mas elas estão mais veladas”. A entrevistada Denise explicou, contudo, que percebe que violências e violações de direitos aumentaram muito, independente da faixa etária.

Outro tópico pontuado pelas técnicas foi a insegurança de permanecer no trabalho presencial durante o isolamento social e a constatação de que, ainda que as técnicas tenham medo, é um serviço essencial que não pode parar. Revelam ainda: “Eu tô de máscara, mas o

outro não está. [...]. Eu não sei o que acontece, mas quando a gente entra, tem lugares que é como se não existisse a COVID”. Outro agravamento pontuado foi que, como muitas técnicas foram inseridas há poucos meses no equipamento, devido à mudança de governo, as novas técnicas chegaram no período pandêmico, o que agravou ainda mais a possibilidade de ação do serviço. “Essa gestão começou agora no início do ano, nós estamos em abril, é muito pouco tempo. Não teria sido se nós tivéssemos tido tempo pra trabalhar. [...] nós estamos num período de emergência e não ta tendo aquele entrosamento” (TÉCNICA MAGALI).

Essa categoria foi ao encontro do único artigo da Revisão Integrativa da Literatura encontrado a respeito da pandemia. Segundo Silves e Pires (2021), “o advento da pandemia ressaltou as fragilidades da população pobre, evidenciando a vulnerabilidade e precariedade constante que vivem os considerados ‘invisíveis sociais’” (SILVA, 2010 *apud* SILVARES; PIRES, 2021). O que vem ao encontro da fala das técnicas a respeito do aumento da situação de vulnerabilidade e fragilidade social e infere diretamente sobre a situação em que essas famílias se encontram, enfatizando o quanto tem sido um desafio preservar os vínculos dentro dessa realidade. No CREAS acompanhado pelas autoras, também houve significativo aumento do número de famílias acompanhadas. As pesquisadoras também pontuaram a tensão a respeito da suspensão das atividades presenciais com as famílias, somado ao aumento da vulnerabilidade, questionando o que pode ser visto como não emergencial nesse contexto.

No nível do Brasil, Carvalho *et al.* (2021) explicam que a pandemia já encontrou o país em situação economicamente desfavorável, com altas taxas de desemprego e, com a COVID-19, a situação das famílias brasileiras se agravou. Sobre isso, Estrela *et al.* (2020) explicam que aqui a pandemia encontrou ambientes em que a água potável é um privilégio, o isolamento social inviável devido a muitas pessoas morando juntas, ou muitas moradias próximas, como em bairros de extrema pobreza. Assim, compreende: “baixo nível de escolaridade associado à pobreza extrema tem impacto direto no descumprimento às instruções de saúde pública” (ESTRELA *et al.*, 2020, p. 3434). Considerando a teoria bioecológica, a COVID-19 se colocou como o macrotempo da pesquisa que modificou a realidade das famílias, suas fragilidades e também o trabalho pelo CREAS, esbarrando também em questões macrossistêmicas de nosso país, como desigualdades socioeconômicas.

Sobre o aumento de casos ou não na pandemia, segundo o portal da Agência Brasil<sup>6</sup>,

---

<sup>6</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-09/censo-mostra-que-rio-tem-1318-criancas-e-adolescentes-acolhidos>

no início da pandemia houve uma queda nos índices de crianças e adolescentes acolhidos no Rio de Janeiro. Porém, em comparativo com os dados do primeiro semestre de 2021, houve um aumento dos casos de acolhimento em relação a antes da pandemia. Em 2019, havia 1300 casos e, em 2021, 1526. O portal explica que essa queda nos índices anteriormente se deu pela desorganização que a pandemia trouxe, verificando certa confusão nesse momento.

## 6.7. REINSERÇÃO FAMILIAR

Durante as entrevistas, relatos sobre reinserção familiar foram descritos, bem como as percepções das técnicas sobre processos de reintegração e, principalmente, as dificuldades da reintegração. As técnicas trouxeram a importância da garantia de direitos para as famílias modificarem a situação de fragilidade, gerando acesso à informação e permitindo reestruturar o modo de lidar com situações, sanando necessidades e repensando em relações de cuidado. Para além disso, as profissionais de um mesmo equipamento citaram situações em que a criança/adolescente é acolhida institucionalmente por estar trabalhando na rua para complementar renda da casa, o que é considerado uma situação de abandono, e que, por vezes, com suporte financeiro e acompanhamento dos responsáveis, estes conseguem ter os filhos de volta. Mas, ao contar essas histórias, finalizaram que casos efetivos no fortalecimento de vínculos, como esses, são raros.

A adoção foi uma temática trazida pelas técnicas ao serem perguntadas sobre reinserção familiar. Uma técnica relatou que percebe uma pressa para adoção e destituição do poder familiar, dependendo da situação de vulnerabilidade da família, como relatado abaixo, em um pequeno trecho de sua fala:

Quando os garantidores de direito não garantem e ainda violam. Isso acontece com os mais vulneráveis. A adoção relâmpago [...] é com aquela pessoa que tem algum problema psiquiátrico, que tem um problema cognitivo, ou aquela mãe que não lê. É aquela mulher preta, mãe solo, que não tem família amparando. Então é sempre com a mais fragilizada de todas. Então a que mais precisaria ser acolhida é a que tá vulnerável (TÉCNICA DANDARA).

Entre os casos em que a reinserção não acontece, e nem mesmo a adoção, há estadia prolongada dessas crianças em acolhimento. Sobre isso, uma das técnicas relatou que portadores de necessidades especiais estão inseridos nessa realidade: “A gente acolhe uma criança com deficiência, se a família não consegue uma mudança de estruturação e aquela criança vai ficando num abrigo, [...] quando saem do abrigo com dezoito anos, você percebe a falta de estrutura de uma independência de cuidar de si” (TÉCNICA ISADORA). A técnica

ainda mencionou as repúblicas e os apadrinhamentos são medidas que podem assegurar a convivência familiar e comunitária.

As entrevistadas questionam o que fazer com o adolescente que completa maioridade em acolhimento institucional. Uma fala apontou para a necessidade de se pensar em como acolher estes casos, indagando “por que quê que adianta ele ter tido aquele suporte desde da infância e ele completa 18 anos e ele vai fazer o quê da vida dele?” (TÉCNICA MARIANA). Comentaram, então, que o CREAS auxilia com a garantia de direitos e acesso a benefícios para esse jovem, com fins de auxílio financeiro. Também auxiliam na busca ativa da família, para subsidiar a possibilidade de ser inserido na comunidade. Outras profissionais colocaram a preocupação do adolescente estar longe do perfil de adoção brasileira, e em dificuldade de reinserção familiar. Para isso, uma das técnicas mencionou que deveria existir um projeto para esses adolescentes, para que pudessem se inserir no mercado de trabalho com autonomia.

Outros casos de reinserções familiares não eficazes foram relatados, indicando situações de transtornos mentais dos cuidadores principais, falta de tratamento dessas condições, seguidos de violência física pela família extensa. Considerando a dependência química ou transtornos mentais dos genitores, Amanda descreveu que, nesses casos, há pressa pela adoção: “O Ministério já resolveu ‘Não! Vou passar logo pra uma família substituta.’ [...] eu achei que poderia ter segurado aí um pouquinho...uns 3 meses. Mas não teve isso. Nasceu, *bum*, família substituta”. Ainda complementou: “Ela tem problemas? Ela tem. Mas há algo...algo! Entendeu? Nela, na mente dela, faz a ponte a associação ‘São *meus* filhos’” (TÉCNICA AMANDA).

Uma entrevistada, Rita, comentou que acompanhava uma família com suspeita de violência, a qual não foi confirmada, mas que as crianças foram acolhidas institucionalmente por conta de risco de desabamento do seu lar. Assim, as técnicas se mobilizaram para que o vínculo familiar não se perdesse, chegando inclusive a acolher a mãe junto com os filhos na Casa de Acolhimento enquanto esperavam a casa pelo programa Minha Casa, Minha Vida. A técnica comentou, ainda, que a mudança de governo prejudicou esse processo, demorando ainda mais para que a família pudesse estar unida e em segurança.

Outras falas relatam situações bem-sucedidas de cuidado com os vínculos familiares, em casos em que houve denúncia de violação de direitos de crianças e adolescentes, e que o CREAS conseguiu convidar a família nuclear e extensa para se inserirem ao equipamento, o que garantiu o não acolhimento das crianças, juntamente com um fortalecimento do ambiente

familiar. Casos esses que, através de acompanhamento do equipamento, participação da família se comprometendo com diferentes níveis de apoio, e, com trabalho em equipe, a família já foi desligada do equipamento e segue acompanhada pelo CRAS.

Ao observar as falas sobre reinserção familiar, houve mais casos e relatos em que a reinserção familiar não ocorreu, ou não foi bem-sucedida, do que casos de reintegração familiar efetiva. A técnica Renata mencionou que não recorda de casos com desfecho positivo, embora tenha atuado em CREAS por longo período. Assim como Luiza disse não ter vivenciado um caso efetivo de reinserção familiar, ela que estava no equipamento há pouco menos de seis meses. Outros relatos, porém, evidenciaram casos eficazes, mas que só foram efetivos porque houve uma ação constante e, por vezes, além do esperado, das próprias técnicas. Ainda assim, “os motivos de fragilização dos vínculos familiares aparecem também como os motivos de reinserções familiares que não ocorrem. Parece que não tem existido caminhos diferentes entre o que fragilizou o vínculo e seu resultado, o acolhimento por longos períodos, não tem um resgate” (DIÁRIO DE CAMPO COLETIVO, 27/08/2021).

Na fala das técnicas, houve uma denúncia sobre casos de destituição do poder familiar de famílias pobres, com algum transtorno mental ou uso de álcool e drogas. Percebe-se que não são somente motivos de fragilização dos vínculos, mas são alvos de violações de direitos e separação das famílias por parte do Estado. A intencionalidade de afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias, ou a rápida colocação em famílias adotivas, confirma o que Rizzini *et al.* (2006) apontaram ao descreverem que existe um mito social de que as crianças estariam melhor protegidas e asseguradas longe de suas famílias, por serem famílias pobres.

No que tange à questão de saúde mental, Costa (2018) buscou compreender como a “loucura” podia estar associada a processos de guarda e deliberações judiciais. Pode-se verificar casos em que a mãe tinha algum transtorno mental e, diante disso, houve acolhimento institucional, destituição do poder, seguido de adoção da criança, alegando que havia falta de interesse pelo filho ou incapacidade de cuidado. Em outros casos, houve acionamento da família extensa e a mãe pode ser encaminhada para acompanhamento no CAPS. Em discussão das ocorrências, a autora compreende que mulheres mães em condição de fragilidade de saúde mental foram postas como incapazes de cuidado e tutela, ainda em casos em que não houve violência ou abandono dos filhos. A doença mental assim, colocou as mães no lugar de defeito, perigo, abandono, descontrole.

As técnicas ainda se afligem com o futuro do jovem que completa a maioria em acolhimento institucional, assim como Oliveira e Milnitsky-Sapiro (2007), que compreenderam que a permanência a longo prazo em acolhimento institucional pode fazer com que o adolescente se sinta distante de laços afetivos, visto que está longe da possibilidade de adoção e de reinserção familiar. Uma das técnicas citou até o apadrinhamento como uma forma de preservação da convivência familiar e comunitária e, sobre isso, concorda com Rizzini *et al.* (2006, p. 104), de que a ideia principal do apadrinhamento afetivo é “promover convívio familiar de crianças e adolescentes que estejam com dificuldade de reintegração”.

Quanto à pergunta sobre a Lei 13.509/2017, verifica-se que o debate ficou circunscrito ao tempo de cuidado necessário para reinserção familiar, o tempo para trabalharem com as famílias. Ainda, nem todas as entrevistadas souberam opinar a respeito do tema, seja por terem pouco tempo de equipamento, ou por relatarem que não trabalhavam diretamente com essa interação de audiências concentradas e casas de acolhimento. Podemos perceber que duas técnicas viram a modificação da lei como positiva; seis não opinaram; duas descreveram que ainda têm pouco tempo de equipamento, mas que acreditam ser pouco tempo para trabalhar reinserção familiar; uma mencionou que ainda não se familiarizou com o assunto, mas acredita ser positivo; uma técnica mencionou que não sentiu diferença no trabalho, e três pontuaram prós e contras nessa modificação, dependendo do caso, da fluidez da rede e que, por vezes é positivo para a criança, mas não há tempo para a equipe técnica atuar.

Entre as falas que percebiam essa modificação como benéfica, temos a sustentação no desligamento por maioria. Segundo a técnica Verônica, a modificação na lei trouxe agilização dos processos e redução da morosidade: “Antigamente demorava muito, hoje já tá mais ágil esse processo, entendeu? Até porque a criança perde a oportunidade de ter uma vida familiar e uma vida comunitária”. E ainda: “a redução facilita porque a gente precisa de um tempo menor para atuar [...] as audiências também, sendo menos espaçadas, você tem mais contato com a atuação da rede, como atuação do judiciário também, entendeu? Isso de alguma forma vem trazer para gente uma melhoria no serviço” (TÉCNICA ISADORA).

Entre as falas que questionam a eficiência da mudança, há o foco sobre o tempo necessário para cuidado da família, para preparar a família para reinserção. Na fala da técnica Denise sobre as audiências, comenta: “Às vezes eu estava repetindo coisas porque 3 meses é um período muito pequeno, entendeu? E assim, para você trabalhar sua reinserção não é do dia para a noite [...] a gente acaba não obtendo muito resultado”. Alicia ainda colocou: “eu

não acho que seja muito eficaz, não, porque a gente enquanto assistência precisa de um tempo para trabalhar com a família, para poder ofertar o que é necessário, conscientizar... e às vezes isso leva tempo. A gente não tem um tempo mínimo para resolver”; “já é difícil tratar acompanhando dentro desse tempo que foi proposto inicial, imagina diminuir isso? E tem que dar uma resposta, é complicado e a gente tá tratando com pessoas ali” (TÉCNICA LUIZA). A técnica Dafne concorda que é preciso pensar na celeridade dos casos, para garantia de direitos, mas que ainda assim se preocupa em como está sendo feito. Acredita que adoção é um ato válido, mas se preocupa: “se efetivamente vá se tentar todas as possibilidades nesse período até que se chegue à colocação em família substituta, porque infelizmente eu percebo algumas coisas assim, preocupantes, porque há um preconceito”.

Entre os argumentos que indicam que a celeridade dos processos como benéfica, visando processos de adoção, encontra-se reflexões de Rinaldi (2020, p. 20), acreditando que essa aceleração pode ser importante para que as crianças “não fiquem esquecidas” em acolhimento institucional, sem possibilidade de reinserção familiar. Ainda, a autora demonstra que nesse debate há dois lados e cita a ONG Terra dos Homens ao declarar que não se sabe se o mérito na agilidade dos processos é o melhor interesse da criança, ou das famílias adotantes. Porém, Rinaldi (2020) finaliza afirmando que o encurtamento do processo é crucial para a proteção das crianças, e permite construções de família para além do biológico.

Reflexões de Silva *et al.* (2020) consideram a morosidade do Estado frente à destituição do poder familiar e, conseqüentemente, da adoção, como prejudiciais para a criança e para as famílias adotantes. Sendo necessário, para os autores, agilidade nos prazos, varas de trabalho específicas, capacitação dos profissionais e incentivo à adoção tardia. Para os autores, tal situação de demora nos processos é posta como uma responsabilidade civil do Estado e afirmam:

Apesar da Lei de adoção abrir paradigma para procura de parentes, não existe equipe do Estado suficiente para procurar parentes que não têm vínculo algum com a criança e nem desejam ter um filho. Atrasando cada vez mais a destituição do poder familiar e a colocação da criança no cadastro para a adoção (SILVA, *et al.*, 2020, p. 65).

Argumentam ainda que o ECA (1990) não é suficientemente eficaz e valoriza em demasia a família biológica, descrito pelos autores como, por vezes, sendo um “lar defasado”, afirmando que é comum que a família extensa não deseje assumir cuidados com as crianças. (SILVA, *et al.*, 2020, p. 68). A fala dos autores reflete o que tem sido discutido nos capítulos anteriores, uma visão conservadora da família, a vendo como violadora, não compreendendo a

realidade social vivida ou o não acesso a direitos básicos. Nas falas dos autores, o trabalho não está sendo efetivo pela falta de equipe para se resgatar a família de origem, ou falta de trabalho com os vínculos familiares. Questiona-se, assim, se a medida possível não seria dar conta dessas faltas, ao invés de somente corrida dos processos. Visto que, segundo Rossato e Falcke (2017), a desistência da adoção também ocorre e, com frequência, associado à família adotante não ter tido preparo suficiente para o recebimento da criança ou adolescente.

Esses argumentos contrapõem outros das próprias técnicas da pesquisa, quando indicam que a destituição do poder familiar ocorre rápido demais em muitos casos e que o tempo ofertado para o trabalho com as famílias é insuficiente. Barros *et al.* (2014, p. 163) afirmam que: “A judicialização das relações sociais manifesta-se sensivelmente no tratamento dado e na necessidade de se obter respostas rápidas que nem sempre atende aos interesses das famílias e das crianças e adolescentes envolvidos. A negligência imputada frequentemente às mulheres pobres”. Os autores trazem o olhar de que, se os principais motivos de institucionalização ainda falam sobre falta de acesso a direitos e vida digna, é preciso pensar sobre esses motivos, e não em judicializar famílias, criminalizando a pobreza.

O pouco tempo descrito pelas técnicas para se trabalhar com efetividade os laços familiares e a reinserção familiar, questionando ainda se, nesse tempo, de fato se esgotará as possibilidades de reinserção antes que uma discriminação com as famílias ocorra, por parte do Estado, também pode ser pensado quando se compreende os processos proximais. Para que ocorram de modo competente e significativo para o desenvolvimento, segundo Ceconello e Koller (2016), a partir dos estudos de Bronfenbrenner (1999) e Bronfenbrenner e Morris (1998), é necessário tempo e constância, com uma complexidade gradativa de encontros, tornando-se cada vez mais íntimo. Seja entre equipe e família, ou dentro do próprio contexto familiar, para que seja um processo proximal que fortaleça o microssistema, é necessário tempo e constância. Essa reflexão soma-se aos capítulos anteriores, que compreendem que profissionais não têm conseguido acompanhar as famílias com efetividade, com poucas visitas. Como poderiam, assim, realizar um trabalho de reinserção familiar em tão pouco tempo, com tantas lacunas no trabalho? As falas de Alícia, Luiza e Débora ainda corroboram com a discussão no capítulo sobre vínculo do CREAS com a família, visto que o tempo necessário de cuidado da Assistência fica encurtado pela demanda do Judiciário, como bem descreveu Silva (2016).

## 7. TECENDO OS NÓS DA PESQUISA

Na análise das entrevistas e dos diários de campo foi possível perceber que as categorias tiveram pontos de convergência. Quanto à noção de vínculo familiar, tal reflexão se tornou um desafio e certamente não se esgotou, tanto nos artigos da Revisão Integrativa, que visava compreender o vínculo pela Assistência e o cuidado com famílias em situação de vulnerabilidade, quanto na fala das técnicas, em que não houve definições claras quanto ao que seria vínculo familiar. O diário de campo coletivo expressa essa sensação: “Apesar da pesquisa girar em torno do trabalho do CREAS para a reconstrução e o fortalecimento de vínculos, as entrevistadas demonstraram notoriamente uma dificuldade em definir a palavra e o trabalho que chamávamos de ‘vínculo’” (diário, 27/08/21).

Um único artigo da Revisão Integrativa elaborou mais detalhadamente o conceito de vínculo no âmbito da Assistência. Guareschi (2018) apontou a dimensão interna do vínculo para os sujeitos, sendo mais do que uma associação, mas um objeto imaterial construído, não pré-existente. As técnicas, por sua vez, ora demonstraram incompreensão sobre o vínculo, com conteúdos vagos em suas definições, se aproximando de palavras parecidas para explicar o conceito, como também explicaram Barbosa e Bosi (2017), ou definiram vínculo como lugar de pertencimento, de base de estrutura dos sujeitos.

Diante dessas reflexões, somando-se as considerações das bases teóricas dessa pesquisa, como Bowlby e Ainsworth, e acrescido da fala das profissionais, entende-se que é possível compreender o que chamamos de vínculo e descrever um conceito que ajude a melhor compreensão desse fenômeno: uma estrutura íntima desenvolvida entre os sujeitos, uma ponte que gera conexão e afinidade que não se estabelece unicamente por questões biológicas ou necessidades fisiológicas, mas por necessidades sociais e ambientais, que permite o desenvolvimento de apegos seguros fundamentais para o desenvolvimento humano em contextos diversos. Sua função é auxiliar a possibilidade de mudanças para melhor adaptação e crescimento dos indivíduos envolvidos, aprendendo formas de ser e estar através dos vínculos. Para o CREAS, o vínculo requer dois olhares, que vão desde a percepção do vínculo construído no ambiente familiar e suas possíveis potências e fragilidades, bem como o desafio da construção do vínculo entre equipamento e família, visando cumprir a função de adaptação e cuidado.

Dentre as fragilizações dos vínculos familiares, houve menção às situações de pobreza, violência, abuso de substâncias e questões de saúde mental, tanto na Revisão

Integrativa, quanto na fala das técnicas. Esses fatores também foram citados como motivos de não reinserção. Assim, como já citado, questiona-se como o trabalho com vínculos familiares tem sido feito diante de tantas barreiras. Ainda, as pesquisas apresentaram a responsabilidade do Estado frente às situações de vulnerabilidade, que vão desde a precariedade dos serviços, falta de capacitação, até a falta de acesso às políticas públicas e a situação de pobreza que acomete as famílias. O conceito de necropolítica desenvolvido por Mbembe (2018), em que um poder pode decidir, intencionalmente, sobre a qualidade de vida ou até mesmo existência de corpos e comunidades concebe bem essa situação – uma política que tem como finalidade a fragilidade de pessoas, de acordo com seus contextos sociais. Para o autor, o Estado decide quem vive, quem morre, quem pode ter acesso a uma qualidade de vida digna.

Ao considerar as famílias atendidas pelo equipamento, uma expressão foi citada nas pesquisas: invisíveis sociais. Rita descreveu que o trabalho do CREAS visa subsidiar a noção de pertencimento para as famílias que são esquecidas, invisíveis ao acesso a direitos e flageladas pela desigualdade social. O mesmo também foi citado por Silveiras e Pires (2021). Ao perceber o perfil de famílias atendidas pelos equipamentos, percebe-se que os invisíveis sociais são famílias pretas, chefiadas por mulheres e em vulnerabilidade financeira.

Tomando como base a necropolítica, entende-se que há uma intencionalidade de manter esses sujeitos em situação de fragilidades. Ainda, o vestem com o olhar da responsabilização. Esse tema não foi um consenso entre as técnicas, umas reforçam a necessidade de compreender o contexto, as violações e abandonos que já vivenciam pelo próprio Estado, mas outras colocam famílias como acomodadas, desestruturadas, longe de uma base de família tradicional. Sobre isso, Conceição (2019) explica que, diante de negligências familiares nos casos acompanhados pelo CREAS, há, antes, insuficiências e falhas do Estado e, assim, não há como ter um olhar de apontamento e culpabilização. Na Revisão Integrativa da Literatura, artigos como Brizzi e Couto (2014) e Moura *et al.* (2020) dissertaram sobre a necessidade de não culpabilização das famílias e um exercício de olhar amplo para a realidade social. Para isso, porém, é necessária capacitação dos profissionais, algo intensamente discutido pelas técnicas nessa pesquisa. Sobre isso, Souza, Barros e Zampaulo (2014) apontam a capacitação e qualificação profissional como caminho possível para que o trabalho de reinserção familiar e vínculos possa ser mais efetivo. A falta de preparo para o trabalho também foi verificada quando se considerou a ação específica dos profissionais. Nos diários de campo temos a reflexão: “por não possuírem treinamento,

sentem-se despreparadas para atuar ou não compreendem efetivamente seu papel. Como consequência, algumas recorrem a outros recursos para embasamento, outras ‘mergulham de cabeça’ na prática e algumas atuam da maneira como pensam ser o certo atuar – o que por vezes leva à não prestação do serviço” (27/08/2021); “O que os demais profissionais fazem no CREAS? Por que não sabem sua função? E por que há uma centralidade do assistente social?” (12/05/2021).

Foi notória a afirmação do assistente social como aquele que carrega o trabalho com vínculos familiares, e os demais técnicos são suporte para esse trabalho central. Souza, Barros e Zampaulo (2012) também colocaram o profissional como aquele que efetivamente realiza o trabalho em rede. Porém, Rodrigues e Guareschi (2018) colocam o papel do assistente social e do psicólogo como um trabalho coletivo de leitura dos contextos sociais e trabalho com os laços afetivos. Brizzi e Couto (2014) ainda relatam a necessidade de educadores sociais e de assistência jurídica no processo de acolhida inicial. Estes, porém, em nossa pesquisa, disseram ainda não compreender ou não perceber espaço para seus papéis no equipamento. Sobre isso, há uma reflexão no diário de campo coletivo: “havia valorização do assistente social, em detrimento dos demais, o desconhecimento do papel do profissional psicólogo e/ou advogado, e apontando que o assistente social era quem guiava o trabalho, ou quem saberia responder nossas perguntas” (DIÁRIO COLETIVO, 27/08/2021).

Outro ponto importante para o cuidado com vínculos familiares como caminhos possíveis, mas também como denúncia de fragilidade do trabalho, foi a respeito do trabalho em rede. Penso e Moraes (2016) afirmaram a necessidade de melhor fluidez e diálogo da rede, como as técnicas. Ainda, comentaram que, em alguns casos, conseguem um trabalho mais próximo com alguns serviços, mas, em maioria, revelaram não compreensão da rede sobre o CREAS e seus profissionais, falta de comunicação, de vagas, excesso de demanda, que interfere no trabalho. Tais situações também foram vivenciadas por Moura *et al.* (2020): ao passo que os profissionais realizavam tentativas de fortalecimento da família, enfrentavam barreiras na rede, como faltas de vagas e preparo profissional.

Entre os casos de reinserção, foi motivo de surpresa para a equipe de pesquisa o fato de terem sido apresentados poucos casos de reinserção familiar, mas sim muitos relatos de longas permanências em acolhimento institucional, concordando com Oliveira e Milnitsky-Sapiro (2007), além de corridas para adoção e casos de reinstitucionalização. Houve, ainda, denúncia de casos de destituição do poder familiar por discriminação do

próprio poder público. Essas falas indicam que a reinserção familiar é um desafio e pouco tem ocorrido.

Ademais, debruçando na teoria Bioecológica do desenvolvimento humano, podemos compreender a importância do fator tempo nessa pesquisa. No macrotempo, segundo Ceconello e Koller (2004), que corresponde a mudanças sociais, geracionais ou acontecimentos que afetam a comunidade, há o impacto da pandemia de COVID-19 para os equipamentos; para as famílias, que vivenciaram maior situação de vulnerabilidade socioeconômica; para própria pesquisa, que também precisou se adaptar. Outro ponto referente ao macrotempo foi a mudança de localidade de um dos CREAS, que fragilizou a relação com as famílias. A mudança de profissionais devido ao período eleitoral também foi um marcador de tempo, impactando a quantidade de informações que os profissionais poderiam fornecer para a pesquisa, a dificuldade dos profissionais em se inserirem em um equipamento funcionando de modo adaptado à pandemia, impacto na formação da rede e trabalho em equipe.

Outro marco que infere tanto sobre o tempo quanto sobre as políticas macrossistêmicas que envolvem a pesquisa, um dos CREAS teve que a equipe desmanchada ainda no andamento das entrevistas e recebemos a notícia por ligação da coordenadora, como:

Muitos técnicos foram mandados embora e o equipamento estava funcionando com somente dois técnicos. [...]esse era um dos CREAS com maior engajamento de equipe, o mesmo CREAS que solicitou que pudessem ser entrevistadas em conjunto devido ao bom trabalho em equipe. [...] Também é um CREAS em que os profissionais relatavam alta demanda para poucos funcionários, não dando conta de tudo, e totalizavam ainda seis técnicos. Com aflição, não sabemos como o equipamento está funcionando com essa atual situação (DIÁRIO DE CAMPO, 25/08/2021).

Nisso, podemos refletir: “o quanto a ideia de um trabalho por contrato, que muda a cada novo governo, fragiliza o serviço, com interrupção do trabalho anterior, entrada de profissional ‘de paraquedas’, que não conhece o equipamento, com pouca ou nenhuma capacitação”(DIÁRIO, 21/05/2021). Observa-se ainda que o processo proximal, o encontro cada vez mais progressivo e estável entre o equipamento e os usuários, é precário em sua maioria, quando não inexistente. Questiona-se se este está gerando mais disfunção do que competência, visto que existem muitos entraves que impedem o acompanhamento. Em somente um CREAS as técnicas pontuaram que a adesão das famílias é positiva, com um trabalho possível. Assim, foi possível traçar um perfil ecológico do cuidado com vínculos, perpassando características da pessoa (enquanto equipe técnica e discutido nos capítulos

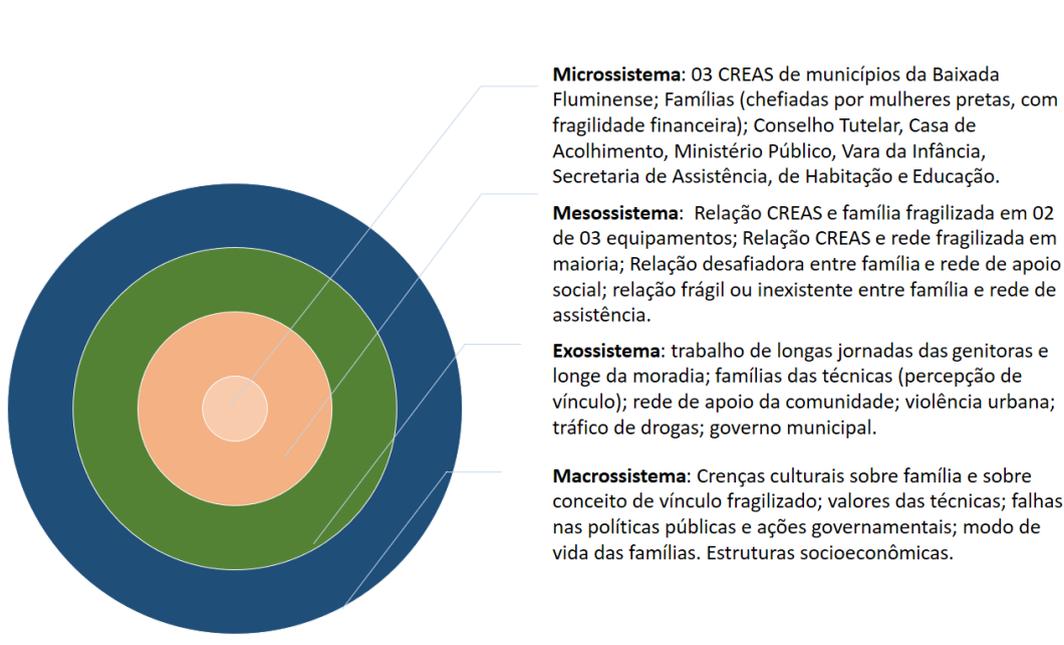
anteriores), também o impacto do tempo nesse cuidado com vínculos familiares e a formação dos processos proximais, sob o olhar das técnicas; além dos contextos encontrados na pesquisa. Tais considerações se encontram na tabela 3 e figura 4 abaixo:

Tabela 3: considerações ecológicas da pesquisa

Pessoa	Tempo	Processo proximal
Características gerativas – proatividade, empatia, capacitação e engajamento.	COVID-19 e mudança de gestão	Somente um, de três CREAS, apresentou um processo proximal mais competente com as famílias, ainda que desafiador. Porém, um marco nas falas das técnicas foi a presença de fatores de disfunção dos processos proximais.
Características inibidoras – apatia, falta de conhecimento e de desejo, olhar conservador sobre a família.	interferindo no trabalho; tempo insuficiente para reinserção.	

Fonte: elaborada pela autora.

Figura 3: contexto ecológico do cuidado com vínculos familiares pelo creas



Fonte: elaborada pela autora.

Entre as considerações sobre o que tem dado certo nos equipamentos, houve menção ao bom relacionamento da equipe técnica, com ação interdisciplinar, trabalho em rede em alguns casos; ação constante, senão insistente, das técnicas, somado ao desejo, empatia e capacitação dessas para o trabalho, postura informal e não julgadora da equipe para com a família. O trabalho em grupo, com membros da mesma família, assim como o trabalho coletivo com diferentes famílias foi apontado como crucial para o trabalho com vínculos, com espaços de debate e reflexão, segundo as demandas específicas da comunidade. Também pontuaram a necessidade de padronização do programa para cuidado com vínculos familiares.

Ainda, um equipamento mencionou a boa relação entre famílias e o serviço, se estabelecendo de fato como uma rede de apoio social e protetiva. Vemos que foi o equipamento que menos tinha sofrido mudanças da equipe técnica e que mantém um trabalho interdisciplinar em seu equipamento.

Por fim, “quanto à pergunta sobre como a pesquisa poderia contribuir, a técnica relatou que é difícil mudar o macro, mas que, se o micro funcionasse bem, com capacitação e preparo dos profissionais, se os profissionais entendessem sobre vínculo familiar e suas implicações e como atuar em seu fortalecimento, talvez a prática fluísse melhor” (DIÁRIO DE CAMPO, 13/08/2021). Quando uma técnica traz essa reflexão, soma-se às considerações da teoria bioecológica de Ceconello e Koller (2004), e coloca o micro como a vivência do CREAS. Porém, acredita-se que com processos proximais que gerem competência, e não disfunção, com características gerativas, a partir do micro, é possível impactar instâncias macros. Ainda assim, a fala da técnica revela uma urgência que precisa ser sanada.

Diante dessas reflexões, foi possível fazer alusão à fala de Ceconello e Koller (2004, p. 48) sobre o fazer pesquisa no século XXI. Para as autoras, é preciso “desenvolver delineamentos de pesquisa apropriados para investigar os efeitos do caos atualmente vivenciado pelas sociedades e identificar fatores que possam minimizar seus efeitos”. Como definição de caos, as autoras apontam questões que aumentam os fatores de risco para o desenvolvimento e adaptação daquela sociedade, gerando disfunção nos processos proximais daquele núcleo. Assim, diante desses relatos, percebe-se que as vulnerabilidades socioeconômicas já eram um fator de caos que precisava ser foco atento de nossas pesquisas. Ainda mais agora, diante do agravo que a pandemia suscitou, se faz necessário pensar em formas de minimizar esses efeitos.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa fez um recorte da Baixada Fluminense – Rio de Janeiro, apontando as urgências do funcionamento desse território, compreende-se que se trata de um território, muitas vezes, privado de acesso a direitos básicos, como discutido ao longo do trabalho.

Diante de tais reflexões e resultados, compreende-se que foram respondidas todas as questões da pesquisa, bem como atendidos os objetivos, ainda que essas respostas tragam novas angústias e perguntas. No que tange à noção de vínculo familiar, foi revelador a dificuldade das profissionais em conceituá-lo ou concebê-lo sob uma proposta acolhedora. Esse fato também foi ressaltado tanto na fundamentação teórica quanto na Revisão Integrativa e, diante disso, reforça-se a necessidade de mais pesquisas e estudos que possam definir vínculo e evidenciar como este se estabelece, visto que esse termo é a base de muitas ações dos trabalhos no CREAS. Mas, se não há epistemologia suficiente para sustentar o trabalho, questiona-se se há um trabalho efetivo. O mesmo vale para o programa PAEFI, que apresentou falas desde seu desconhecimento, até definição como reuniões coletivas, ou como toda ação que visa o cuidado da família e vínculos familiares, de acolhida, encaminhamentos, visitas, trabalho das equipes, até reuniões coletivas com as famílias. Porém, as técnicas ressaltaram que não há uma padronização do programa, ficando à critério de cada equipamento, cada técnico. Novamente, reforça-se a necessidade de criação de protocolos de serviço com vínculos.

Foram verificadas muitas brechas na ação do CREAS em relação aos vínculos familiares que comprometem seriamente o trabalho de recuperação ou estabelecimento dos laços, visando a reinserção familiar. Tais lacunas já têm sido discutidas em pesquisas anteriores a esta e questiona-se como de fato superá-las, visto que não são novos problemas, mas problemas que ainda persistem, como uma visão conservadora da família na prática da política de assistência, desigualdades sociais e pobreza sendo colocadas como motivos de acolhimento institucional e de não reinserção familiar como proposta intencional de nossos governos, além de falha na ação da rede, rotatividade de profissionais por falta de concurso público, falta de capacitação profissional, falta do básico para a ação do equipamento.

Essas dificuldades podem interferir diretamente nos laços familiares e no trabalho de fortalecimento dos vínculos. Considerando os aspectos da teoria Bioecológica, percebe-se que foram identificados mais fatores de risco ecológico do que de competência ou proteção, em exceções, movimentos de competência surgiram, principalmente sobre a relação dentro da

equipe técnica e o debate da responsabilização das famílias *versus* falhas do poder público.

Ademais, importa ressaltar que essa pesquisa emerge em meio a um contexto desfavorável para as famílias e o trabalho de reinserção: a pandemia de COVID-19. Foi valioso perceber o quanto esse marco de tempo, somado a outros, como rotatividade dos profissionais, interferiram na qualidade ou na possibilidade de um trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade. Realizar essa pesquisa nesse contexto foi significativo, visando compreender quais seriam os impactos da pandemia, questionando se seriam de curto, médio ou longo prazo.

Quanto à reinserção familiar, encontramos poucos relatos de trabalhos efetivos, mas ficaram claras as barreiras impostas contra o pleno trabalho com vínculos familiares. Quando houve relato de reintegração eficaz, falou-se muito de uma ação intensa e constante das profissionais com a rede. Ainda, não houve consenso no debate sobre a lei 13509/17 e chamou a atenção o fato de muitas técnicas não saberem opinar sobre o assunto. Entre as que opinaram, o discurso se dividiu em agilidade para adoção, zelando pela convivência familiar e comunitária *versus* pouco tempo disponível para trabalho com famílias de origem, seguido de rápida destituição de poder. Como a própria literatura se divide quanto à temática, percebeu-se que não há consenso, seja por falta de conhecimento ou por inclinações e prioridades diferentes.

Por fim, como produto dessa pesquisa e uma resposta à comunidade pesquisada, o Laboratório de Estudos sobre Violência contra Crianças e Adolescentes (LEVICA), juntamente com o apoio do programa de extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, irá realizar um curso de capacitação para os profissionais das redes de Assistência Social dos municípios da Baixada Fluminense. O curso terá trinta horas de duração e discutirá os resultados desta pesquisa, bem como de demais pesquisas do laboratório. Dentre os temas abordados, estão: contextos ecológicos de famílias em situação de vulnerabilidade social e necropolítica; famílias brasileiras e o debate da violência intrafamiliar; vínculos familiares (conceitos, reflexões, importância e suas fragilidades); institucionalização, reinserção familiar e direito à convivência familiar e comunitária; e olhar e postura do profissional, trabalho em rede e trabalho coletivo com famílias.

Entre as limitações do trabalho, entende-se que se tratou de um recorte específico, com apenas três municípios de toda extensão da Baixada Fluminense e, ainda, por conta da pandemia, não foi possível realizar uma inserção ecológica no cotidiano do equipamento.

## 9. REFERÊNCIAS

- ABRINQ. **Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Apoio à Execução de suas funções**, 2 ed. São Paulo, Fundação ABRINQ para os Direitos da Criança, 2015.
- ACOSTA, Ana; VITALE, Maria Amália. **Família Redes, Laços e Políticas Públicas**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- AINSWORTH, Mary *et al.* **Patterns of attachment: assessed in the strange situation and at home**. Hillsdale, N.J: Lawrence Erlbaum, 1978.
- ALMEIDA, De Danielle. **Problematizando a negligência: concepções e práticas na atuação de psicólogas(os) do PAEFI**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, para grau de Mestre em Psicologia, 2019.
- ALPERSTEDT, Graziela; ANDION, Carolina. Por uma pesquisa que faça sentido. **Revista de Administração de Empresas FGV EAESP**, v.57, n.6, 2017, p. 626-631. Disponível em: Acesso em: [https://www.researchgate.net/publication/321845848\\_Por\\_uma\\_pesquisa\\_que\\_faca\\_sentido/link/5ac5bf230f7e9b1067d4d829/download](https://www.researchgate.net/publication/321845848_Por_uma_pesquisa_que_faca_sentido/link/5ac5bf230f7e9b1067d4d829/download). 07 jul. 2020.
- ALTOÉ, Sônia; SILVA, Magali; PINHEIRO, Bruna. A inconstância dos laços afetivos na vida das crianças e adolescentes abrigados. **Psicologia política**, v. 11, n. 21, 2011, p. 109-122. Disponível em: Acesso em: 04 out. 2020.
- AMIN, Andréa. **Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos**, 11 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- ANDRADE, De Júnia Lúcia. **Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI): um espaço social para construção de autonomia?** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia, 2018.
- ARIÈS, Phillippe. **A história social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.
- ARPINI, Dorian Mônica. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. **Psicologia, ciência e profissão**, v.21, n.3, mar., 2003. p.70-75. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932003000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100010). Acesso em: 07 nov. 2018.
- ÁVILA, Lazslo Antonia. A psicanálise das configurações vinculares e a supervisão de equipes de assistência social. **Vínculo – Revista do NESME**, v.10, n.2, 2013, p.1-16. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1806-24902013000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1806-24902013000200002&lng=pt&nrm=iso) Acesso em: 01 set. 2020.
- AZÔR, Ana Mafalda; VECTORE, Celia. Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. **Estudos de Psicologia**, v.25, n.1, 2008, p.77-89. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n1/a08v25n1.pdf>. Acesso: 15 jul. 2020.

BAPTISTA, Jéssica; PAIVA, Ariane. **Gestão Territorial e intersectorialidade na Assistência Social**: alguns apontamentos. Departamento de Serviço Social. Disponível em: [http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio\\_resumo2018/relatorios\\_pdf/ccs/SER/SER-J%C3%A9ssica%20Ramos%20Baptista.pdf](http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2018/relatorios_pdf/ccs/SER/SER-J%C3%A9ssica%20Ramos%20Baptista.pdf). Acesso em: 04 out. 2020.

BARBOSA, Maria Idalice; BOSI, Maria Lúcia. Vínculo: um conceito problemático no campo da Saúde Coletiva. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, v.27, n. 4, p. 1003-1022, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/48VFbfgfLbRSh9tGJ7BzDSZq/abstract/?lang=pt> Acesso em: 01 nov. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70: São Paulo, 2011.

BARROS, Maria Izabel *et al.* A influência da Lei 12.010/2009 para a judicialização das relações sociais e seus efeitos na vida de mulheres na cidade de Niterói/RJ. **O Social em Questão**, v.17, n.31, 2014. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_31\\_8\\_Barros\\_2\\_Freitas.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_31_8_Barros_2_Freitas.pdf) Acesso em: 24 mai. 2021.

BOWLBY, John. **Apego**. A Natureza do Vínculo. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado Federal, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)**. Atualizado em 10 de out. 2020. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=cursel&select=clearall>. Acesso em: 03 out. 2020.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 1990.

BRASIL. Lei de Adoção. Lei n. 12.010, de 03 de agosto de 2009. **Dispõe sobre a adoção**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Gestão do Sistema Único da Assistência Social. Coordenação-geral de planejamento e vigilância socioassistencial. Registro Mensal de Atendimentos. **Manual de instruções**. CREAS. Brasília, DF, 2017.

BRASIL, Ministério da Saúde. Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências. **Orientação para Gestores e Profissionais da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério Público do Estado do Paraná. **Comparativo ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e as alterações definidas pela Lei nº 13.509/2017, de 22 de novembro de 2017**. Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Criança e do

Adolescente e da Educação Curitiba, 22 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**, 2 ed. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Orientações e recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS dos estados, municípios e Distrito Federal quanto ao atendimento nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no contexto de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus, COVID-19**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 abr. 2020, seção 1, p. 145.

BRASÍLIA. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, 2011.

BRIZZI, Luciene; COUTO, Eduardo Luis. Violência contra a criança e o adolescente: proposta interventiva de trabalho com a família no CREAS/criança e adolescente de Presidente Prudente/SP. **Seminário Integrado Intertemas**, v.8, n.8, 2014. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/VIOL%C3%AANCIA-CONTRA-A-CRIAN%C3%87A-E-O-ADOLESCENTE%3A-DE-COM-Brizzi-Couto/b06b996238774b74ffdece5ebc247f4d21896370> Acesso em: 10 dez. 2020.

BRONFENBRENNER, Urie. Environments in developmental perspective: theoretical and operational models. IN: FRIEDMAN, S.; WACHS, T. **Measuring environment across the life span: emerging methods and concepts**. Washington, DC: American Psychological Association Press, 1999.

BRONFENBRENNER, Urie. The bioecological theory of human development. IN: SMELSER, N.; BALTES, P. **International encyclopedia of the social and behavioral sciences**, 2001.

BRONFENBRENNER, Urie. Ecology of the Family as a context for human development: research perspectives. **Developmental psychology**, p. 723-742, 1986.

BRONFENBRENNER, Urie. **Making human beings humans**. Thousand Oaks: SAGE, 2005.

BRONFENBRENNER, Urie; MORRIS, The ecology of developmental processes. IN: DAMON, W. (Series Ed.); LERNER, R. (Vol.Ed.), **handbook of child psychology: theoretical models of human development**. New York: John Wiley, 1998.

CARMO, Nilva Celestina; LORETO, Maria das Flores. **A construção histórica da Família e sua importância na Política Social**. I Seminário Nacional: Família e Políticas Sociais no Brasil – UFV, 2017. Disponível em: <http://www.ppped.ufv.br/seminariofamiliapoliticassociais/wp-content/uploads/A-constru%C3%A7%C3%A3o-hist%C3%B3rica-da-Fam%C3%ADlia-e-sua-import%C3%A2ncia-na-Pol%C3%ADtica-Social.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2019.

CARVALHO, Andressa. **A família na atualidade. Brasil Escola**, 2017. Disponível em: <http://meuartigo.brasile scola.uol.com.br>. Acesso em: 4 abr. 2017.

CARVALHO, André *et al.* Vulnerabilidade social e crise sanitária no Brasil. **Cadernos de**

**saúde pública**, v. 37, n.9, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/q4HxP8Mvvh4PMPyTJWL4SGQ/?lang=pt#:~:text=No%20caso%20brasileiro%2C%20a%20crise,regular%20o%20acesso%20%C3%A0s%20vacinas.>

Acesso em: 30 out. 2021.

CARVALHO, Maria do Carmo. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2002.

CAVALCANTE, Lília Iêda *et al.* Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v.10, n. 4, 2010, p. 1147-1172. Disponível em: Acesso em: 11 jul. 2020.

CECÍLIO, Mariana; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Avaliação de candidatos pretendentes no processo de habilitação para adoção: revisão de literatura. **Psico-USF**, v. 23, n. 3, jul./set., 2018. p.497-511. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-82712018000300497&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-82712018000300497&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 01 mai. 2019.

CECCONELLO, Alessandra. **Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco**. Tese de doutorado inédito, curso de pós graduação em psicologia do desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CECCONELLO, Alessandra; KOLLER, Silvia Helena. Inserção Ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. In: KOLLER, Silva Helena; MORAIS, Normanda; PALUDO, Simone. **Inserção Ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano**. Editora Pearson: Porto Alegre, 2004, p. 39-62.

CECCONELLO, Alessandra; KOLLER, Silvia Helena. Inserção Ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. **Psicologia: reflexão e crítica**, v.16, n.3, p. 515-524, 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/prc/a/prz4cVcRXNM6vwLW9zgS5Cd/abstract/?lang=pt> Acesso em: 05 ago. 2020.

CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e Identidade de gênero e identidade profissional no campo identidade profissional no campo de trabalho de trabalho. **Estudos Feministas**, v. 18, n.2, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/vNpYg8vTqCJ5vxqCz9KfKVR/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

COSTA, Geovana. **Mulheres em transtorno psíquico e direito de família: um estudo de destituições de poder familiar entre 2008 e 2017**. Monografia do Curso de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel/Licenciado em História, 2018.

CONCEIÇÃO, Tatiana. **Acolhimento de crianças e adolescentes: ausência de política pública ou negligência familiar? Um olhar do CREAS sobre o acompanhamento dessas famílias**. 7º Encontro Internacional de Política Social, 14º Encontro Nacional de Política Social, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/25831> Acesso em: 20 set 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Cadastro Nacional de Adoção (CNA)**.

Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoec/cadastro-nacional-de-adocao-cna>.

Acesso em: 14 abr. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Três vivas para a adoção! Guia para Adoção de Crianças e Adolescentes**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/05/267f52a9a15e50766a52e521a01c9522.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

CRUZ, Sabrina. **A frustração do reabandono: uma nova ótica acerca da devolução em processos de adoção**. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p. 23. Disponível em: [http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos\\_conclusao/1semestre2014/trabalhos\\_12014/SabrinaDAviladaCruz.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2014/trabalhos_12014/SabrinaDAviladaCruz.pdf). Acesso em: 14 abr. /2019.

DINIZ, Eva; KOLLER, Silva Helena. O afeto como um processo de desenvolvimento ecológico. **Educar**, n. 36, p. 65-76, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/rGkKHtMrZ4rRqJS8MT6WcHs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 jul. 2021.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ESTRELA, Fernanda Matheus *et al.* Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3431-3436, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/bbcZzgN6Sns8mNPjKfFYRhb/?lang=pt> Acesso em: 30 out. 2021.

FALEIROS, Vicente. Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica. **R. Katál.**, v. 16, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/nrBGcDT5WNLJw3SWCJfDym/?lang=pt> Acesso em: 24 mai. 2021

FARAJ, Suane; SIQUEIRA, Aline. O atendimento e a rede de proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual na perspectiva dos profissionais do CREAS. **Barbarói**, n. 37, 2012, p.67-87. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2097>. Acesso em: 09 mar. 2019.

FLORENTINO, Bruno Ricardo. Abuso sexual, crianças e adolescentes: reflexões para o psicólogo que trabalha no CREAS. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 26, n. 1, 2014, p.59-70. Disponível em: Acesso em: 27 ago. 2020.

FREUD, Sigmund. **Projeto para uma psicologia científica**. Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud (vol. I, pp. 333-449). Rio de Janeiro: Imago, 1996.(Original publicado em 1895).

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GARCIA, Joana; OLIVEIRA, Camila; CORDON, Marcelle. A contribuição do CREAS para a rede socioassistencial – limites do PAEFI. **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1430#:~:text=Baseado%20em%20pesquisas%20emp%C3%ADricas%2C%20este,demandas%20de%20volta%20%C3>

%A0%20rede Acesso em: 15 set. 2021.

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GHIRARDI, Maria Luiza. A devolução de crianças e adolescentes adotivos sob a ótica psicanalista: reedição de histórias de abandono. Dissertação de Mestrado pelo Departamento da Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GOMIDE, Paula Inez. **Inventário de estilos parentais**: Modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação. Petrópolis: Vozes, 2006.

GONÇALVES, Cláudia Fabiane. Atuação em rede de atendimento ao adolescente vítima de violência; desafios e possibilidades. **Texto Contexto Enferm.**, v.24, n.4, 2015, p.976-983. Disponível em:

[https://www.scielo.br/pdf/tce/v24n4/pt\\_0104-0707-tce-201500004580014.pdf](https://www.scielo.br/pdf/tce/v24n4/pt_0104-0707-tce-201500004580014.pdf). Acesso em: 25 mar. 2019.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena *et al.* Fatores de Risco e de Proteção na Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.19, n. 3, 2005, p. 379-386. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722006000300006;](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722006000300006;). Acesso em: 07 nov. 2018.

HABIGZANG, Luísa Fernanda *et al.* **Violência contra crianças e adolescentes**: teoria, pesquisa e prática. Porto Alegre: Artmed, 2012.

HORA, Flávia da. **Cotidiano profissional do Assistente Social no CREAS/PAEFI**: trabalho com famílias na perspectiva da matricialidade sociofamiliar. Dissertação apresentada para título de mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/mesquita>. Acesso em: 13 out. 2020.

JÚNIOR, Isaias; MORAES, De Dirce; COIMBRA, Renata. Família “margarina”: as estereotípias de famílias na indústria cultural e a des/re/construção de conceitos docentes. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 15, n. 64, p. 266–279, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641941>. Acesso em: 25 out. 2021.

KHATTAR, Patrícia. **Narrativas sobre deserção e reinserção familiar de crianças e adolescentes que habitaram a rua e a instituição de acolhimento**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Saúde Pública, na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, para obtenção de título de Mestre em Saúde Pública. São Paulo, 2019.

LACAN, Jacques. **Os complexos familiares na formação do indivíduo em Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (Original publicado em 1938).

LIMA, Fabiani; SCHNEIDER, Daniela. Características da atuação do psicólogo na Proteção Social Especial em Santa Catarina. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n.2, 2018,

p.347-362. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/pdf/pcp/v38n2/1982-3703-pcp-38-2-0347.pdf>. Acesso em: 04 out. 2020.

LIMA, Fábio. **Mesquita – RJ em foco: a história da Baixada Fluminense e as relações identitárias na educação básica**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) para obtenção do título de Mestre em História, 2019. Disponível em:

<http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12871>. Acesso em: 16/03/2021.

LIMA, Leonice; HORTA, Rita. As ciências humanas e sociais no processo de reconstrução da sociedade na perspectiva cidadã. **E-cadernos CES**, v.2, 2008. Disponível em:  
<https://journals.openedition.org/eces/1359>. Acesso em: 06 jul. 2020.

LORENZ, Konrad. “Der Kumpan in der Umwelt des Vogels”, IN: SCHILLER, C. **Instinctive Behavior**. Nova York: International Universities Press, 1957.

MARTINS, Maria das Graças *et al.* A dinâmica familiar na visão de pais e filhos envolvidos na violência doméstica contra crianças e adolescentes. **Rev. Latino-am Enfermagem**, v.15, n.5, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2814/281421877002.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2020.

MARQUES, Emanuele *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v.36, n. 4, 2020. Disponível em: Acessível em: 10 out. 2020.

MASTEN, Ann; GARMEZY, N. Fatores de risco, vulnerabilidade e proteção na psicopatologia do desenvolvimento. In: LAHEY, Benjamin; KAZDIN, Alan. **Avanços na psicologia clínica infantil**. Plenum Press: Nova Iorque, 1985, p.1-52.

MEDEIROS, Ilanna. Violência intrafamiliar: um estudo a partir da perspectiva dos profissionais da rede socioprotetiva de Mesquita/ RJ. 2020. Dissertação em Psicologia para grau de mestre na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2020.

MENEZES, Joyceane. **A família na constituição de 1988 – uma instituição plural e atenta aos direitos de personalidade**, 2008. Disponível em:

<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2722.pdf>. Acesso em: 04/11/2019.

MENINI, Natally Chris. Memória, História Oral e Simbologia: **O Projeto de Emancipação e a Construção da Identidade Cidadina de Seropédica**. Trabalho apresentado em XIV encontro regional da Associação Nacional de História do Rio de Janeiro, Memória e Patrimônio. Disponível em:

[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276740700\\_ARQUIVO\\_res.anpuh.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276740700_ARQUIVO_res.anpuh.pdf). Acesso em: 16/03/2021

MORAIS, Camila *et al.* O uso do diário de campo no processo de Inserção Ecológica. In: KOLLER, Silva Helena; MORAIS, Normanda; PALUDO, Simone. **Inserção Ecológica. Um método de estudo do desenvolvimento humano**. Editora Pearson: Porto Alegre, 2004, p. 299-321.

MOURA, Débora *et al.* Clínica ampliada e articulação em rede: relato de experiência no SUAS. **Rev. Nufen: Phenom. Interd.**, v.12, n.2, 2020. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-25912020000200008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912020000200008) Acesso em: 24 jun. 2021

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Edição 18. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Ana Paula; MILNITSKY-SAPIRO, Clary. Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade. **Psicol. cienc. prof.**, v.27, n.4, 2007, p. 623-635. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932007000400005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932007000400005&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 27 out. 2018.

OLIVEIRA, Siro Darlan; ROMÃO, Luis Fernando. **A história da criança por seu Conselho de Direitos**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

OTUKA, Livia *et al.* A configuração dos vínculos na adoção: uma atualização no contexto latino-americano. **Rev Bras Crescimento Desenvolvimento Hum**, v. 19, n.3, 2009. p. 475-486. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-12822009000300013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-12822009000300013&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 04 mai. 2019.

OTUKA, Livia *et al.* Adoção suficientemente boa: experiência de um casal com filhos biológicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 28, n. 1, jan./mar., 2012. p. 55-63.

PACHECO, Maria Luiza; MALGARIM, Bibiana. Centro de Referência Especializado de Assistência Social: Apanhados Teóricos Sobre uma rede especial de apoio e proteção em casos de abuso sexual infantil. **Revista de Psicologia da IMED**, v.3, n.2, 2011. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/133> Acesso em: 18 nov. 2020.

PAISAN, Mara Silvia. Negligência Infantil: A Modalidade Mais Recorrente de Maus-Tratos. **Pensando famílias**, v.17, n.2, 2013, p.61-70. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v17n2/v17n2a05.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2020.

PEIXOTO, Ana Cláudia *et al.* Intervenção interdisciplinar com crianças e adolescentes institucionalizados. In: **Ciências da saúde – O Trabalho de Equipes Multiprofissionais em Diferentes Contextos**. Curitiba: Editora Juruá, 2019, p. 115-138.

PENSO, Maria Aparecida; MORAES, Patrícia. Reintegração familiar e múltiplos acolhimentos Institucionais. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, 2016, v.14, n.2. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v14n2/v14n2a44.pdf> Acesso em: 20 nov. 2020.

PINHEIRO, Paulo. “Tradição, família e propriedade”: questão social, formato sócio-histórica do Brasil e conservadorismo sob a marcha da contradição. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22502> Acesso em: 01 nov. 2021.

PINHO, Patrícia; FARIA, Márcia. “Família é muito sofrimento”: um estudo de caso de “devolução de crianças. **Psico**, v. 40, n. 1, jan./mar., 2009. p. 58-63. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/3730/4142>.

Acesso em: 21 abri. 2019.

POLETTI, Michele; KOLLER, Silvia Helena. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e proteção. **Estud. psicol.**, v.25, n. 3, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/DycNK6BKd8jJmr5rmJk8P9D/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2019.

PRATI, Laísa *et al.* Revisando a inserção ecológica: uma proposta de sistematização. **Psicologia: reflexão e crítica**, v.21 n., 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722008000100020&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722008000100020&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 12 nov. 2020.

RAMALHO, Gabriella. **A formação de rede de apoio social de crianças e adolescentes vítimas de violência**. Trabalho de Conclusão de Curso ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, para conclusão do curso de bacharel em psicologia, Rio de Janeiro, 2019.

RINALDI, Alessandra. Adoção: políticas para a infância e juventude no Brasil? **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n.33, 2019, p.273-294. Disponível em: Acesso em: 04 out. 2020.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios**. Rio de Janeiro: Ed PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene *et al.* **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, CIESPI, Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2006.

ROSA, Edinete Maria *et al.* O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. **Estudos de Psicologia**, v. 17, n.3, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/QVVHczLbvV4X73CyBRQpPbH/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 14 fev. 2021.

ROSSATO, Jussara Glória; FALCKE, Denise. Devolução de crianças adotadas: uma revisão integrativa da literatura. **Revista da SPAGESP**, v. 18, n.1, 2017. p.128-139. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1677-29702017000100010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1677-29702017000100010&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 21 abr. 2019.

RODRIGUES, Luciana; GUARESCHI, Neuza Maria. A performance do vínculo na Política de Assistência Social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 70, n. 1, 2017, p. 161-174.

Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672018000100012#:~:text=O%20v%C3%ADnculo%20familiar%20e%20comunit%C3%A1rio,Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Assist%C3%A2ncia%20Social.&text=Tr%C3%AAs%20diferentes%20vers%C3%B5es%20que%20oferecem,aos%20usu%C3%A1rios%20dos%20servi%C3%A7os%20socioassistenciais](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000100012#:~:text=O%20v%C3%ADnculo%20familiar%20e%20comunit%C3%A1rio,Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Assist%C3%A2ncia%20Social.&text=Tr%C3%AAs%20diferentes%20vers%C3%B5es%20que%20oferecem,aos%20usu%C3%A1rios%20dos%20servi%C3%A7os%20socioassistenciais) Acesso em: 15 set. 2020.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A família em desordem**. TELLES, André (Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Série Os

Pensadores.

RUTTER, Michael. Resilience in the face of adversity: protective factors and resistance to psychiatric disorder. **British Journal of Psychiatry**, v.147, n.6, 1985, p. 598-611.

SAMPAIO, Débora. **A construção do vínculo parento-filial nas adoções tardias**. Dissertação para obtenção de grau de mestrado pelo programa de pós-graduação em psicologia clínica do departamento de psicologia da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/36853/36853.PDF>. Acesso em: 04 mai. 2019.

SARTI, Cynthia. “Família e individualidade: um problema moderno”. IN: CARVALHO, Maria do Carmo. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANICOLA, Lia. **As dinâmicas de rede e o trabalho social**. São Paulo: Veras Editora, 2008.

SILVA, Enid. **O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

SILVA, Jéssica *et al.* Responsabilidade civil do Estado pela morosidade civil do Estado no processo de adoção. **IURISPRUDENTIA: Revista da Faculdade de Direito da AJES**, v. 9, n, 18, 2020, p. 49-75. Disponível em: <https://www.revista.ajes.edu.br/index.php/iurisprudencia/article/view/450> Acesso em: 02 nov. 2021.

SILVA, Johnny Clayton; GONÇALVES, Sílvia. Perfil da violência contra crianças e adolescentes segundo registros do Conselho Tutelar de um município da Baixada Fluminense. **Revista Mosaico**, v.10, n.2, 2019, p. 2-9; Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1931/1251>. Acesso em: 01 mai. 2020.

SILVA, Johnny Clayton. **Criminalização da infância pobre a partir de uma análise sobre a negligência familiar em municípios da Baixada Fluminense**. Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, para obtenção de título de Mestre em Psicologia, 2019.

SILVA, Milena; ARPINI, Dorian Mônica. O impacto da nova Lei Nacional de Adoção no acolhimento institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas. **Psicologia em Revista**, v. 19, n. 3, dez., 2013. p. 422-440. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v19n3/v19n3a07.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2019.

SILVA, Natália; SOUZA, Virgínia. O fortalecimento de vínculos familiares e comunitários em perspectiva: interfaces do direito da criança e do adolescente. **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 2019. Disponível: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/281> Acesso em: 17 dez. 2020.

SILVA, Raquel. A adoção de crianças no Brasil: os entraves jurídicos e institucionais. **Congr. Intern. Pedagogia Social**. 2012. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000092012000200021&lng=en&nrm=iso](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092012000200021&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 06/11/2019.

SILVARES, Caroline; PIRES, Isabela. Os invisíveis sociais: o atendimento aos usuários da política de assistência social em tempos de pandemia. **Serviço Social em Perspectiva**, v.5, n1., 2021. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/serpinf-senpinf/assets/edicoes/2020/arquivos/70.pdf> Acesso em: 04 nov. 2020.

SIQUEIRA, Aline *et al.* Processos de reinserção familiar: estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. **Estudos de Psicologia**, v. 15, n. 1, 2010, p.7-15. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-294x2010000100002&script=sci\\_abstract&tlng=pt#:~:text=O%20objetivo%20desse%20estudo%20foi,de%20seis%20a%2018%20meses.](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-294x2010000100002&script=sci_abstract&tlng=pt#:~:text=O%20objetivo%20desse%20estudo%20foi,de%20seis%20a%2018%20meses.) Acesso em: 07 jun. 2020.

SIQUEIRA, Aline; DELL'AGLIO, Débora; BETTS, Mariana. A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no sul do Brasil. **Revista Interamericana de Psicologia**, v.40, n. 2, 2006, p.149-158. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?idp=1&id=28440202&cid=51203>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SIQUEIRA, Aline; DELL'AGLIO, Débora. Retornando para a família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada. **Rev. Bras. Crescimento Desenvolv Hum.**, v.17, n. 3, 2007, p.134-146. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v17n3/13.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2020.

SKINNER, Burrhus. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SOARES, Fernanda *et al.* A importância de programas de políticas públicas (PAEFI) na manutenção da saúde do sujeito que teve seus direitos violados em uma perspectiva biopsicossocial. **XVII Jornada científica dos campos gerais**, 2019. Disponível em: <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/jornada/article/view/1488> Acesso em: 10 jul. 2021.

SOUZA, Hália. **Adoção tardia**: Devolução ou desistência do filho. Curitiba: Juruá, 2012.

SOUZA, Marisa Antônia; BARROS, Denise; ZAMPAULO, Jamil. Construção e Fortalecimento dos Vínculos Familiares. **Revista Alumni**, v. 2, p. 4-1-9, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/3967840-Construcao-e-fortalecimento-dos-vinculos-familiares.html> Acesso: 03 mar. 2021.

SOUZA, Marcela *et al.* Revisão Integrativa: o que é e como fazer? **Einstein**, v.8, n.1, 2010, p 102-106. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt\\_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf](https://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf). Acesso: 04 abr. 2020.

SOUZA, Roseane. **Família e gênero**: uma abordagem de suas concepções a partir da Política Nacional de Assistência Social. Dissertação de mestrado em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando *et al.* Tipos e consequências da violência sexual sofrida por estudantes do interior paulista na infância e/ou adolescência. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n.1, 2013, pp. 90-102. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n1/11.pdf>. Acesso

em: 04 abr. 2019.

TOSCANO, Isaac Guidão. **Governando vidas: a “proteção” às famílias e indivíduos em situação de violência intrafamiliar atendidas no PAEFI/CREAS em Manaus.** Dissertação para Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas UFAM, para obtenção de título de mestre em Serviço Social. Manaus, 2019.

TRENTIN, Fernanda; KUMMER, Louise Caroline. **Devolução da criança em processo de adoção durante o estágio de convivência. Possibilidade de reparação pelos danos causados à criança ou adolescente,** 2017. Disponível em:

<https://jus.com.br/artigos/61018/devolucao-da-crianca-em-processo-de-adocao-durante-o-estagio-de-convivencia>. Acesso em: 23 abr. 2019.

WALSH, Froma. **Processos normativos da família: diversidade e complexidade,** 4 ed. São Paulo: Artmed, 2016.

UNESP. **Tipos de revisão de literatura.** Biblioteca Prof Paulo de Carvalho Matos, Faculdade de Ciências Agrônômicas UNESP Campus Botucatu, 2015. Disponível em:

<http://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-revisao-de-literatura.pdf>. Acesso em: 27 out. 2018.

UNICEF. **Colóquio violências e seus impactos no desenvolvimento infantil: Reflexões históricas e contextuais, fatores de proteção e políticas públicas,** 2015. Disponível em:

[http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Coloquio\\_UNICEF\\_web.pdf](http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Coloquio_UNICEF_web.pdf). Acesso em: 03 dez. 2018.

UNICEF. **A familiar face: violence in the lives of children and adolescents,** 2017. Disponível em: [https://www.unicef.org/publications/index\\_101397.html](https://www.unicef.org/publications/index_101397.html). Acesso em: 13 abr. 2019.

VIGOTSKI, Lev. **A formação social da mente.** 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

YUNES, Maria Angela; SZYMANSKI, Heloísa. Crenças, sentimentos e percepções acerca da noção de resiliência em profissionais da saúde e da Educação que atuam com famílias pobres. **Psic. Da Ed.**, v. 17, n.2, 2003, p. 119-137. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/327433849\\_Crenças\\_sentimentos\\_e\\_percepções\\_acerca\\_de\\_resiliência\\_em\\_profissionais\\_da\\_saúde\\_e\\_da\\_educacao/link/5b8f361745851540d1c9cbcb/download](https://www.researchgate.net/publication/327433849_Crenças_sentimentos_e_percepções_acerca_de_resiliência_em_profissionais_da_saúde_e_da_educacao/link/5b8f361745851540d1c9cbcb/download). Acesso em: 05 ago. 2020.

YUNES, Maria Angela, *et al.* (2004). Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In: S. Koller (Ed.), **Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenções no Brasil** (pp. 197-218). São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.

YUNES, Maria Angela; JULIANO, Maria Cristiano. A Bioecologia do Desenvolvimento Humano e suas Interfaces com Educação Ambiental. **Cadernos de Educação**, v. 37, 2010, pp. 347-379.

YOUNG, Jeffrey; *et al.* **Terapia do esquema: Guia de Técnicas Cognitivo-Comportamentais Inovadoras.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

## APÊNDICE 01

### ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DO CREAS

#### UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Prezado profissional, este questionário constitui-se em instrumento para uma pesquisa importante na área da garantia dos direitos de crianças e adolescentes e, por isto, precisamos de sua participação. A pesquisa é vinculada ao curso de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e é orientada pela Profª. Dra. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto. Sua participação é de suma importância e é anônima. Por favor, responda a todas as perguntas, considerando sua visão acerca das questões e a sua experiência nesta instituição.

Função: ( ) Assistente Social ( ) Advogado ( ) Psicólogo ( )  
Outro \_\_\_\_\_  
Gênero: ( ) Feminino ( ) Masculino ( ) Outro \_\_\_\_\_ Idade:  
\_\_\_\_\_ anos  
Tempo de trabalho na entidade: \_\_\_\_\_  
Tipo de vínculo empregatício: \_\_\_\_\_

1. Conte-me um pouco da sua história profissional e do seu período de trabalho com o CREAS. (Quanto tempo trabalha ou trabalhou com o equipamento?)
2. Como você define o vínculo familiar? Qual a função dele?
3. Como é (como foi) para você trabalhar com responsáveis e cuidado com vínculos familiares?
4. Como funciona o cotidiano do PAEFI?
5. Como o PAEFI atua para reconstrução de vínculos familiares?
6. Como esse trabalho inclui a prevenção do acolhimento de crianças e adolescentes, ou o retorno dos mesmos para famílias?
7. Na sua opinião, como é um trabalho em rede? Como este trabalho em rede ocorre no equipamento que você trabalha (trabalhou)?
8. Você acredita que algo poderia melhorar? Se sim, como?
9. Como você percebe a relação do equipamento com as famílias?

10. Quais as maiores dificuldades você encontra para o trabalho com os familiares e manutenção de vínculo?
11. Quais são os fatores positivos que você enxerga neste trabalho?
12. (Para profissionais que estão em atuação) O que mudou durante a COVID-19? Quais têm sido seus maiores desafios diante desse novo cenário?
13. Algum caso te marcou positivamente sobre a reinserção familiar/reconstrução de vínculos? Conte-nos um pouco sobre.
14. Algum caso te marcou negativamente sobre isso? Pode nos contar um pouco sobre isso?
15. Você sente que falta algo no trabalho com vínculo com pais e filhos?
16. Se essa pesquisa puder contribuir com algum suporte para o trabalho com vínculos, que tipo de suporte você gostaria?
17. Como você percebe a presença dos pais/responsáveis neste trabalho de fortalecimento de vínculo?
18. Existe algo que queira conversar, compartilhar, sobre esse tema?
19. Você acredita que existem fatores externos que influenciam o trabalho de fortalecimento de vínculo pelo CREAS? Se sim, quais seriam?
20. Houve uma modificação na lei em relação aos processos de reinserção familiar e adoção, onde crianças e adolescentes acolhidos passam a ter sua situação avaliada a cada três meses e só poderão permanecer nesses programas por no máximo 18 meses, e estipula um prazo para se procurar medidas de reinserção familiar, visando a possibilidade de adoção. Você conhece essa medida? Caso sim, qual sua opinião sobre ela?

## APÊNDICE 02

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Participante,

Convidamo-lo a participar, através do preenchimento de um questionário, da pesquisa intitulada “Imersão sobre o trabalho de vínculos familiares pelo CREAS: Um olhar sobre a reinserção familiar”, sob responsabilidade da pesquisadora Gabriella Santos Ramalho e orientação da Profa. Dra. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A presente pesquisa é vinculada ao Trabalho de Conclusão de Curso do pesquisador no curso de Psicologia da UFRRJ.

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

##### **Descrição da pesquisa:**

**Benefícios decorrentes da participação na pesquisa:** Com este estudo, espera-se contribuir com a discussão sobre a temática da reinserção familiar de crianças e adolescentes, fortalecimento de vínculos familiares e o trabalho dos profissionais que atuam diretamente com essa temática. Ademais, a participação nessa pesquisa pode contribuir para reflexões e mudanças no trabalho com vínculos familiares, contando também com devolutiva e contribuição dos pesquisadores.

**Riscos e condutas decorrentes da participação da pesquisa:** Como possível risco da pesquisa, indica-se pequeno desconforto em responder algum item da pesquisa, ao refletir sobre a dinâmica do trabalho e desafios no trabalho com vínculos familiares. Além de possível desconforto nos contatos iniciais com os pesquisadores que, por conta das atividades remotas da COVID-19, será um contato que ocorrerá de modo virtual.

**Período de participação, sigilo e consentimento:** Quanto à entrevista

semiestruturada, sua participação poderá ser no próprio local de trabalho e, caso não se sinta à vontade, em outro local, de sua escolha. O tempo previsto para a resposta ao questionário é de aproximadamente 30 min. Haverá total sigilo da sua participação e não serão divulgados nomes, em nenhuma circunstância, durante o desenvolvimento ou publicação da pesquisa. Caso concorde com a participação, será possível, a qualquer tempo, retirar seu consentimento, sem qualquer prejuízo pessoal ou institucional. Sua participação será voluntária, não haverá compensação financeira sob nenhuma forma, e sem custos.

É válido ressaltar que outros integrantes do grupo de pesquisa poderão comparecer às entrevistas, juntamente com a pesquisadora, totalizando em média 02 pesquisadores durante as entrevistas. Todos os dados obtidos serão preservados em sigilo e seguindo a ética da pesquisa.

Devido a COVID-19, essa pesquisa poderá ocorrer de modo virtual, com chamadas de vídeo e/ou ligação para realização das entrevistas. Caso haja disponibilidade para encontros presenciais, os mesmos manterão todos os cuidados de distanciamento social, uso de máscaras, higienização de mãos.

#### **Contatos para obter maiores informações sobre a pesquisa:**

##### Pesquisador responsável

Nome: Gabriella Santos Ramalho

Tel.: (21) 996719178

E-mail: [psicologa.gabriellarj@gmail.com](mailto:psicologa.gabriellarj@gmail.com)

##### Orientadora

Nome: Ana Cláudia de Azevedo Peixoto

Tel.: (21) 999417759

E-mail: [claudiaapeixoto@gmail.com](mailto:claudiaapeixoto@gmail.com)

Comitê de Ética da UFRRJ: (21) 2681-4707; 2682-1220

#### **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO**

Eu, abaixo assinado, concordo em participar da pesquisa

---

aprovada pela Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e declaro que fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da mesma. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Pesquisadora: Gabriella Santos Ramalho

Tel. (21) 996719178; E-mail: psicologa.gabriellarj@gmail.com

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura

## APÊNDICE 03

### CARTA DE ANUÊNCIA

Aceito a pesquisadora Gabriella Santos Ramalho, discente do Curso de pós-graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, juntamente com pequeno grupo de pesquisa, a desenvolver, nesta entidade, a pesquisa intitulada “Imersão sobre o trabalho de vínculos familiares pelo CREAS: Um olhar sobre a reinserção familiar”, sob orientação da Profa. Dra. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto do Departamento de Psicologia (DEPSI/UFRRJ)

Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa acima citada, concedo a anuência para seu desenvolvimento, desde que me sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução nº466/2012 CNS/CONEP.
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa.
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa.
- No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

---

Local

---

Data

---

(carimbo e assinatura)

## APÊNDICE 04

25/10/2021 09:22

[https://sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento\\_visualizacao.jsf?idDoc=843579](https://sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?idDoc=843579)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**



**PARECER Nº 1168 / 2021 - PROPPG (12.28.01.18)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Seropédica-RJ, 13 de setembro de 2021.**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFRRJ / CEP

Protocolo Nº 170/2021

### **PARECER**

O Projeto de Pesquisa intitulado "Imersão sobre o trabalho de vínculos familiares pelo CREAS: um olhar sobre a reinserção familiar" sob a coordenação da Professora Dr<sup>a</sup>. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto, do Instituto de Educação/Departamento de Psicologia, processo 23083.019443/2021-30, atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

*(Assinado digitalmente em 13/09/2021 12:16 )*

JOAO MARCIO MENDES PEREIRA  
PRO-REITOR(A) ADJUNTO(A) - SUBSTITUTO  
PROPPG (12.28.01.18)  
Matrícula: 1736091

**Processo Associado: 23083.019443/2021-30**

Para verificar a autenticidade deste documento entre em  
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1168**, ano:  
**2021**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **13/09/2021** e o código de verificação: **21ca15793f**